

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

**ITPAC**  
PORTO NACIONAL • TO

**Afya** EDUCAÇÃO  
TECNOLOGIA  
SAÚDE



[www.itpacporto.edu.br](http://www.itpacporto.edu.br)

 @itpacporto  @itpacportooficial

# **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI 2021-2025**

Porto Nacional - TO

2021

## Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa do Estado do Tocantins.....	16
Figura 2 - Catedral Porto Nacional e zona histórica da cidade.....	21
Figura 3 - Regiões de Saúde do Estado do Tocantins. ....	27
Figura 4 - Área de Abrangência da Região Amor Perfeito .....	29
Figura 5 - Laboratórios da Saúde.....	94
Figura 6 - Práticas UBS e Hospitais .....	95
Figura 7 – Site ITPAC Porto - Portal do Egresso .....	106
Figura 8 - Organograma da Faculdade Presidente Antônio Carlos - FAPAC.....	134
Figura 9 - Site ITPAC Porto - Ouvidoria .....	164
Figura 10 - Site e redes sociais ITPAC Porto.....	166

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Dimensões e conceitos .....	34
Tabela 2 - Relação de convênios .....	37
Tabela 3 - Objetivos e metas.....	42
Tabela 4 - Metas e Ações.....	43
Tabela 5 - Relação dos cursos de graduação oferecidos pela FAPAC .....	46
Tabela 6 - Novos cursos a serem ofertados.....	50
Tabela 7 - Cursos de extensão e continuados .....	54
Tabela 8 - Plano de ações do Núcleo de Inovações Tecnológicas - NIT .....	64
Tabela 9 - Políticas de gestão institucional .....	76
Tabela 10 - Planejamento e avaliação institucional.....	81
Tabela 11 - Desenvolvimento institucional .....	82
Tabela 12 – Políticas acadêmicas metas e ações.....	86
Tabela 13 - Cronograma de ampliação da infraestrutura física.....	91
Tabela 14 - Relação de Titulação e regime de Trabalho dos docentes.....	127
Tabela 15 - Cronograma de expansão do corpo docente .....	127
Tabela 16 - Metragem bloco administrativo.....	178
Tabela 17 – Metragem Bloco Gama e Beta.....	180
Tabela 18 - Metragem bloco Kapa .....	185
Tabela 19 - Metragem bloco Epsilon.....	186
Tabela 20 - Metragem bloco Sigma .....	187
Tabela 21 - Metragem bloco Tau .....	188
Tabela 22 - Metragem ambulatório .....	190
Tabela 23 - Metragem bloco Phi .....	191
Tabela 24 - Metragem bloco Biblioteca .....	193
Tabela 25 - Metas e ações para os aspectos financeiros e orçamentários .....	206

### Lista de Quadros

Quadro 1 - Atividades Complementares de Ensino.....	111
Quadro 2 - Atividades Complementares de Pesquisa.....	113
Quadro 3 - Atividades Complementares de Extensão.....	114

## SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO .....	12
2	METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI 2021 – 2025 .....	13
3	PERFIL INSTITUCIONAL.....	14
3.1	Identificação .....	14
3.2	Inserção regional .....	15
3.3	PORTO NACIONAL .....	18
3.3.1	Clima .....	19
3.3.2	Turismo.....	20
3.3.3	Aspectos Socioeconômicos.....	21
3.3.4	Aspectos culturais e a cultura afro-brasileira .....	22
3.3.5	Aspectos educacionais .....	23
3.3.6	Saúde .....	25
3.3.7	Contribuição com o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em sua área de abrangência .....	30
3.4	Missão .....	30
3.5	Visão .....	31
3.6	Valores .....	31
3.7	Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição .....	31
3.8	Finalidades, objetivos e metas institucionais .....	40
3.8.1	Finalidades .....	41
3.8.2	Objetivos.....	41
3.8.3	Metas e ações .....	43
3.9	Projeto pedagógico institucional .....	45

3.10	Política para o ensino de graduação e pós-graduação .....	45
3.10.1	Relação dos cursos de graduação oferecidos pela FAPAC .....	46
3.10.2	Política para ensino a distância .....	46
3.10.3	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria .....	48
3.10.5	Novos cursos e programas a serem ofertados durante a vigência do PDI50	
3.11	Princípios da Política de pesquisa e extensão .....	51
3.12	Política de pesquisa e extensão.....	52
3.13	Política de mobilidade acadêmica e internalização .....	56
3.14	Núcleo de internacionalização (NINTER).....	56
3.14.1	Objetivo Geral.....	57
3.14.2	Objetivos específicos.....	57
3.14.3	Mobilidade acadêmica .....	58
3.14.4	Mobilidade de servidores.....	59
3.14.5	Da cooperação Interinstitucional .....	59
3.14.6	Organização de eventos internacionais.....	60
3.14.7	Participação em eventos internacionais .....	60
3.14.8	Participação de alunos de iniciação científica em ações internacionais ...	60
3.14.9	Intercâmbio de docentes .....	60

3.14.10	Divulgação da instituição no exterior .....	60
3.14.11	Acolhimento de docentes e discentes estrangeiros .....	61
3.15	Política de inovação tecnológica .....	61
3.16	Núcleo de inovação tecnológica – NIT .....	62
3.16.1	São objetivos do NIT: .....	62
3.17	Política de acompanhamento dos egressos.....	65
3.17.1	Perfil profissional do egresso.....	65
3.17.2	Lei de diretrizes e bases da educação nacional e a política de egressos	67
3.19	Acompanhamento de egressos.....	68
3.19.1	Objetivo geral .....	69
3.19.2	Objetivos específicos.....	69
3.19.3	Metodologias .....	70
3.19.4	Ações imediatas .....	70
3.19.5	Ações futuras.....	71
3.19.6	Considerações finais .....	71
3.20	Política de desenvolvimento econômico e responsabilidade social .....	71
3.21	Política para o desenvolvimento artístico e cultural.....	73
3.22	Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial .....	73
3.22.1	Educação para as relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena .....	75
3.22.2	Direitos Humanos .....	75
3.23	Gestão institucional.....	76
3.24	Objetivos, metas e ações na vigência do PDI .....	80

3.25	Cronograma de implementação do PDI 2021-2025 .....	81
3.26	Políticas acadêmicas .....	86
3.27	Infraestrutura física .....	91
4	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI .....	96
4.1	Princípios filosóficos e teóricos-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição .....	96
4.1.1	Princípios e valores .....	97
4.1.2	Aspectos filosóficos .....	98
4.1.3	Aspectos psicopedagógicos .....	100
4.1.4	Princípios didáticos metodológicos.....	101
4.2	Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas .....	104
4.3	Concepção de processos de ensino-aprendizagem, currículos e avaliação, planejamento e programas.....	120
4.4	Execução do projeto pedagógico institucional.....	124
4.5	Articulação entre o projeto pedagógico institucional (PPI) e os projetos pedagógicos dos cursos (PPC) .....	125
4.6	Organização pedagógica.....	126
4.7	Perfil do corpo docente.....	126
4.8	Composição.....	126
4.9	Plano de carreira .....	128
4.10	Critérios de seleção e contratação.....	128
4.11	Qualificação e capacitação .....	129
4.12	Organização administrativa da IES .....	133
4.13	Estrutura organizacional .....	133
4.14	Organograma Institucional e acadêmico.....	134

4.15	Órgãos colegiados .....	135
4.15.1	Conselho superior .....	136
4.15.2	Do conselho de ensino, pesquisa e extensão – CONSEPE .....	139
4.15.3	Da diretoria geral .....	141
4.15.4	Da coordenação acadêmica .....	143
4.15.5	Da gerência administrativa e financeira .....	145
4.15.6	Da Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão .....	147
4.15.7	Do núcleo docente estruturante .....	149
4.15.8	Dos colegiados de curso .....	149
4.15.9	Das coordenadorias de cursos .....	150
4.16	Órgãos de apoio e suplementares .....	152
4.16.1	Da secretaria acadêmica .....	152
4.16.2	Da biblioteca .....	153
4.16.3	Da comissão própria de avaliação - CPA .....	154
4.17	Políticas de atendimento aos discentes .....	156
4.18	Programa de nivelamento .....	158
4.19	Núcleo de apoio psicopedagógico – NAP .....	160
4.20	Acompanhamento de egressos .....	162
4.21	Ouvidoria .....	163
4.22	Net promoter score - NPS .....	165
4.23	Estratégias e meios para comunicação interna e externa .....	165
4.24	Programa de monitoria .....	166
4.25	Plantões de monitoria .....	166
4.26	Regimento do programa de monitoria .....	167
4.27	Atividades de tutoria .....	172

4.28	Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria .	174
4.29	Tecnologias de Informação e Comunicação- TICs.....	175
5	INFRAESTRUTURA.....	177
5.1	Infraestrutura física geral.....	177
5.1.1	Espaço acadêmico e administrativo.....	177
5.1.2	Bloco Beta e Gama (Salas de Aula).....	179
5.1.3	Laboratórios de Ensino.....	182
5.1.4	Clínica Escola Dr. Valter Evaristo Amorim (Ambulatório Médico e Odontológico).....	187
5.2	Infraestrutura para pessoas com deficiência.....	195
5.3	O papel da avaliação para o aprimoramento (CPA).....	196
5.3.1	Objetivos e metas para a avaliação no ITPAC.....	200
5.4	Monitoramento e revisão do PDI.....	203
5.5	Aspectos financeiros e orçamentários.....	205
	REFERÊNCIAS.....	207

## 1 APRESENTAÇÃO

A Faculdade Presidente Antônio Carlos – FAPAC (cód. 5544) tem apresentado novos desafios ao planejamento estratégico. As demandas por maior racionalidade na utilização dos recursos disponíveis, maior capacidade no alcance de resultados, melhor interação com o ambiente interno e externo são alguns dos atributos exigidos no atual contexto da gestão. Nessa acepção, a substituição do pensamento burocrático pelo sistêmico se faz imprescindível. O desafio, porquanto, consiste em manter a organização integrada às demandas da sociedade no que diz respeito à prestação do serviço e, fundamentalmente, a sua eficácia. Visando melhorar a capacidade gerencial das instituições de ensino superior, o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu pelo Decreto 5.773 de 09 maio de 2006, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O plano consiste em um instrumento de planejamento de uma instituição, espaço em que se definem os objetivos e as metas de desenvolvimento para longo prazo, bem como as ações necessárias à concretização do planejamento estratégico. Em síntese, o PDI é o documento que identifica a instituição de ensino superior no que concerne à sua filosofia de trabalho, missão, visão e cultura; demonstrando, ainda, quais são os caminhos pelos quais a instituição elegeu percorrer para se consolidar um bem público indispensável ao exercício da cidadania. Na consolidação de uma cultura voltada para os resultados, muito requisitada na atual gestão, a FAPAC concebeu um modelo de gestão fortemente apoiado no planejamento estratégico e na avaliação de desempenho, sobretudo, num contexto de mudanças culturais. Entendendo que aperfeiçoar e fortalecer as práticas de gestão e os procedimentos avaliativos implica melhorar a capacidade de administrar demandas tão diversas como complexas, o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2021-2025 foi concebido para que as estratégias de ação, nele estabelecidas, alcançassem as necessidades da sociedade e demonstrassem a capacidade de consolidação da FAPAC como um bem indispensável ao exercício da cidadania. Nesse ensejo, o planejamento estratégico apontou as diretrizes pelas quais se concretizariam os programas e suas respectivas

metas de desenvolvimento institucional, no prazo e nos padrões de qualidade adequados.

## **2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI 2021 – 2025**

O Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2021 a 2025 é coordenado pela Direção Geral da IES, com o apoio dos demais setores Administrativos, Acadêmico e Pedagógico. O PDI foi construído para proporcionar à FAPAC as diretrizes para o desenvolvimento de novos padrões de excelência no atendimento às demandas da sociedade por ensino, pesquisa e extensão. A partir de uma avaliação sobre as potencialidades e fragilidades da instituição e uma análise atual e prospectiva do seu ambiente, concebeu-se as Diretrizes, os Objetivos e as Metas que se integraram ao PDI 2021-2025 e, conseqüentemente, ao planejamento estratégico da FAPAC. Nesse sentido, as metas e os indicadores de desempenho, constantes na nova proposta do PDI para o Desenvolvimento Institucional, foram consultadas nas avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (Relatório de Autoavaliação Institucional), nos Relatórios de Avaliação do PDI e de Gestão, no Censo da Educação Superior, no Plano Nacional de Educação, e no PDI de outras instituições de ensino superior. A elaboração e a operacionalização do PDI 2021-2025 se deram por meio de reuniões para sensibilizar e capacitar os envolvidos no processo de construção do plano.

### 3 PERFIL INSTITUCIONAL

#### Identificação

Mantida:	Faculdade Presidente Antônio Carlos – FAPAC	
Endereço:	Rua 02, Q. 07, S/N	CEP: 77.500-000
Bairro:	Jardim dos Ypês	
Cidade:	Porto Nacional	
UF.:	Tocantins	
Mantenedora:	Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto S.A. - ITPAC Porto Nacional	
CNPJ:	10.261.569/0001-64	CEP: 77.500.000.
Inscrição Municipal:	38/6889/4	
Site:	<a href="http://www.itpacporto.edu.br">www.itpacporto.edu.br</a>	
Telefone:	(31) 4040-4715 ou (63) 3363-9600	

#### **Diretor Presidente do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - ITPAC PORTO NACIONAL**

Virgilio Deloy Capobianco Gibbon

Bacharel em Economia

#### **Direção Geral da Faculdade Presidente Antônio Carlos - FAPAC**

Rodrigo Ventura Rodrigues

Bacharel em Odontologia

Bacharel em Farmácia-Bioquímica

Especialização em Gestão Administrativa do Ensino

Especialização em Gestão e Gastronomia em Serviços Alimentares

Especialização em Metodologias Ativas e Práticas Inovadoras.

Mestrado em Odontologia (Farmacologia)

Doutorado em Biociências

#### **Coordenação Acadêmica da Faculdade Presidente Antônio Carlos - FAPAC**

Maria Dilce Wânia Rodrigues de Almeida do Nascimento

Bacharel em Enfermagem

Especialista em Educação em Saúde

**Gerência Administrativa da Faculdade Presidente Antônio Carlos – FAPAC**

Juhlli Morais Leite de Sousa Pacheco

Bacharel em Ciências Contábeis

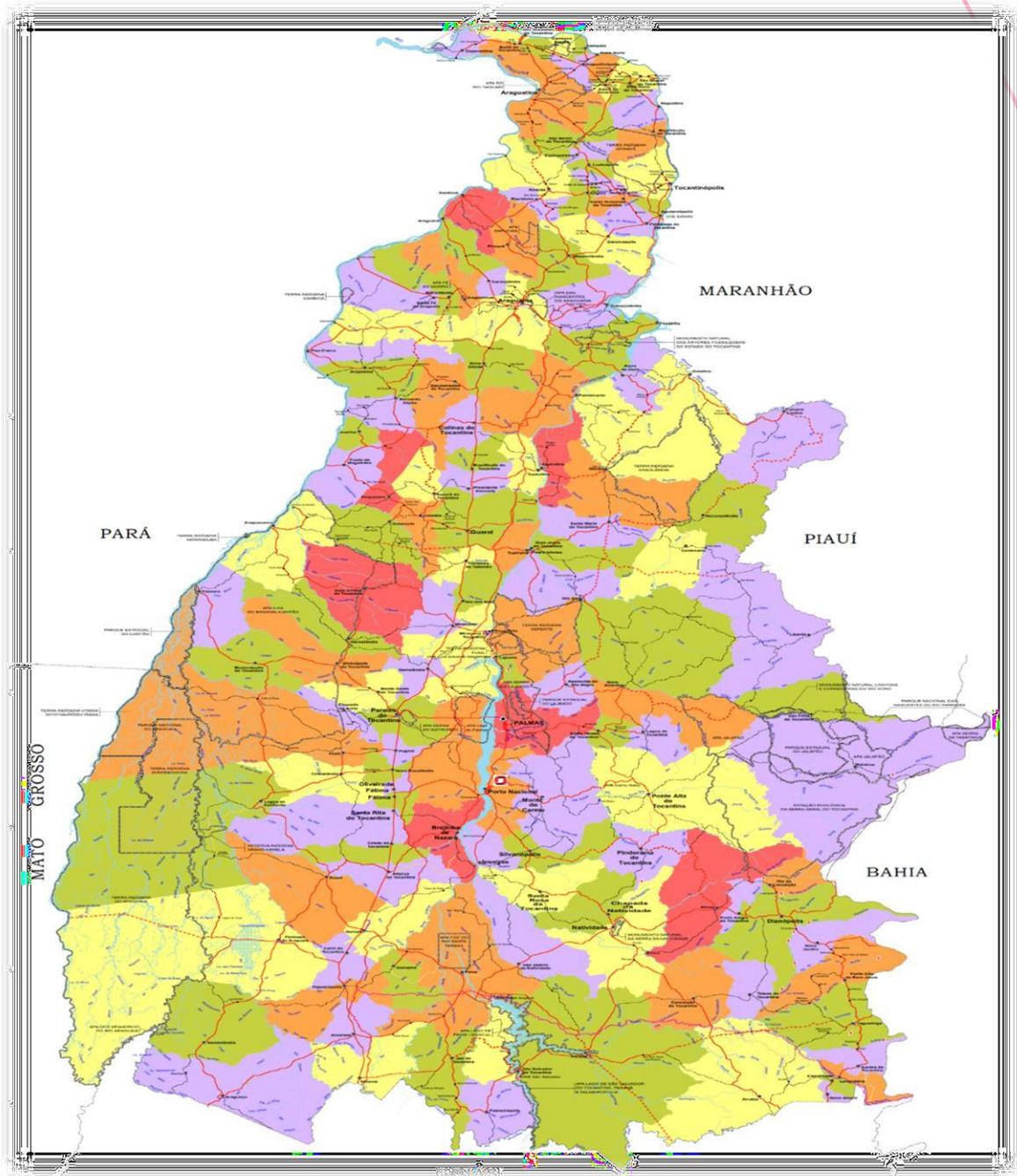
MBA em Gestão Empresarial

**Inserção regional**

O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, medindo 8.511.965 km<sup>2</sup>. Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada em agosto de 2021, a sua população atual é de 213.317.639 habitantes. Todavia o que se observa é que essa população não é bem distribuída por todo esse espaço.

Ocupar o Norte do Brasil nunca foi uma tarefa fácil, tendo em vista os vários problemas de ordem natural, social e econômica. Porém, apesar de todas estas dificuldades, o norte tocantinense, começou a sonhar, e fazer valer o espírito de conquistar um espaço geográfico mais produtivo, mais desenvolvido e mais justo para esta população.

Figura 1 - Mapa do Estado do Tocantins



Fonte: Modificado de SEFAZ (2019)

O Estado do Tocantins é o mais novo dos 27 estados do Brasil. Localiza-se na região Norte, exatamente no centro geográfico do país, condição que lhe possibilita fazer limite com estados do Nordeste, Centro-Oeste e do próprio Norte. Está localizado a sudeste da região Norte e tem como limites o Maranhão a nordeste; o Piauí a leste; a Bahia a sudeste; Goiás a sul; Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste.

A população do Estado do Tocantins é estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2021) em 1.607.363 habitantes, distribuídos em seus 139 municípios.

Segundo dados do IBGE (2018), 67,5% dos tocantinenses são pardos, 19,6%, brancos, 11,6%, pretos e 1,3%, amarelos ou indígenas. Quanto à divisão por sexo, 49,3% são homens e 50,7%, mulheres. Em relação à divisão da população por faixa etária, a população pode ser considerada jovem, segundo os dados do Censo realizado pelo IBGE em 2018 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua).

Entre os Estados da Região Norte, o Tocantins teve o terceiro maior IDH-M (0,699), ficando atrás apenas dos estados de Roraima (0,707) e Amapá (0,708). O índice tem valores que variam entre 0 e 1 para menor ou maior fator de desenvolvimento humano e é calculado de 10 em 10 anos a partir de 1991. Entre os anos de 2000 e 2010 (resultados mais recentes), o Tocantins teve a maior evolução do IDH-M, saindo de 0,525 e atingindo os atuais 0,699.

No aspecto social a população tocantinense é composta por imigrantes de várias partes do Brasil, o índio também compõe o contingente populacional do estado. São, ao todo, sete etnias (Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, krahô Canela, Apinajé e Pankararú), totalizando aproximadamente 10 mil índios, distribuídos em 82 aldeias. Existe ainda no Tocantins um pequeno grupo de índios isolados da tribo Avá-Canoeiro, que vivem sem nenhum tipo de contato com a civilização na região da Mata do Mamão, localizada no interior da Ilha do Bananal. Até hoje estes índios continuam rejeitando qualquer tentativa de contato, sendo que já foram encontrados diversos vestígios que indicam a presença deles na Mata do Mamão.

Dentre os aspectos inerentes ao estado do Tocantins, destacam-se também as comunidades quilombolas. Atualmente o estado possui 44 comunidades reconhecidas como quilombolas e duas em processo de certificação (Riachão no município de Chapada da Natividade e Taquari em Monte do Carmo). Desse modo, há uma quantidade significativa de comunidades tradicionais, as quais abrigam milhares de pessoas.

O surgimento dos quilombos no Brasil, configura-se como a organização de espaços de resistência e de efetivação da territorialidade e identidade perdidas.

Os quilombos abrigaram não apenas negros fugidos, mas serviam como espaços de acolhimento a índios, pardos e homens livres excluídos socialmente. Reconhecidas pelo Governo Federal e pela Fundação Cultural Palmares, as comunidades quilombolas agora buscam o resgate e a valorização das suas tradições. Ao mesmo tempo, os serviços públicos e privados estão chegando até estas pessoas, contribuindo para a efetivação da sua cidadania.

## **PORTO NACIONAL**

O município de Porto Nacional está localizado a 52 km da capital Palmas, na microrregião de Porto Nacional. Possui área de 4.449,918 km<sup>2</sup> e limita-se com os seguintes municípios: Miracema do Tocantins, Palmas, Monte do Carmo, Silvanópolis, Ipueiras, Brejinho de Nazaré, Fátima, Oliveira de Fátima, Nova Rosalândia, Pugmil e Paraíso do Tocantins, todos estes no próprio estado do Tocantins. Segundo a estimativa do IBGE (2021), sua população é de 53.618 habitantes.

Está se despontando como importante polo de desenvolvimento do Tocantins, nos últimos anos diversas empresas se instalaram na cidade, o que vem contribuindo para alavancar a economia local.

Em 2010 o município obteve o quarto maior Produto Interno Bruto do Tocantins, com destaque no crescimento do setor industrial. O grande destaque no setor de serviço é a Atividade de Administração Pública com representatividade de 45,6% deste setor. No setor industrial, a atividade com maior participação neste ano foi a Construção Civil com representatividade de 52,2% deste setor. Na Agropecuária

destaca-se a produção de soja, mandioca e cana-de-açúcar e a criação de bovinos, aves e suínos (SEPLAN, 2013).

Os fatores que tornam Porto Nacional um centro de referência em desenvolvimento, com a atração de investimentos significativos, são a logística de transportes para escoamento da produção, a estrutura educacional, que oferece cursos técnicos e superiores em várias áreas, a infraestrutura, a incrementação do agronegócio (PARALELO 13, acessado em: 18 de dez. 2013).

Neste sentido, Porto Nacional exerce influência diretamente em 18 municípios tocantinense, com um total de 424.315 habitantes e oferecendo cursos de ensino superior para aproximadamente 28.133 alunos matriculados (IBGE, 2010).

## ■ Clima

Porto Nacional está inserido na bacia hidrográfica do Rio Tocantins, e apresenta em seu território as seguintes sub bacias: Sub Bacia Córrego Santa Luzia, Bacia do Ribeirão dos Mangues, Sub Bacia Ribeirão Conceição, Sub Bacia Rio água Suja, Sub Bacia Ribeirão do Carmo, Sub Bacia Rio Matança e Sub Bacia do Córrego São João. Os principais afluentes do rio Tocantins localizados na zona urbana da cidade são os córregos São João e Francisquinha.

Com relação ao clima da região, predomina em Porto Nacional o tipo C2wA'a" (clima úmido sub-úmido com moderada deficiência hídrica), segundo o método de Thornthwaite, caracterizado por clima úmido sub-úmido com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial média anual de 1.500 mm, distribuindo-se no verão em torno de 420 mm ao longo dos três meses consecutivos com temperatura mais elevada. A região apresenta precipitações em torno de 1.600mm, com pouca variação entre os anos e temperaturas médias anuais em torno de 26°C. Os meses mais quentes coincidem com o rigor da seca, em fins de agosto e setembro. A umidade relativa média anual está em torno de 70%, sendo que no período chuvoso os índices de umidade são superiores a 80% e no período seco em torno de 50% (SEPLAN, 2012). A vegetação predominante na região é o cerrado,

cujas principais características são os grandes arbustos e as árvores esparsas, de galhos retorcidos e raízes profundas.

## ■ Turismo

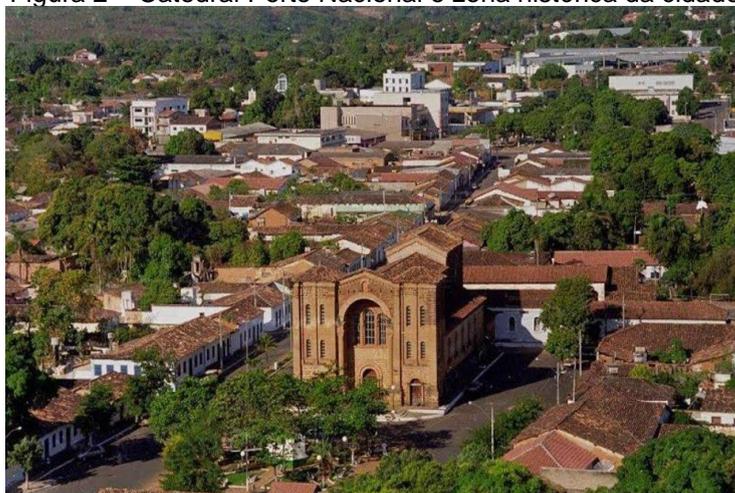
Situada próximo a Palmas, Porto Nacional conta com uma razoável infraestrutura para receber os turistas. Os pontos turísticos que embelezam a cidade de Porto Nacional e atraem os visitantes são:

- Centro Histórico: dotado de ruas estreitas e prédios quase todos construídos no século XIX. Em Porto Nacional encontra-se a Catedral Nossa Senhora das Mercês que foi construída inaugurada em 1915, ver Figura 2.
- Avenida Beira Rio: via expressa, construída com mais de 3Km de extensão, na orla da cidade.
- Nova Praia de Porto Real: dotada de infraestrutura, local de eventos culturais e esportivos durante a temporada de junho a setembro.
- Colégio Sagrado Coração de Jesus: construído pelas irmãs dominicanas na década de 1950 em estilo francês.
- Prédio da Prefeitura Velha: edificado em 1922, nele funcionou até 1969 a Câmara Municipal, a sala das Audiências Judiciárias e a Administração Municipal. Construído em dois pavimentos, se destaca entre várias construções na parte velha da cidade, atualmente sedia o museu.
- Caetanato: localizado na conhecida “Rua do Cabaçaco” no Centro Histórico de Porto Nacional, foi a primeira sede do Colégio das Irmãs Dominicanas. Hoje é sede da COMSAÚDE de Porto Nacional. O nome “Caetanato” é em homenagem a Sra. Caitana Belles, última moradora do local.
- Residência do Sr. Oswaldo Ayres: importante casa residencial de arquitetura antiga, situada na Praça da Igreja Matriz, simboliza o brilhante trabalho do Dr. Francisco Ayres da Silva, como médico, político e jornalista, filho de Porto Nacional.

- Residência da Senhora Custódia Pedreira: herança da família “Pedreira”, esse casarão chama atenção pela arquitetura de épocas passadas, toda em adobe, conserva o porão e o assoalho de tábuas.
- Lago da Usina do Lajeado: Constituindo-se em local propício para esportes náuticos e pesca esportiva, localizado em frente à cidade.

Porto Nacional tem uma área para pesca esportiva privilegiada por ser banhada pelo rio Tocantins. Na região destacam-se os passeios fluviais com direito a pesca amadora e profissional.

Figura 2 - Catedral Porto Nacional e zona histórica da cidade



Fonte: IPHAN (2020, p.1).

## Aspectos Socioeconômicos

A geração de emprego e renda também tem recebido atenção especial da gestão estadual através de ações que valorizam os pequenos e médios empresários, além dos empreendedores individuais. Neste sentido, diversas ações em parceria com instituições especializadas têm levado capacitação e incentivos para novos empreendedores no Tocantins. Destaque para o programa Compra Governamental, que determina a contratação de micro e pequenos empresários e de empreendedores individuais de até 30% do valor licitado em grandes licitações.

A indústria é principalmente a agroindústria, centralizada em seis distritos instalados em cinco cidades polos: Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e

Paraíso do Tocantins. Boa parte de suas importações é de maquinário, material de construção, ferro e aeronaves de pequeno porte, produtos que representam a base de um expansionismo econômico.

Notável pelo potencial agropecuário, Porto Nacional vê no crescimento da capital Palmas, distante 52 km, uma oportunidade para movimentar o comércio local e permitir maior fluxo de capital no município. Em se tratando de Produto Interno Bruto, Porto Nacional ocupa a 4ª posição dentre os 139 municípios do estado. O PIB per capita do município é de R\$ 13.652,27, superior ao valor obtido no Estado do Tocantins, que é de R\$ 12.462,00 (IBGE, 2010). Em termos de valores, a participação do município de Porto Nacional para o produto interno bruto (PIB) é relevante, representando cerca de 3,89% do PIB estadual.

#### ■ Aspectos culturais e a cultura afro-brasileira

Apesar de ser o Estado mais jovem do Brasil, fundado em 1988, o Tocantins possui uma cultura secular que reflete o seu longo processo de formação. Nas danças, cânticos e nas manifestações populares do Estado, pode-se ver, nitidamente, traços da identidade dos negros que aportaram em seu território para trabalhar na exploração do ouro, ainda sob o regime da escravidão. Nos eventos religiosos tradicionais do Estado, que juntam milhares de fiéis, pode-se sentir que o Tocantins carrega a essência da própria formação mística brasileira. A cultura tocaninense se dá pelos variados acontecimentos culturais, como a Folia de Reis, Caretas de Lizarda, Catira, Cavalhadas, Congo ou Congadas, Festa de Nossa Senhora da Natividade, Festa do Divino Espírito Santo, Festejos de Nossa Senhora do Rosário, Roda de São Gonçalo, Romaria do Bonfim e nas danças da Sússia e Jiquitaia.

No Tocantins, de acordo com a Diretoria de Diversidade da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEDUC), diversas ações vêm sendo desenvolvidas para implementação das Leis Nº 10.639/2003 e Lei Nº 11.645/2008, que tratam da inclusão de assuntos como Arte e Cultura Indígena, Africana e Afro Brasileira nos currículos escolares.

Como forma de valorizar as ações institucionais voltadas para as relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Africana, Afro Brasileira e Indígena no Brasil, foi estabelecido um prêmio denominado Orirerê – Cabeças Iluminadas, realizado pelo centro cultural Humaitá com foco nas Secretarias de Educação e Instituições de Ensino Médio e Superior.

A cultura de Porto Nacional se deve à exploração do ouro que trouxe muitos mineradores, tropeiros, mascates e viajantes que passaram pelo local deixando sua contribuição. Em Porto Nacional existem dois Centros de Cultura, são eles:

Centro de Convenções Vicente de Paula Oliveira – Comandante Vicentão: possui sala de concerto, galeria de arte e cinema.

- Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional: foi fundado na década de oitenta e, naquele tempo, mobilizou a população para doação de acervo. Depois de ocupar diversos espaços, hoje se instala em definitivo no prédio restaurado para este fim.

Dentre as Festas Populares, Porto Nacional festeja:

- Festa de São Sebastião: realizada em 20 de janeiro.
- Festa do Divino: realizado em data móvel, geralmente 40 dias após a Páscoa;
- Festa da Padroeira: a festa da padroeira do município (Nossa Sra. das Mercês) é realizada dia 24 de setembro.

O centro histórico de Porto Nacional foi tombado pelo IPHAN em 2008. A área delimitada abrange cerca de 250 edificações, conjuntos de ruas, largos e praças, incluindo a Avenida Beira Lago e o entorno da Catedral Nossa Senhora das Mercês.

Os Monumentos tombados pelo IPHAN: Catedral Nossa Senhora das Mercês, Seminário São José, Prefeitura Velha e Arquivo Municipal, Caetanato (primeira sede do Colégio das Irmãs Dominicanas, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Prédio do Abrigo João XXIII e Biblioteca Municipal Eli Brasiliense, entre outros.

## Aspectos educacionais

O município de Porto Nacional é um dos mais antigos do Estado do Tocantins, tombado como Patrimônio da Humanidade no ano de 2008, se localiza de forma

privilegiada na região central do estado, localizada na área de influência do Lago da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães. Possui patrimônio histórico bem conservado e arquitetura colonial onde se destacou sempre como um grande centro religioso, cultural e educacional.

Para manter o ritmo de desenvolvimento humano na região, o governo do Estado vem investindo em ações que beneficiam a população e garantem educação, longevidade e geração de emprego e renda. Na área da Educação, o Tocantins vem investindo pesado na construção de Escolas de Tempo Integral e em programas para manter os alunos na Escola. Segundo dados da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a rede estadual de ensino conta com 492 escolas de Educação Básica, as quais atendem 159.449 mil alunos, dessas, 15 são militares. Em Porto Nacional há 16 escolas da rede estadual, sendo uma escolar militar.

Diretoria Regional de Ensino de Porto Nacional abrange 13 municípios. O total de alunos que cursam o ensino médio nesta regional é de 4.709, atendidos em 27 escolas. Um total de 2.109 são da cidade de Porto Nacional, matriculados no ensino regular, EJA – Educação de Jovens e Adultos e no Sistema Prisional.

Deve-se ressaltar que Porto Nacional é considerado um polo de acesso ao ensino superior a estudantes de várias cidades vizinhas e do interior do estado, nas quais não há instituições que ofereçam cursos de graduação.

As Instituições de Ensino Superior - IES existentes no Estado do Tocantins estão atendendo parcela das exigências escolares, porém com uma oferta de vagas muito inferior à demanda e sem a abrangência necessária de áreas do conhecimento, de forma a possibilitar um desenvolvimento sustentado da região, seja pela formação de recursos humanos qualificados, seja pela produção e disseminação do conhecimento.

Neste contexto histórico educacional, a implantação da Faculdade Presidente Antônio Carlos no município de Porto Nacional – TO representou não apenas a possibilidade de elevação do nível intelecto-cultural da população na área de abrangência e influência pela formação de recursos humanos em nível superior e pela inserção da Instituição na vida da comunidade através de projetos de extensão e parcerias diversas, mas também pela possibilidade de consolidação, em médio prazo,

de uma base científica capaz de alavancar o desenvolvimento sustentado com impacto no índice de desenvolvimento humano da região.

Todavia, há que se ter em vista que a Faculdade não se vinculou apenas à cidade de Porto Nacional, e sim a uma vasta região do centro sul do Estado e vencendo fronteiras estaduais, é um ponto de referência de interesses e, sobretudo, de respostas às populações desta área amazônica. Assim, a Faculdade está suprimindo um espaço brasileiro diversificado e extenso em importante região do país, e, principalmente, dotando o Estado do Tocantins de uma Instituição de Ensino de qualidade, com o crescente desenvolvimento cultural, científico e profissional.

## ■ Saúde

O Estado do Tocantins apresenta indicadores que demonstram um processo de transição epidemiológica contínua e de transição demográfica acelerada, provocados pela queda da fecundidade e aumento da expectativa de vida ao nascer, com uma conseqüente redução da mortalidade infantil e dos óbitos por doenças transmissíveis.

Na contramão tem um aumento progressivo das doenças crônicas não transmissíveis e de causas externas, tornando-se um dos grandes desafios do sistema que possui atualmente 93,3% dos tocantinenses dependentes do SUS. São pessoas que não possuem plano de saúde e buscam assistência médica na rede básica dos municípios e hospitalar estadual. Um número alto que exige do governo investimentos cada vez maiores na assistência ambulatorial e hospitalar.

O Tocantins é um dos estados que mais investe recursos próprios em manutenção da atenção, vigilância e gestão da saúde considerando também o investimento em recursos humanos.

Sendo o caçula da Federação, o Tocantins conta com um crescimento contínuo e acelerado. Nos seus poucos anos de existência já pode comemorar o avanço nos indicadores de Saúde como:

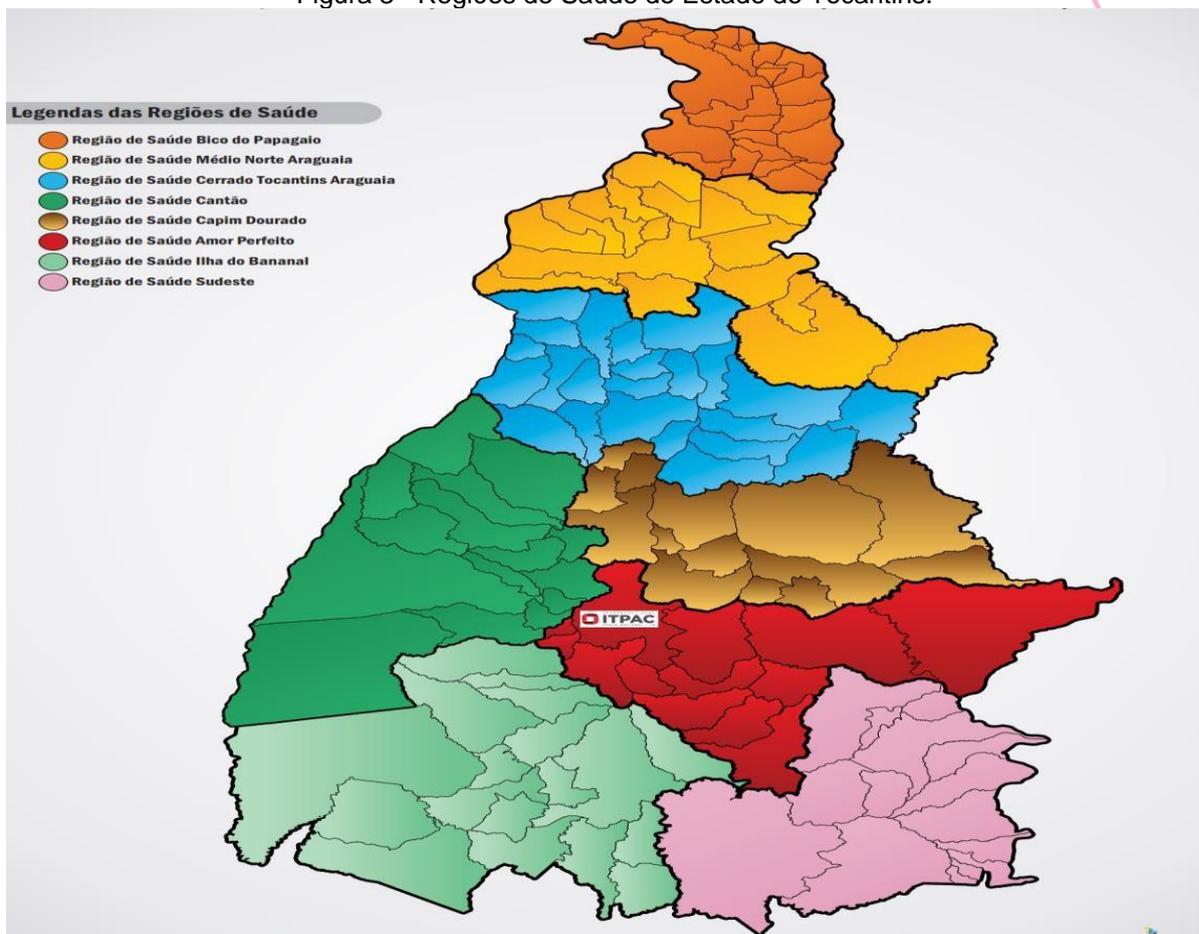
- Aumento da cobertura da atenção básica: O Tocantins avançou de 4,35 % em 1998 para mais de 87,5% em 2020;

- Redução da mortalidade infantil: Caiu de 67,17/1.000NV em 1985 para menos de 20,5/1.000NV em 2010. Queda de mais de 63,8%.
- Aumento da expectativa de vida ao nascer: subiu de 60,32 em 1991 para 72,56 nos dias atuais.
- A Intensificação e fortalecimento das ações de vigilância em Saúde e controle de doenças em todo o Estado: Menos adoecer por doenças agudas e transmissíveis.
- Organização da Rede de Atenção à Saúde: Ampliação de 60 leitos hospitalares para 2.300 leitos SUS;
- Saindo de 27 unidades de saúde em 1988, para mais de 482 unidades distribuídas entre atenção e vigilância à saúde.

O governo implementou ações com caráter preventivo voltada para a saúde da mulher, com exames preventivos de câncer de mama e de colo de útero, que percorrem o Estado atendendo mulheres a partir de 45 anos com mamografias e ultrassons. Além disso, o governo ampliou o número de leitos no Hospital Geral Público de Palmas (HGPP), que vão dar mais qualidade no atendimento hospitalar no Estado.

A regionalização é um dos princípios que orientam a organização do Sistema Único da Saúde (SUS), definidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8080/90, e constitui um dos seus eixos estruturantes. A Regionalização da Saúde é ainda entendida como um “processo de organização das ações e serviços de saúde numa determinada região, visando à universalidade do acesso, a equidade, a integralidade e resolutividade”

Figura 3 - Regiões de Saúde do Estado do Tocantins.



Fonte: modificado de IBGE (2018, p.2).

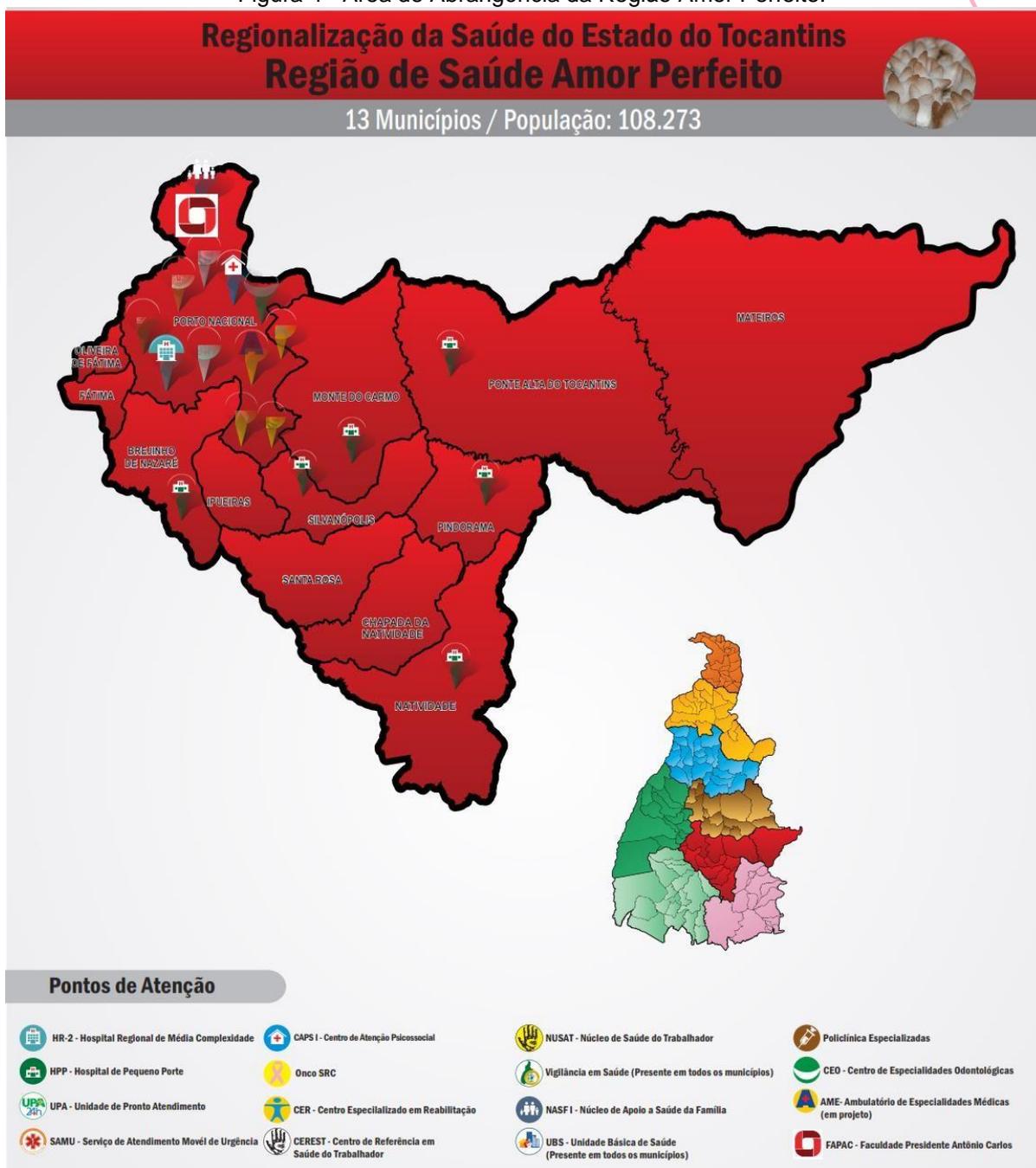
A 1.<sup>a</sup> regionalização no estado ocorreu em 2002 com a Norma Operacional da Assistência à Saúde NOAS 2002, aprovada consoante a Resolução CIB – TO n.º 30/2002 que definiu o Plano Diretor de Regionalização – PDR composto por duas macrorregiões Araguaína e Palmas, seis microrregiões Augustinópolis, Araguaína, Porto Nacional, Palmas, Gurupi e Dianópolis e 20 sedes de módulos, onde a regionalização se pautou apenas em ações e serviços assistenciais hierarquizado.

Em 2006 o Tocantins foi o 1º estado a aderir ao Pacto pela Saúde, reafirmando a cooperação entre as esferas de governo, com a organização das ações e serviços de saúde fundamentada no perfil epidemiológico, sócio econômico e cultural, infraestrutura mínima de comunicação, (internet, telefonia) lazer, escolas, estradas, a organização da suficiência mínima, intermediária e avançada da atenção básica,

epidemiologia, lacer, assistência farmacêutica, hemorrede e média complexidade (laboratorial, ultrassom e outros), estabelecendo o 2º redesenho da Regionalização das ações e serviços de saúde que operacionalizou por meio da conformação de 15 Regiões de Saúde no ano de 2007. Neste contexto surgem os Colegiados de Gestão Regional – CGR como instâncias de cogestão, redefinindo as Políticas de Saúde no espaço regional.

Nos termos do Decreto n.º 7.508/11, a Região de Saúde é definida como o espaço geográfico contínuo constituído por agrupamento de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas, e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

Figura 4 - Área de Abrangência da Região Amor Perfeito.



Fonte: Modificado de IBGE (2018, p.2).

## ■ Contribuição com o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em sua área de abrangência

O Estado do Tocantins é a quarta maior economia da região Norte e hoje apresenta um nível social melhor que a média da região Norte e diminui cada vez mais a distância em relação aos estados mais desenvolvidos do país.

Nesse sentido, a trajetória e o crescimento da FAPAC estão diretamente associado ao novo ciclo de desenvolvimento da região Norte, e tem, por meio do compromisso assumido no enunciado de sua missão, contribuído com o aumento da riqueza da sociedade, através da formação de profissionais competentes e éticos.

Para tanto, a FAPAC visa também ser uma referência quanto ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão articulados as demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em sua área de abrangência. As atividades desenvolvidas pela instituição priorizam o aumento da oferta de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação; a formação de recursos humanos com maior foco nas necessidades apresentadas pelo mercado de trabalho regional, representados pelas empresas.

O estímulo à cultura empreendedora é uma das estratégias para a interação da FAPAC com as empresas circunvizinhas, e se manifesta pela intensificação da produção de conhecimentos em áreas estratégicas do desenvolvimento regional e pela ampliação de serviços prestados a sociedade sob a forma de atividades de extensão. A IES entende que esses elementos são condicionantes para o atendimento adequado às demandas da sociedade local demonstradas ao longo da história da Instituição.

## ■ Missão

Tornar-se referência em educação médica e da saúde, capacitando nossos alunos para transformarem seus sonhos em experiências extraordinárias de aprendizagem ao longo da vida.

## Visão

A Faculdade Presidente Antônio Carlos – FAPAC – visa um mundo com melhor educação, saúde e bem-estar.

## Valores

- ✓ **Foco no aluno** – Acreditamos que nossos alunos vão criar as bases para que a nossa visão se concretize. Eles serão sempre a nossa maior prioridade.
- ✓ **Ser apaixonado** – Acreditamos que a vida é incrivelmente cheia de oportunidades. Por isso, tome as rédeas e busque o equilíbrio necessário entre a vida profissional e pessoal.
- ✓ **Gente é tudo pra gente** – A única forma de uma marca se tornar referência é por meio das pessoas, de suas equipes. Elas vão atender nossos alunos com o compromisso de entregar o melhor serviço e experiências de aprendizado.
- ✓ **Espírito Empreendedor** – Somos orientados para atingir objetivos de uma forma única, integrada. Incentivamos nossas equipes a fazer a sua parte, sendo responsáveis por projetos e resultados.
- ✓ **Inovação** – Inovamos através de disrupção, da tecnologia e da criatividade. Os problemas em geral não têm uma única resposta certa. Testar e experimentar sempre nos levará para novas oportunidades.
- ✓ **Qualidade** – Acreditamos que o caminho para o crescimento e a sustentabilidade de um negócio está em seus elevados padrões de qualidade. Temos orgulho dos serviços que prestamos a nossos alunos e que vão beneficiar suas carreiras, tornando-os melhores profissionais.

## Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

A FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS (CÓD.: 5544 - FAPAC), com sede no município de Porto Nacional, Estado do Tocantins, e mantida pelo INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS PORTO S/A. (ITPAC PORTO NACIONAL), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do

(ITPAC PORTO NACIONAL), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 10.261.569/0001-64, foi credenciada pelo Decreto Estadual nº 3.486, de 04 de setembro de 2008, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº. 2.728, em 05 de setembro de 2008. Pelo mesmo ato, foram transferidos para a FAPAC os Cursos de Graduação, modalidade bacharelado presencial, em Administração, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social, Enfermagem, Engenharia Civil, Fisioterapia, Medicina e Odontologia, e, ainda, o descredenciamento da UNIPORTO/IESPEN (revogação do Decreto nº. 3.254/08). O processo originário do credenciamento foi publicado no Diário Oficial nº. 2.722, publicado em 28/08/2008.

A efetivação da transferência dos cursos e alunos da UNIPORTO/IESPEN decorreu do TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA firmado em 29/02/2008 e devidamente aditado em 25/07/2008, visando garantir a continuidade dos cursos e preservação dos interesses dos alunos.

Em 19 de novembro de 2010, a UNIÃO, por meio do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, representada pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR; o ESTADO DE TOCANTINS, por meio da SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO e pelo CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO e pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE TOCANTINS, firmam o ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA que entre si celebram, objetivando estabelecer mecanismos que viabilizem a efetivação do entendimento manifestado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no julgamento da ADI nº 2.501, mediante a renovação junto ao SISTEMA FEDERAL, dos atos regulatórios praticados no âmbito do SISTEMA ESTADUAL em face das INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR mantidas pela iniciativa privada. O extrato deste ACORDO foi publicado no DOU nº 231, em 03 de dezembro de 2010, com vigência de 02 (dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura, datada de 19 de novembro de 2010.

Neste ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA constam as situações das INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR e dos CURSOS DE GRADUAÇÃO, objeto do respectivo ACORDO citado, que registram a regularidade da FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS e dos seguintes CURSOS DE GRADUAÇÃO, modalidade bacharelado presencial, em funcionamento: Administração, Enfermagem, Engenharia Civil, Medicina, Odontologia e Arquitetura e Urbanismo.

Em 12 de agosto de 2011, a SERES/MEC publicou no DOU nº 155, o Edital SERES nº 1, que tem como objeto o Regime de Migração de Sistemas das Instituições de Educação Superior Privadas.

Em consonância com as diretrizes e procedimentos estabelecidos no Edital SERES nº 1, as INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, citadas no referido ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, iniciaram, em 12 de agosto de 2011, os procedimentos relativos ao processo de migração do Sistema Estadual de Educação do Estado de Tocantins para o Sistema Federal de Ensino Superior – MEC.

Em 2011, dando início ao processo de migração, foi protocolado no e-MEC o primeiro processo da FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS (FAPAC) para fins de credenciamento institucional, que recebeu o nº 201107237. Com relação a este processo, a IES recebeu durante os dias 19/03/2017 a 23/03/2017 a comissão avaliadora, que tendo realizado as considerações sobre cada um das dez dimensões avaliadas, o Protocolo de Compromisso e sobre os requisitos legais, todos integrantes deste relatório e, considerando também os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente (diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior), da Faculdade Presidente Antônio Carlos - FAPAC, atribuiu os seguintes conceitos finais, por dimensão:

Tabela 1 - Dimensões e conceitos

Dimensões	Conceito	Dimensões	Conceito
Dimensão 1	5	Dimensão 6	5
Dimensão 2	5	Dimensão 7	5
Dimensão 3	4	Dimensão 8	5
Dimensão 4	5	Dimensão 9	4
Dimensão 5	5	Dimensão 10	4

Fonte: Elaborado pelos autores

Por fim, considerando, portanto, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da CONAES, no atendimento integral do Protocolo de Compromisso e neste instrumento de avaliação, a proposta do Recredenciamento da IES – A Faculdade Presidente Antônio Carlos - FAPAC - apresenta um perfil MUITO ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade: CONCEITO FINAL 5.

Em virtude dessa avaliação, a Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica sugeriu, em atenção aos referenciais substanciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, e no Capítulo III, do Decreto nº 5.773, de 2006, a emissão do Despacho determinando: a) O arquivamento do Processo de Supervisão nº 23709.000027/2016-04, com fundamento expresso no art. 49 do Decreto nº 5.773, de 2006. b) A revogação das medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 97, de 2015, perante a FAPAC (cód. 5544).

A FAPAC, desde o seu credenciamento em 2008, vem contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do município e da região, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população por meio da implementação das

atividades de ensino, extensão, pesquisa e de responsabilidade socioambiental. A FAPAC ocupa, hoje, uma área total de 79.905.000 m<sup>2</sup> e foi instituída com a finalidade principal de oferecer ensino superior diferenciado, que propicie a formação de novos profissionais com visão de futuro, inteiramente adaptados à sua região de influência. Seus dirigentes, um grupo com experiência em gestão educacional, procura incutirem seus alunos, professores e funcionários o ideal de crescer, de construir e de aprender a aprender. Para tanto, desenvolve projetos pedagógicos voltados para os interesses e necessidades da comunidade local e regional, fundamentada em sua missão.

Mantida e mantenedora estão localizadas na cidade de Porto Nacional, a 52 km de Palmas, capital do estado do Tocantins, região Norte do Brasil.

A FAPAC, com o respaldo e a seriedade de uma empresa responsável, de reputação ilibada, cumpridora de seu papel na sociedade, prestando serviços de natureza pública com a mobilidade da iniciativa privada, fortalece, inova e aprimora seus serviços na área de educação. Uma IES reconhecida em todo o estado do Tocantins, destacando-se como uma das melhores faculdades de toda região Norte do país.

Assim, por meio da consolidação e expansão de seu quadro de cursos de graduação, de pós-graduação lato sensu e atividades de extensão e iniciação científica, a Instituição reafirma e consolida seus compromissos com as demandas sociais, possibilitando a expansão e o aperfeiçoamento do capital intelectual da sociedade, estabelecendo, desta forma, relação direta com o processo de ensino-aprendizagem. Uma IES que valoriza o contato com a diversidade cultural e o diálogo com a comunidade, procurando gerar, difundir e aplicar o conhecimento em todos os níveis, em especial, naquele capaz de efetivar melhorias concretas na qualidade de vida das pessoas.

Atualmente, a FAPAC conta com os seguintes cursos em funcionamento:

- ✓ Agronomia – Autorizado (CC 4) pela Portaria nº 116, de 20 de fevereiro de 2018.
- ✓ CST em Gestão do Agronegócio (Tecnológico) – Autorizado (CC 4) pela Portaria nº 1210, de 24 de novembro de 2017.

✓ Arquitetura e Urbanismo - Reconhecido pelo Decreto Estadual nº. 3.486, de 04/09/2008, publicado no Diário do Estado do Tocantins nº. 2.728, publicado em 05/09/2008. Renovação de Reconhecimento (CPC 3), publicado na Portaria Nº 110, de 04 de fevereiro de 2021.

✓ Engenharia Civil – Reconhecido pelo Decreto Estadual nº. 3.923, de 06/01/2010, publicado no Diário do Estado do Tocantins em 07/01/2010. Renovação de Reconhecimento (CPC 3), publicado na Portaria Nº 110, de 04 de fevereiro de 2021.

✓ Medicina - Reconhecido pelo Decreto Estadual nº. 3.486, de 04/09/2008, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº. 2.728, publicado em 05/09/2008. Renovação de Reconhecimento (CC 4) publicado na Portaria nº 429, de 15 de maio de 2017. Atualmente, está protocolado Processo Aberto de Ofício: Curso de Medicina e aguardando agendamento de visita in loco.

✓ Enfermagem - Renovado o reconhecimento (CC 4) pela Portaria SERES/MEC nº 949, de 30 de agosto de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 165 de 31 de agosto de 2021..

✓ Odontologia - Renovado o reconhecimento (CC 4) pela Portaria SERES/MEC nº 200, de 6 de janeiro de 2022, publicado no Diário Oficial da União nº 6 de 10 de janeiro de 2022.

Para uma Unidade da Federação com apenas 32 anos e que se encontra em construção e em pleno desenvolvimento, existe uma demanda muito grande de profissionais habilitados em todas as áreas do conhecimento, inclusive na área de saúde, para atender aos diversos setores produtivos da localidade. Contribuir com a profissionalização e com a promoção do crescimento e do desenvolvimento na região é o grande objetivo da FAPAC.

É importante destacar que a FAPAC proporciona cenários de aprendizagem de construção coletiva do conhecimento e de capacitação para as práticas inerentes à realidade do mercado de trabalho, de simulação, atividades concretas e da produção do conhecimento, onde o aluno desempenha um papel ativo.

A FAPAC tem convênios diversas instituições dentre elas: Secretarias de Saúde municipais e Estaduais, no Estado do Tocantins.. Além das parcerias na área de saúde, a FAPAC possui acordos com CIEE, IEL, dentre outras instituições.

A Polícia Militar, o SINTET – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins, a Prefeitura Municipal de Brejinho de Nazaré, Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Ministério Público do Estado do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional possuem convênio com a FAPAC com o objetivo de que seus funcionários, bem como seus filhos, usufruam de desconto de 20% nos cursos de Agronomia, CST Agronegócio, Arquitetura e Urbanismo e Odontologia.

Tabela 2 - Relação de convênios

	<b>Convênio</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência</b>
01	Termo de Cooperação Institucional – Secretaria do Estado do Tocantins (SESAU)	Realização de estágio estudantil supervisionado e Atividade de Aprendizagem em Serviços nas Unidades de Saúde e setores da Secretaria de Estado de Saúde	05/04/2021
02	Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Porto Nacional/TO	Tem por objetivo proporcionar Estágios Curricular Obrigatório; Internato em Medicina, Preceptorial, prestação de Serviços Ambulatorial Assistencial nos Eixos da Atenção Básica, média e de alta complexidade Ambulatorial; Assistência farmacêutica e vigilância em saúde, aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação em Enfermagem, Odontologia, Medicina do ITPAC PORTO, nas unidades de Saúde sob gestão da secretaria municipal de saúde de Porto Nacional/TO.	14/01/2022
03	Secretaria Municipal de Saúde de Paraíso/TO	Realização de estágios, nas Unidades Básicas de Saúde, sob a Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins.	31/12/2020
04	Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas	Tem por objetivo proporcionar estágio curricular não renumerado aos alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de graduação em medicina do ITPAC PORTO.	23/07/2021
05	O GESTHO – Gestão Hospitalar S/A – Hospital Belo Horizonte	Realização de estagio estudantil supervisionado e atividade de aprendizagem em serviço a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva no curso de medicina ofertado pelo ITPAC PORTO.	Indeterminada

06	Unimed Palmas Cooperativa de Trabalho Médico (Nome Fantasia: Unimed Palmas)	Concessão de Estagio Curricular Obrigatório (em regime de INTERNATO), a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva no curso de medicina ofertado pelo ITPAC PORTO.	31/12/2020.
07	Hospital Palmas Medical Ltda.	Realização de estágio estudantil supervisionado e atividade de aprendizagem em serviço a estudante regularmente matriculados e com frequência efetiva no curso de medicina ofertado pelo ITPAC PORTO.	01/08/2022
08	Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Pará de Minas/MG	Concessão de estagio curricular obrigatório (em regime de Internato) regularmente matriculados no ITPAC PORTO.	18/02/2022
09	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira/MG	Concessão de estagio curricular obrigatório (em regime de Internato) regularmente matriculados no ITPAC PORTO.	14/02/2022
10	Basf S.A	Concessão de estágios na modalidade não obrigatório a estudantes matriculados e com frequência efetiva no curso de Agronomia ofertado pelo ITPAC PORTO.	13/03/2021
11	IEL – Concessão de Estágio	O presente convênio tem por objeto a intermediação e promoção de integração pelo IEL-NR, na qualidade de Integração, entre a Instituição de ensino, as concedentes e os postulantes á vaga de estágio, visando a implementação de programa de estágio.	Indeterminado
12	CIEE – Centro de Integração Empresa - Escola	Este Acordo de Cooperação que faz parte integrante e indissociável do presente instrumento, estabelecem Cooperação Reciproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades para a promoção da integração de estudantes no mercado de trabalho, por meios de programas de Estágios de Estudantes.	07/06/2021
13	Secretaria da Fazenda e Planejamento – SEFAZ/TO	Concessão de estágios na modalidade não obrigatório a estudantes matriculados e com frequência efetiva nos cursos de Arquitetura e Urbanismo /Engenharia Civil ofertado pelo ITPAC PORTO	11/10/2021
14	Companhia de Saneamento do Tocantins – BRK Ambiental/Saneatins	Concessão de estágios na modalidade obrigatório e não obrigatório a estudantes matriculados e com frequência efetiva nos cursos ofertados pelo ITPAC PORTO	17/10/2021

Fonte: Elaborado pelos autores

Visando o crescimento e desenvolvimento da região nas mais diversas áreas, a FAPAC solicitou ao MEC autorização de mais 6 cursos de graduação na modalidade presencial. Processos inseridos no sistema e-MEC em 2015: Agronomia (em Funcionamento), Ciências Contábeis (em extinção), Engenharia da Computação (em extinção), Engenharia Mecânica (em extinção) e CST em Gestão do Agronegócio (em Funcionamento).

Engenharia da Computação Bacharelado – Processo 201500714, obteve Conceito final 4 e todos os requisitos legais atendidos, publicado na Portaria nº 674, de 04 de julho de 2017.

Ciências Contábeis Bacharelado – Processo 201500713, obteve Conceito final 4 e todos os requisitos legais atendidos, publicado na Portaria nº 674, de 04 de julho de 2017.

Engenharia Mecânica Bacharelado – Processo 201500715, obteve conceito final igual a 4 e todos os requisitos atendidos, publicado na Portaria nº 1210, de 24 de novembro de 2017.

Em sua trajetória histórica, a FAPAC busca consolidar seu compromisso social com a comunidade tocantinense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Vem evidenciando a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico do estado de Tocantins e região. Sua preocupação com a formação de recursos humanos para a saúde caracterizou o início de sua história, cujos fundamentos vieram agregar ao interesse pelo ensino das ciências humanas, ciências exatas e da terra, com a implantação de bacharelados em distintas áreas do conhecimento.

### **Finalidades, objetivos e metas institucionais.**

Os objetivos e metas propostos para o próximo quinquênio da FAPAC estão em consonância com a sua missão e com o Regimento Interno. Para cumprir tais objetivos gerais, estão elencadas nos quadros a seguir as correspondentes metas almejadas. Para garantir a excelência acadêmica, deve-se ultrapassar velhos modelos, é preciso inovar nos processos de aprendizagem em todas as esferas da

FAPAC. Para isso, é necessário ampliar as inovações de práticas pedagógicas, incrementar a utilização das novas tecnologias no processo de formação, estimular a capacidade criativa dos estudantes. Aprofundar o processo de valorização do professor em todas as suas dimensões, como pilar para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador, no qual a interação de atividades de pesquisa e formação de recursos humanos se entrelacem com projetos de extensão, propiciando a capacitação de “agentes de mudanças”, profissionais capazes de fazer a diferença e contribuir diretamente em processos de transformação econômico e social.

Para cumprir tal objetivo é preciso incentivar a multidisciplinaridade, encaixando as partes, aproximando a faculdade e a comunidade onde está inserida.

## Finalidades

A localização geográfica e as características do Estado de Tocantins e da região Norte exigem a concepção de uma Instituição de Educação Superior com forte vínculo com a comunidade local, comprometida com as demandas dessa sociedade e empenhada na transformação cidadã dessa mesma sociedade.

A FAPAC tem como finalidade a transmissão e a produção do conhecimento em todas as áreas do saber, mediante a promoção do ensino de graduação e de pós-graduação, da iniciação científica, pesquisa e da extensão. No seu projeto de implantação valoriza principalmente o profissional da região, onde o perfil da sua área de atuação reflete no seu compromisso regional, na medida em que os cursos oferecidos atendem, prioritariamente, a carência de desenvolvimento humano e econômico do Brasil e da região.

## Objetivos

### Objetivo Geral:

Com foco na realidade socioeconômica, cultural e ambiental do município e do estado que está inserida e, através da promoção da educação, formar profissionais em várias áreas de conhecimento, por meio da articulação de conteúdo, competências

e habilidades essenciais para o exercício profissional e para responder aos desafios do século XXI.

Objetivos Específicos:

Tabela 3 - Objetivos e metas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS/METAS	CRONOGRAMA				
	2021	2022	2023	2024	2025
1. Ampliar os cursos de Graduação presencial formando assim cada vez mais profissionais e especialistas de nível superior, compromissados com a realidade e com a solução dos problemas nacionais e da região de sua influência.	X	X	X	X	X
2. Ampliar os projetos de pesquisas e a iniciação científica.	X	X	X	X	X
3. Ampliar a extensão do ensino à comunidade, ampliando as atividades de extensão e de prestação de serviços.	X	X	X	X	X
4. Incentivar o programa de intercâmbio e a cooperação com instituições de ensino dos diversos graus, tendo em vista o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia.	X	X	X	X	X
5. Intensificar a participação no desenvolvimento socioeconômico da região, como organismo de consulta, assessoramento e prestação de serviços, em assuntos relativos aos diversos campos do saber.	X	X	X	X	X
6. Ampliar os programas e cursos de pós-graduação, de atualização e de extensão, na modalidade presencial.	X	X	X	X	X

7. Implementar os programas e cursos de pós-graduação Latu sensu na modalidade presencial.		X			
8. Promover a educação sob os princípios da liberdade, da fraternidade e da solidariedade humana.	X	X	X	X	X
9. Estimular a criação artística, as manifestações culturais e as práticas desportivas.	X	X	X	X	X
10. Promover ações educativas para conscientização da comunidade, visando à compreensão dos direitos e deveres humanos, da cidadania e do exercício pleno da liberdade e da democracia.		X			
11. Fortalecer de maneira prática o respeito aos princípios universais dos direitos humanos, da ética e da preservação do meio ambiente.	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores

## Metas e ações

Para a consecução dos objetivos institucionais, temos as seguintes metas e ações institucionais:

Tabela 4 - Metas e Ações

METAS/AÇÕES	CRONOGRAMA				
	2021	2022	2023	2024	2025
Consolidar a estrutura organizacional, visando evoluir com a profissionalização da gestão, pautada no planejamento estratégico, no sentido de aprofundar a transparência, a participação e a agilidade.	X	X	X	X	X

Implementar a política orçamentária estreitamente vinculada às metas institucionais.	X	X	X	X	X
Implementar, em caráter permanente, práticas pedagógicas inovadoras.	X	X	X	X	X
Incentivar o papel do professor enquanto orientador e mediador do processo ensino-aprendizagem.	X	X	X	X	X
Adequar, em caráter permanente, as matrizes curriculares de cada área, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e em sintonia com os movimentos da sociedade.	X	X	X	X	X
Manter atualizada a infraestrutura necessária ao ensino de qualidade.	X	X	X	X	X
Manter quadro docente capacitado e com elevados padrões éticos e profissionais.	X	X	X	X	X
Consolidar infraestrutura física, de recursos humanos e de programas para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de extensão.	X	X	X	X	X
Ampliar as políticas de estímulo à divulgação científica.	X	X	X	X	X
Garantir o conhecimento das necessidades e das demandas da sociedade em sua área de abrangência e influência.	X	X	X	X	X
Ampliar a política de extensão propositiva.	X	X	X	X	X
Garantir que as atividades de extensão se realizem, prioritariamente, vinculada ao projeto acadêmico.	X	X	X	X	X

Manter o Programa de Avaliação Institucional, sob a ótica do SINAES.	X	X	X	X	X
Ampliar o quantitativo de cursos de graduação por meio de autorização do MEC.	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores

### ■ Projeto pedagógico institucional

O Projeto Pedagógico Institucional tem por objetivo socializar as políticas e princípios educacionais que regem as práticas acadêmicas da FAPAC na formação do perfil desejado para o seu egresso, um profissional cidadão, crítico, ético e qualificado para intervir no contexto sócio-histórico no qual está inserido. Por essa razão, fundamenta os destinos da Instituição, permitindo novas reflexões, interpretações e revisões, ao encontro do preconizado pelo MEC, que o define como “um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que orienta as práticas acadêmicas da instituição, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, missão, visão e objetivos”.

### ■ Política para o ensino de graduação e pós-graduação

A FAPAC/ITPAC oferta educação superior diferenciada, que propicia a formação de novos profissionais com visão do futuro, inteiramente adaptados à região de influência da Instituição.

Além dos cursos de graduação, a FAPAC oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* em áreas do conhecimento em consonância com as demandas e necessidades atuais da sociedade. O alto nível do corpo docente, o comprometimento das coordenações dos cursos e infraestrutura moderna fazem da graduação e da pós-graduação a opção segura para quem acredita que o conhecimento é uma forma de se apropriar do passado, intervir no presente e planejar o futuro, tornando-se um cidadão integral, ético e tecnicamente competente, capaz de contribuir com a transformação da realidade individual e coletivamente.

Relação dos cursos de graduação oferecidos pela FAPAC

Tabela 5 - Relação dos cursos de graduação oferecidos pela FAPAC

CURSO	DIURNO/INTEGRAL		NOTURNO		TOTAL VAGAS	SITUAÇÃO
	VAGAS	TURMAS	VAGAS	TURMAS/ANO		
CST EM GESTÃO DO AGRONEGÓCIO	-	-	60	2	120	ATIVO
AGRONOMIA	-	-	60	2	120	ATIVO
ENFERMAGEM	-	-	60	2	120	ATIVO
MEDICINA	60	2	-	-	120	ATIVO
ODONTOLOGIA	60	2	-	-	120	ATIVO
ENGENHARIA CIVIL	-	-	60	2	120	ATIVO
ARQUITETURA E URBANISMO	-	-	20	2	40	ATIVO
<b>TOTAL</b>	<b>120</b>	<b>4</b>	<b>220</b>	<b>8</b>	<b>760</b>	

Fonte: Elaborado pelos autores

Política para ensino a distância

Os cursos ofertados pela FAPAC são na modalidade presencial, todavia, conforme regulamentado pela Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 oferecem disciplinas na modalidade a distância. Na operacionalização dessas disciplinas são disponibilizadas aos discentes as atividades de tutoria e monitoria, conforme preconiza o Artigo 2º da Portaria supracitada.

Essas disciplinas são gerenciadas pela Coordenação de Educação a Distância da IES, que é responsável por acompanhar toda a logística de desenvolvimento das disciplinas. A Coordenação é composta pela coordenadora, que conta com o apoio da equipe de TI, tutores e monitores.

A coordenação e monitoras atendem presencialmente e remotamente os alunos em suas dúvidas relacionadas ao desenvolvimento das disciplinas ofertadas na modalidade EaD. Esse profissional é responsável por fazer uma aula inaugural em todo início de semestre, apresentando aos alunos que estão matriculados em disciplinas 100% on-line e nas disciplinas híbridas a sua estrutura e desenvolvimento. Além disso, junto com a equipe do departamento de Tecnologia da Informação (TI) da instituição, é responsável pela organização dos agendamentos e aplicação das provas finais realizadas nos Laboratórios de Informática.

Os tutores são responsáveis por toda a mediação do processo de ensino-aprendizagem que acontece no Canvas. O Canvas é um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) baseado na web que permite o gerenciamento de cursos incluindo tarefas, avaliações e notas, a interação entre alunos e professores por meio de fóruns de discussão, bate-papo, mensagens diretas e notificações e a entrega de conteúdo permitindo o carregamento de arquivos. Entre as principais responsabilidades dos tutores consta a moderação dos Fóruns de Discussão, proporcionando a interação entre os próprios alunos e entre aluno e tutor. Nos Fóruns, os alunos podem emitir suas opiniões, construir argumentos e revisar conceitos. Os tutores respondem a eventuais dúvidas e fazem suas considerações a respeito das discussões.

Cabe ao tutor mediar o processo pedagógico junto aos estudantes, assim como o domínio do conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação aos conteúdos específicos. O tutor atua, também, como mediador na preparação dos alunos para o pensar, por meio da estimulação das capacidades investigadoras dos discentes. Ele participa do processo de avaliação do material didático, a cada final de disciplina, objetivando contribuir com o aperfeiçoamento de todo o material.

A partir de 2021/2, as disciplinas on-line passaram a oferecer aos alunos encontros síncronos quinzenais com os tutores. Esses encontros são momentos de complementação e discussão do conteúdo, de esclarecimento de dúvidas relacionadas às atividades, de aproximação entre alunos e tutores.

Outro fator fundamental nas disciplinas ofertadas a distância é o monitor. Esse é um suporte técnico presencial oferecido pelas instituições do Grupo AFYA, com escolha a partir de um processo seletivo. O monitor insere a presença humana no contexto das tecnologias de informação, facilitando o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e garantindo a utilização completa das ferramentas disponibilizadas, tornando a EAD um processo menos solitário e mais comunitário, aumentando, assim, a adesão do estudante ao sistema. Cabe à monitoria presencial, além de atender aos estudantes, orientar quanto ao acesso ao material disponibilizado na plataforma e agendamento da prova presencial obrigatória.

Além da oferta de monitoria, profissionais de TI estão à disposição dos alunos na Instituição para auxílio e orientação sobre acesso ao AVA e uso das tecnologias disponíveis. E um dos Laboratórios de Informática, especificamente o Labin II, é de utilização exclusiva para os acadêmicos que necessitarem de acesso a computadores e serviços de internet na realização dos estudos. O Laboratório fica disponível das 8h da manhã às 22 horas de segunda a sexta-feira e das 8h às 12h aos sábados.

As atividades de tutoria e monitoria são avaliadas periodicamente pelos estudantes e equipe pedagógica do curso. Essa avaliação acontece enquanto a disciplina está em andamento e ao ser finalizada, o que embasa a coordenação do curso para a tomada de decisões. Tais decisões englobam, entre outras, adaptações e mudanças na forma de condução das disciplinas, atualizações do material didático e do AVA. Essas medidas, corretivas e de aperfeiçoamento, podem acarretar alterações tanto em disciplinas em andamento quanto no planejamento de atividades futuras.

Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O tutor tem um papel extremamente importante no ensino semipresencial e a distância e possui função pedagógica, social, administrativa e técnica. Isso se deve ao fato de o ensino em um espaço virtual ter características específicas, como as variações do espaço de ensino, que pode ser em qualquer lugar. Tutor e aluno encontram-se em condições de igualdade na comunicação, tendo o aluno um atendimento individual, tempo para entrar em sala de aula a qualquer momento, maior uso de multimídia e tecnologia na construção do conhecimento. Nesse contexto, o papel do tutor deve ser de um integrador, colega, facilitador, inspirador de confiança e uma pessoa que ajuda o aluno na construção do conhecimento.

O tutor deve, portanto, ter habilidade para interagir com os estudantes com disponibilidade para ouvir e atendê-los nas suas dúvidas e problemas, de modo que o estudante veja nele um aliado em quem possa confiar.

Para tanto, são requisitos de titulação e experiência profissional para atuação no corpo de tutores: ter formação na área específica da disciplina. Alguns casos de formação em áreas correlatas poderão ser analisados em conjunto entre coordenação de curso e coordenação acadêmica. Outro ponto importante é a experiência de, no mínimo, 1 ano em educação a distância como técnico, tutor ou professor.

Os tutores passam por capacitações que os habilitam para atuarem nas atividades de tutoria. As capacitações proporcionam o aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais necessários para atuação no ensino a distância e no ambiente virtual de aprendizagem. Periodicamente, discentes e equipe pedagógica do curso avaliam os tutores para detecção da necessidade de novas capacitações.

Mensalmente são realizadas capacitações com temáticas direcionadas às metodologias ativas de aprendizagem, por meio das quais os tutores têm a possibilidade de aperfeiçoar suas práticas pedagógicas. Esse aperfeiçoamento pedagógico possibilita a elaboração de aulas mais práticas, criativas e inovadoras,

que priorizam a proatividade, colaboração e cooperação entre discentes, auxiliando diretamente no processo ensino-aprendizagem, resultando em permanência e êxito nos conteúdos curriculares do curso.

O corpo de tutores das disciplinas EaDs da FAPAC é composto por professores tutores das várias unidades do Grupo AFYA, as capacitações são realizadas via Plataforma Zoom, organizadas pela Gerência de Educação a Distância da rede.

### ■ Novos cursos e programas a serem ofertados durante a vigência do PDI

Os cursos descritos na Tabela 9 estavam dentro do rol de intenções de autorizações de cursos de graduação detalhados na versão do PDI 2016/2020. No entanto, após estudo da demanda social na região abrangente do município de Porto Nacional, verificou-se que estes, não havia demanda expressiva que justificasse a sua abertura.

Tabela 6 - Novos cursos a serem ofertados

CURSO	DIURNO/INTEGRAL		NOTURNO		VAGAS ANUAIS	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO
	VAGAS	TURMAS	VAGAS	TURMAS		
DIREITO	-	-	60	2	120	2022
PSICOLOGIA	60	2	-	-	120	2023
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	-	-	60	2	120	2023
ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	-	-	60	2	120	2023
ENGENHARIA MECÂNICA	-	-	60	2	120	2023
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>2</b>	<b>240</b>	<b>8</b>	<b>600</b>	

Fonte: Elaborado pelos autores

## ■ Princípios da política de pesquisa e extensão

Os princípios são fundamentos para elaboração de normas reguladoras internas. Por meio deles, estabelece-se um ponto de partida do qual todas estas normas deverão decorrer, conferindo unidade e identidade à instituição.

Em outras palavras, são os parâmetros que norteiam a vida da FAPAC e pautam seu relacionamento interno e externo (clientes, funcionários, fornecedores, parceiros, sociedade e governo).

A FAPAC instituiu suas atividades acadêmicas com base nos seguintes princípios:

- **Autonomia:** a liberdade exercida com responsabilidade no cumprimento de sua missão, como modo fundamental da existência do homem e das sociedades;
- **Compromisso:** assegurada a convivência entre homens e ideias heterogêneas na diversidade cultural, havendo sujeição dos interesses particulares aos interesses maiores da Instituição: zelar pela integridade e garantir sua credibilidade em relação a cada um de seus participantes e perante a sociedade em geral. Sendo uma Instituição responsável na Educação Superior, se preocupa em inserir os docentes, funcionários e estudantes na participação das discussões de seus problemas e do desenvolvimento de suas metas e objetivos;
- **Solidariedade:** atribui à educação a especial responsabilidade de constituir um mundo mais solidário e mais humano, compreendendo o homem como finalidade primeira das estruturas econômicas, sociais, políticas e jurídicas, condição essencial para a edificação de uma sociedade justa, consciente e igualitária, sustentada na conjunção de esforços comuns e no diálogo entre todos.
- **Qualidade Educacional:** Perseguindo objetivos amplamente discutidos e previamente estabelecidos, desenvolvendo todos os esforços necessários para que os ensinamentos construídos na instituição sejam reconhecidos pelo seu dinamismo, criatividade e qualidade, ultrapassando os padrões de avaliação, colocando-se sempre entre os melhores do país;

- **Respeito à Dignidade e a Ética:** Sempre respeitando em todas as suas dimensões, de indivíduo, de cidadão e de membro ou usuário da Instituição. Aos seus profissionais, é garantida a autonomia em suas decisões, criando as condições para que todos possam viver em um processo de contínuo aperfeiçoamento e auto-realização. Compromisso alicerçado no mútuo respeito social e profissional, na compreensão da alteridade e da diversidade de culturas, de tal forma que os seus professores, alunos e funcionários sejam agentes pró-ativos na transformação da sociedade.

### ■ Política de pesquisa e extensão

Entende-se por pesquisa o planejamento, a prática e a avaliação metódica e controlada de procedimentos que gerem conhecimentos em todas as áreas do saber, bem como habilitam docentes e discentes a desenvolver conhecimentos necessários à sua inserção e/ou continuidade no universo acadêmico de produção do conhecimento. A política de pesquisa da FAPAC objetiva ampliar e fortalecer a pesquisa institucional promovendo o desenvolvimento de discentes, docentes, egressos e da sociedade.

Já a oferta de cursos de extensão permite consolidar a concepção de extensão como atividade acadêmica, constituindo-se em parte integrante do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo docentes e estudantes. Nesse contexto, as ações de extensão enfatizam o aprimoramento e a expansão da relação teoria e prática, na perspectiva de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, como oportunidade de troca de saberes. Ademais, consolida a relação da instituição de ensino superior com a sociedade, haja vista a necessidade de formação multiprofissional e interdisciplinar. Promover a oferta de cursos de extensão nas modalidades de cursos livre, formação inicial, formação continuada, com o objetivo de atender à demanda de capacitação, de aperfeiçoamento, de atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica possibilita a ampliação da contribuição da FAPAC à sociedade tocantinense.

Além disso, permite o incentivo à difusão do conhecimento produzido na IES para a comunidade, por meio de participação em mostras científicas, feiras de ciências, semanas acadêmicas, eventos de consciência étnico-racial, simpósios, fóruns e colóquios.

Ainda, comprometida com a formação mais completa de profissionais conscientes e engajados com a sociedade, a FAPAC integrou as atividades de extensão na matriz curricular dos seus cursos de graduação, nos termos da Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Essa iniciativa visa estabelecer uma relação mais próxima entre a IES e a comunidade, levando o conhecimento para além dos muros da FAPAC de forma que os discentes possam desenvolver habilidades práticas e compreensão das demandas e desafios sociais com projetos que se relacionam com os seus respectivos cursos.

Na Tabela 7 são descritos os cursos de extensão e continuados pretendidos no período de vigência deste PDI.

Tabela 7 - Cursos de extensão e continuados

Curso	Grau	Modalidade	Ano Pretendido	Nº de Total de Vagas	Carga Horário	Turno	Periodicidade
Oficina de Arte e Cultura	Extensão	Presencial	2021	60	20	Vespertino	Semestral
Educação em saúde coletiva	Extensão	Presencial	2021	60	20	Matutino Noturno	Semestral
Semana Acadêmica Institucional	Extensão	Presencial	2021 a 2025	500	40	Matutino Vespertino Noturno	Anual
Revitalização do Patrimônio Cultural e Urbanismo.	Extensão	Presencial	2022	60	24	Vespertino	Semestral
Desenvolvimento Sustentável	Extensão	Presencial	2022	60	24	Noturno	Semestral
Acessibilidade Urbana	Extensão	Presencial	2022	60	20	Noturno	Semestral
Curso de Modelagem 3D	Extensão	Presencial	2022	60	20	Matutino	Semestral
Projeto de Estruturas de Concreto Armado	Extensão	Presencial	2021	60	24	Vespertino	Semestral
Extensão em tratamento cirúrgico periodontal	Extensão	Presencial	2022	60	20	Matutino Vespertino	Semestral
Extensão em implantes dentários - cirurgia e prótese	Extensão	Presencial	2023	60	20	Matutino Vespertino	Semestral
Extensão em Cirurgia oral menor	Extensão	Presencial	2024	60	20	Matutino Vespertino	Semestral
Extensão em Harmonização Orofacial	Extensão	Presencial	2025	60	20	Matutino Vespertino	Semestral
Extensão em Odontologia Estética	Extensão	Presencial	2024	60	20	Matutino Vespertino	Semestral
Extensão em Prótese/Dentística	Extensão	Presencial	2025	60	20	Matutino Vespertino	Semestral
Extensão em Endodontia	Extensão	Presencial	2023	60	20	Matutino Vespertino	Semestral

Extensão e habilitação em laserterapia odontologia	Extensão	Presencial	2023	60	20	Matutino	Semestral
Extensão e habilitação em técnicas anestésicas por indução - óxido nitroso	Extensão	Presencial	2024	60	20	Vespertino	Semestral
Extensão e habilitação em venopunção e obtenção de fibrinária em plaquetas (L-PRF)	Extensão	Presencial	2021	60	20	Noturno	Semestral
Extensão em Gestão de Carreira e preparatório para concursos	Extensão	Presencial	2022	60	40	Matutino Vespertino Noturno	Semestral
Extensão em Reciclagem de atividades odontológicas	Extensão	Presencial	2024	60	40	Matutino Vespertino	Semestral
Medição de Vazão	Extensão	Presencial	2022	60	20	Vespertino	Semestral
Revit	Extensão	Presencial	2022	60	20	Vespertino	Semestral
Especialização em Pavimentação Rodoviária	Lato-Sensu	Presencial	2021	360	40	Noturno	Modular

Fonte: Elaborado pelos autores

## Política de mobilidade acadêmica e internalização

### Núcleo de internacionalização (NINTER)

O cenário educacional mundial tem passado por profundas transformações nos últimos anos. Além dos inúmeros avanços tecnológicos em várias áreas do conhecimento, um fenômeno que tem sido observado é a transposição das fronteiras no âmbito educacional. Diante desta realidade, a internacionalização das atividades de ensino, pesquisa e extensão é um pré-requisito para sua inserção no grupo de universidades imersas em mundo globalizado, intercultural e conectado.

Internacionalização consiste no conjunto de ações – mobilidade acadêmica, intercâmbio bilateral, oferta de idiomas, disciplinas em língua estrangeira e cursos gerais, desenvolvimento de pesquisa, cooperação institucional, projetos internacionais, adesão a editais de programas de financiamento, oferta e participação em eventos internacionais, participação em projetos em rede internacional – que visam à consolidação e expansão da universidade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma a suscitar o desenvolvimento e diálogo entre as culturas.

O Plano de Internacionalização da FAPAC estrutura as políticas de cooperação, mobilidade e internacionalização, em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade. O Núcleo de Internacionalização é o setor responsáveis pela execução das ações de internacionalização, bem como pela proposição de atividades, projetos e programas estratégicos da IES, em parceria com os professores de língua estrangeira, acadêmicos, coordenações de curso, coordenação acadêmica, dentre outros setores.

Esta política visa potencializar as ações de internacionalização da FAPAC, como fomentador de projetos e de parcerias institucionais, em prol da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento humano, acadêmico e profissional do aluno e do corpo docente.

A Política de Internacionalização da FAPAC visa orientar e institucionalizar as ações de internacionalização relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação,

bem como à gestão acadêmica, em consonância com as disposições do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Entende-se como “internacionalização”, no âmbito desta Resolução e como norteamento para as ações da FAPAC, a cooperação pacífica e produtiva com instituições de ensino e pesquisa, bem como com instituições cujas atividades promovam, direta ou indiretamente, o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação científica e social, oriundas de todos os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

O princípio norteador das relações da FAPAC com seus parceiros brasileiros ou internacionais será o da reciprocidade, como forma de promover o equilíbrio, em ações de internacionalização.

### **Objetivo Geral**

Potencializar, promover e ampliar as ações de internacionalização da FAPAC por meio de acordo com instituições parceiras, em prol da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e do fomento ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes, docentes e colaboradores.

### **Objetivos Específicos**

- Sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade e implantação de ações;
- Promover a participação de discentes, docentes e colaboradores em ações de internacionalização;
- Divulgar programas e eventos em âmbito internacional;
- Estabelecer as etapas que compõem o processo de participação do discente e docente em ações de internacionalização da FAPAC, que compreende procedimentos, fluxos operacionais, divulgação e monitoramento;
- Garantir a criação de diretrizes e normas para a regulamentação das ações internacionalizadas;

- Desenvolver ações de extensão e pesquisa em parceria com instituições e/ou professores estrangeiros;
  - Fomentar a pesquisa em âmbito internacional;
  - Promover o relacionamento e a cooperação entre a FAPAC e organizações parceiras;
    - Participar de Programas Nacionais e Internacionais de fomento à internacionalização;
    - Promover oportunidades de estudo na FAPAC para alunos do exterior;
    - Estabelecer programas para estudo de idiomas nas Unidades;
    - Oferecer aulas de língua portuguesa para alunos estrangeiros;
    - Estimular que docentes realizem formação, estudos e/ou pesquisas fora do Brasil, em instituições de reconhecido prestígio acadêmico por períodos compatíveis com seus objetivos profissionais;
  - Proporcionar oportunidades para que estudantes da FAPAC participem de ações de mobilidade (mobilidade simples, dupla-diplomação), de pelo menos um semestre, com universidades de outros países, com reconhecido prestígio acadêmico;
    - Engajar a comunidade acadêmica nas colaborações em pesquisas internacionais;
    - Incentivar a produção científica qualificada em periódicos de abrangência internacional;
    - Fomentar ações que promovam a pesquisa colaborativa com pesquisadores e instituições estrangeiras;
    - Implementar estratégias de marketing para divulgação da FAPAC utilizando-se dos mecanismos internos, como páginas e website;
    - Ofertar cursos de extensão em língua estrangeira;
    - Promover uma cultura de internacionalização entre toda a comunidade da FAPAC a fim de fortalecer a imagem e inserção institucional no cenário mundial.

#### ■ Mobilidade acadêmica

Entende-se por “mobilidade”, no âmbito desta Política de Internacionalização, o livre trânsito de docentes, de discentes e de pessoal técnico-administrativo entre a FAPAC e as instituições parceiras, devidamente amparados por acordos de cooperação.

São alguns objetivos da mobilidade acadêmica:

- Promover o intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação em instituições de qualidade e importância, com vistas ao desenvolvimento e formação de pessoas;
- Adotar sistemática de divulgação, seleção e prestação de contas aos interessados, de forma a escolher os melhores candidatos;
- Estabelecer critérios mínimos de conhecimento em idioma estrangeiro para os candidatos a mobilidade.

#### ■ Mobilidade de servidores

- Treinar docentes e servidores técnico-administrativo, por meio da concessão de bolsas e auxílios no exterior para a execução de projetos específicos de pesquisa ou treinamento em laboratórios;
- Promover a participação de docentes e discentes em cursos de curta duração em diferentes países.

#### ■ Da cooperação Interinstitucional

Para oficializar a cooperação científica e acadêmica com outras instituições no contexto da internacionalização, a FAPAC firmará convênios ou acordos de cooperação, devidamente amparados pela legislação brasileira.

Os convênios são documentos de parceria firmados pela FAPAC com instituições brasileiras ou estrangeiras, para fins de financiamento de projetos ou programas, sendo estipuladas as responsabilidades das partes, as regras de propriedade dos resultados obtidos, as atividades a serem desenvolvidas e, se for o caso, as fontes de recurso para o custeio das atividades.

## ■ Organização de eventos internacionais

Propor a realização de eventos internacionais, com organização conjunta interinstitucional ou por grupos de pesquisa em áreas estratégicas de múltiplo interesse e importância científica para as áreas ou especialidades.

## ■ Participação em eventos internacionais

- Proporcionar a participação de pesquisadores e técnicos qualificados em eventos internacionais de efetiva importância.
- Estabelecimento de acordos e convênios internacionais
- Estabelecer acordos e convênios internacionais com instituições de renome internacional que possam desenvolver ações recíprocas, envolvendo pessoal vinculado à pesquisa científica.

## ■ Participação de alunos de iniciação científica em ações internacionais

Promover a participação de alunos de graduação em iniciação científica selecionados com bolsas em projetos de pesquisa científica, em diferentes cooperações internacionais com a FAPAC.

## ■ Intercâmbio de docentes

Atrair docentes de renome internacional para participar de atividades de ensino em diferentes cursos de graduação e pós-graduação, bem como atividades de pesquisa junto aos grupos de pesquisa da instituição.

Proporcionar ações de ensino rápido, na forma de cursos e minicursos ministrados em modalidade on-line e presencial.

## ■ Divulgação da instituição no exterior

Criar canais de divulgação da imagem da FAPAC no exterior, por meio do envio de informações às diversas universidades estrangeiras.

## ■ Acolhimento de docentes e discentes estrangeiros

A infraestrutura de apoio da FAPAC desenvolverá ações voltadas para facilitar o acolhimento de docentes e discentes estrangeiros, o que inclui desde placas de sinalização e produção de conteúdo em língua estrangeira até a adaptação dos serviços e da infraestrutura de apoio, de maneira a facilitar as atividades institucionais de internacionalização.

## ■ Política de inovação tecnológica

Conforme a Constituição Federal em seu artigo nº 218 parágrafos quarto e sexto, dispostos nas leis 10.973/2004, 13.243/2016 e Decreto nº 9.283/2018, os núcleos de inovações tecnológicas (NITs) são espaços propícios à inovação e empreendedorismo. Esses espaços envolvem duas dimensões: os ecossistemas de inovação e mecanismos de geração de empreendimentos inovadores.

Os ecossistemas de inovações têm o intuito de atrair empreendedores, recursos financeiros, parques científicos e cidades inteligentes. Já os mecanismos de geração de empreendimentos inovadores objetivam a solução de problemas, transformação de ideias em empreendimentos de sucesso, incubadora e aceleradoras de negócios, trabalho cooperativo, laboratórios maker, e prototipagem de produtos e serviços.

A Política de Inovação é essencial para o desenvolvimento de uma instituição, permitindo que ela acompanhe as mudanças tecnológicas e inove em seus processos e serviços.

Nesse contexto, a implementação de uma política de inovação tecnológica envolve diversas etapas, que vão desde a identificação das demandas até a criação de um ambiente propício a inovação e ao empreendedorismo. Algumas das principais estratégias envolvem a promoção de eventos e o estabelecimento de parcerias.

## ■ Núcleo de inovação tecnológica – NIT

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) é o órgão responsável pela gestão da política institucional de inovação adotada pela FAPAC/ITPAC Porto. A mencionada política envolve atividades como o fomento e a exploração da inovação, bem como a proteção da propriedade intelectual gerada no âmbito da FAPAC/ITPAC Porto. Além disso, compete ao NIT contribuir com o desenvolvimento sociocultural e tecnológico local, regional ou nacional, estimular a participação de colaboradores e alunos em projetos com foco na inovação e capacitar técnicos e pesquisadores em relação à cultura e inovação, transferência de tecnologia e gestão de parcerias.

O NIT é um órgão executivo subordinado a estrutura organizacional da Coordenação Acadêmica que tem o propósito de viabilizar a transferência do conhecimento científico e tecnológico gerado na instituição para a sociedade, assim como promover a adequada proteção das invenções geradas no âmbito da FAPAC/ITPAC Porto a fim de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico do país.

O NIT foi instituído por meio da Resolução do CONSUP Nº 15/2019 de 30 de setembro de 2019 e tem como missão promover e fortalecer a interação entre a capacidade científica e tecnológica da FAPAC/ITPAC Porto com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país, de forma ambientalmente sustentável.

### ■ São objetivos do NIT:

- Desenvolver a cultura da pesquisa e inovação tecnológica na FAPAC;
- Agregar valor à produção do conhecimento científico e tecnológico;
- Apoiar e estimular a transferência de tecnologia;
- Estabelecer parcerias para a captação de recursos;
- Apoiar o fortalecimento do processo de desenvolvimento tecnológico do país, de acordo com as políticas públicas e a legislação;
- Disseminar a cultura de inovação na FAPAC;

- Formar e capacitar a equipe para atuar na área de gestão e PD & I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação);
- Buscar recursos para estruturar a FAPAC, tornando-a apta a atuar no desenvolvimento de projetos de PD & I;
- Ampliar os recursos financeiros para PD & I na FAPAC.

Sobre a Política de Inovação Tecnológica da Faculdade Presidente Antônio Carlos (FAPAC/ITPAC Porto Nacional):

A Política de Inovação Tecnológica da FAPAC objetiva estimular e valorizar de forma contínua e permanente a atividade criativa demonstrada pela produção científica e tecnológica de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo, bem como a organização e a gestão dos processos que orientarão a transferência de tecnologia, vinculada aos seguintes princípios:

- promover a cultura de proteção da propriedade intelectual e zelar pela adequada proteção das inovações geradas pela comunidade interna e externa;
- definir as ações de inovação tecnológica nas esferas da ciência e da tecnologia, em alinhamento com os campos do saber;
- promover a disseminação da inovação tecnológica, da cultura empreendedora e da propriedade intelectual, nos diferentes níveis de ensino, pesquisa e extensão universitária;
- estabelecer regras e diretrizes quanto ao processo de inovação tecnológica, criação e transferência de tecnologias, licenciamento, produção, distribuição e exploração;
- fomentar a inovação, em âmbito científico e tecnológico;
- promover o desenvolvimento de projetos de cooperação, visando à geração de produtos e processos inovadores;
- fomentar a criação e viabilizar o acesso de ambientes de inovação, no âmbito de incubadoras de empresa juniores, núcleos de desenvolvimento e parques tecnológicos;
- fomentar e estabelecer parcerias e captar recursos junto a órgãos governamentais, empresas e sociedade, para o desenvolvimento da inovação;

- gerar de oportunidades e de acesso aos benefícios oriundos da propriedade intelectual produzida na Instituição;
- promover eficiência, eficácia e efetividade das ações;
- promover o uso sustentável de recursos econômicos e financeiros, ambientais e socioculturais;
- promover a transparência de atos e processos, admitido o sigilo, em caráter excepcional, quando necessário à proteção da inovação tecnológica e proporcional ao bem jurídico protegido;
- regular o uso compartilhado de laboratórios, instrumentos, materiais e instalações, no âmbito da FAPAC, aos pesquisadores internos e externos, em suporte à atividade de pesquisa científica e tecnológica.

Tabela 8 - Plano de ações do Núcleo de Inovações Tecnológicas - NIT

OBJETIVO EIXO 3	Implantar políticas de gestão que garantam o desenvolvimento da estrutura organizacional e a sustentabilidade financeira					
METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2021	2022	2023	2024	2025
Manter a Política de Inovação Tecnológica	Evoluir o NIT a PEQUITEC – Parque de Empreendedorismo, Qualificação e Inovação.	x				
	Seleção de Recursos Humanos para atuação junto as frentes de trabalho propostas na Política de Inovação.	x				
	Capacitação de Recursos Humanos para captação de recursos em inovação e capacitação para registro de patentes.	x	x	x	x	x
	Aquisição de equipamentos para prototipagem, criação e filmagem	x	x			
	(Re)organização das instalações	x				

	físicas.					
	Lançamento de editais para seleção de projetos a inovadores. Estímulo ao empreendedorismo a inovação e tecnológica	x	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pelos autores

### Política de acompanhamento dos egressos

A FAPAC, entendendo que a formação é contínua e não termina após a conquista do diploma, visa trabalhar o acompanhamento de Egressos implantando ações que possibilitam verificar a fixação do profissional na localidade e proximidades da instituição e o impacto que gera na sociedade.

O acompanhamento do Egresso na instituição ocorre por meio dos laços criados ainda na sua graduação. Desenvolvemos um trabalho de atualização de dados cadastrais e por meio deste mantemos contatos com nossos egressos por meio de pesquisas, divulgações e demais vínculos sociais.

Através dos projetos desenvolvidos pela instituição e parcerias estreitamos o laço com nossos egressos, comunidade acadêmica e sociedade. Entendemos que gente é tudo pra gente e por isso trabalhamos com o compromisso de entregar o melhor serviço e experiências de aprendizado mesmo após a conclusão de sua graduação

### Perfil profissional do egresso

A FAPAC entende que com as constantes evoluções tecnológicas e sociais o mercado de trabalho torna-se cada vez mais competitivos onde a mão de obra qualificada e os profissionais capacitados são cada vez mais valorizados.

Diante desse cenário onde torna-se necessidade básica o acompanhamento do progresso social quanto da competência científica e tecnológica, a instituição permitirá ao profissional a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Desta forma é assegurada a formação de profissionais aptos a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

Os egressos devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade.

Nosso trabalho é garantir que nosso egresso tenha uma visão global e humanitária, crítica, que seja reflexivo, ético, inovador, empreendedor. O egresso da FAPAC deverá ser aquele que busca o aprendizado contínuo através de pesquisas, cursos, projetos de extensão. É aquele capaz de acompanhar os avanços tecnológicos, de investir no seu aprimoramento técnico.

Diante de diferentes situações sejam elas globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho nosso egresso, através do apoio da instituição, será capaz de se adaptar mantendo-se como um profissional de excelência no mercado de trabalho. É aquele que também tem o perfil de desenvolver-se de forma sustentável com comprometimento com a responsabilidade social.

## Lei de diretrizes e bases da educação nacional e a política de egressos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB no artigo 43 trata da finalidade da educação superior:

“Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. ”

Com base no artigo 43 da LDB a FAPAC trabalha de forma a promover o desenvolvimento do seu egresso nas diferentes esferas da vida: seja ela social, acadêmica, profissional dentre outras. Buscamos trabalhar a formação continuada através dos Programas de Pesquisa e Extensão, e através de cursos de atividades de Pós-Graduação. A empresa atua em diversas frentes desde incentivos ao aprimoramento do conhecimento até o acolhimento dos novos profissionais por meio da contratação.

A FAPAC faz a integração de acadêmicos, egressos e comunidade aprimorando a educação em seus diferentes níveis capacitando profissionais, orientando a comunidade e ofertando serviços. Além de projetos e cursos são promovidos encontros onde os egressos compartilham experiências profissionais, oportunidades de emprego e atualizações educacionais.

Sendo assim entendemos que estreitamos os laços com nossos egressos uma vez que são promovido ações que possibilitam que o profissional formado continue participando da instituição em suas diferentes esferas.

#### ■ Acompanhamento de egressos

Buscando manter vivo o relacionamento com seus egressos, a FAPAC desenvolve ações que visam mostrar aos discentes as atividades que estão sendo desenvolvidas pelos egressos, bem como, a partir de dados obtidos, identificar possíveis melhorias na matriz curricular dos cursos ofertados e oportunidades para formatação de programas de cursos de Pós-Graduação, que possibilitem mais alternativas na consolidação de sua vida profissional.

A FAPAC, em relação aos egressos tem por projeto:

- Manter atualizado o contato com empresas no intuito de apoiar e encaminhar, a qualquer tempo, egressos à procura de oportunidades de trabalho;
- Manter e atualizar o cadastro de alunos formados, seus dados para contato e local de trabalho;
- Criar evento anual para encontro e confraternização dos egressos;

- Criar premiações para futuros profissionais egressos desta instituição;
- Convidar e incentivar os egressos a participarem de eventos e cursos de extensão promovidos pela instituição;
- Convidar os egressos para transmitirem suas experiências aos novos alunos, participando como palestrantes em eventos.

Para o desenvolvimento do processo de acompanhamento dos egressos são evidenciados os seguintes mecanismos:

- I. Cadastro através de banco de dados: Formulário feito via web, com questões objetivas e interpretativas que serão respondidas pelo próprio egresso. As respostas serão tabuladas e analisadas pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental da FAPAC com parceria com a Comissão Própria de Avaliação, que encaminhará o resultado para as Coordenações de Curso de Graduação e Direção Geral.
- II. Endereço eletrônico: Aos egressos é assegurado um canal de comunicação virtual, valendo-se inclusive da Ouvidoria, para que possam ser sanadas dúvidas, solicitar informações, fazer sugestões ou críticas.

### Objetivo Geral

Promover atividades que possibilitem a participação dos egressos na instituição, facilitando o acompanhamento, despertando assim interesse pela formação continuada e a fixação no mercado de trabalho.

### Objetivos Específicos

- Assegurar a formação continuada dos egressos promovendo atividades, encontros, palestras, cursos de extensão, cursos de Pós-Graduação de forma a garantir atualização e obtenção de novos conhecimentos de sua carreira profissional.

- Manter registros atualizados e obter a percepção do egresso sobre a instituição e curso de forma a contribuir para o crescimento dos serviços ofertados.
- Acompanhar a atuação dos egressos no mercado de trabalho de forma a contribuir para construção de uma carreira sólida.
- Integrar o egresso à comunidade acadêmica através de encontros promovidos pela instituição.
- Divulgar as conquistas dos nossos Egressos como forma a incentivar cada vez mais a busca pela formação continuada.

### Metodologias

A Faculdade Presidente Antônio Carlos - FAPAC dispõe em sua estrutura organizacional do Serviço de Acompanhamento de Egresso que utiliza diversas ferramentas em suas atividades. Inicialmente é utilizado instrumentos de pesquisas para coleta de dados dos egressos, logo após são elaboradas pesquisas via formulários, atividades de divulgação das ações da empresa. As informações são coletadas via formulários, redes sociais, telefones e sites.

A FAPAC possui em seu site um link para o Portal do Egresso para monitorar e auxiliar os primeiros passos de seus egressos, estabelecendo com isso um ambiente em que o formando possa manter o contato com a área de ensino, pesquisa e extensão. Este canal poderá diagnosticar o que os formandos fazem como profissionais e cidadãos e suas adequações aos setores em que atuam, criando uma reflexão crítica sobre a formação e sua relação com as necessidades do mercado de trabalho

### Ações imediatas

Como ações imediatas temos:

- a coletas de dados atualizados dos egressos dos últimos três anos;
- envio dos formulários de pesquisas;

- compilação de dados dos egressos;
- criação do Portal do Egresso no site do ITPAC Porto;

### ■ Ações futuras

Dentre as ações futuras desenvolveremos:

- publicações das atividades importantes de egressos no site;
- divulgação de eventos, projetos e cursos voltados para os egressos;
- divulgação de feiras, vagas de empregos, estágios acadêmicos;
- avaliações dos cursos, instituição, desenvolvimento profissional, mercado de trabalho dentre outras.

### ■ Considerações finais

Entendendo que nossa missão não termina com a formatura a instituição tem o compromisso de acompanhar o egresso, a fim de que ele alcance o pleno desenvolvimento profissional e social.

A FAPAC por meio de suas atividades alimentará por meio de uma comunicação contínua com os egressos o vínculo criado estimulando assim a efetiva participação nas atividades acadêmicas, sociais e no mercado de trabalho.

### ■ Política de desenvolvimento econômico e responsabilidade social

Ciente de sua missão em desenvolver e disseminar competências a partir do ensino, pesquisa e extensão que formem profissionais capazes de transformar o Brasil a partir de suas regiões, a FAPAC busca atuar com responsabilidade social, ética e transparência em seus negócios e atividades, e em suas relações com os públicos de interesse. O respeito aos direitos humanos e à cidadania, o incentivo ao comportamento ético e transparente estão presentes nas atividades e nos códigos de conduta da Instituição e alinhados a documentos universais como o Pacto Global, Declaração Universal dos Direitos Humanos e Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio. O repúdio ao trabalho infantil e análogo ao escravo está explícito em nossos contratos, estendendo-se a toda a cadeia de valor.

Em todas as nossas atividades, nos comprometemos a:

1. Identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e fomentar a gestão de aspectos socioambientais na cadeia de fornecedores.
2. Integrar as questões relacionadas à Responsabilidade Social na gestão do negócio e no processo decisório da companhia.
3. Respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas, cadeia de fornecedores e parcerias, e combatendo a discriminação em todas as suas formas.
4. Gerir o relacionamento com as comunidades situadas na área de abrangência, com base no diálogo contínuo e transparente, contribuindo para a viabilidade dos nossos negócios e o desenvolvimento local.
5. Investir em programas e projetos socioambientais, contribuindo para as comunidades onde atuamos e, de forma ampliada, para a sociedade, em alinhamento aos objetivos do negócio e colaborando para a conservação do ambiente e melhoria das condições de vida.
6. Estar preparados para atuar em situações de emergência e em potenciais conflitos e crises junto às comunidades da área de abrangência.
7. Comunicar com clareza, objetividade e transparência as informações relativas à nossa atuação em sustentabilidade, alcançando todos os públicos de interesse.
8. Contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a mitigação da mudança do clima, atuando em alinhamento com os compromissos nacionais e internacionais dos quais a FAPAC seja signatária.
9. Promover o pleno conhecimento e o compromisso da força de trabalho com a Política de Responsabilidade Social, para que nossas atividades sejam realizadas de forma socialmente responsável.

## Política para o desenvolvimento artístico e cultural

A FAPAC compartilha e reforça a importância da arte e da cultura para a formação humana, por isso, em suas práticas pedagógica e administrativa motiva e investe no apoio a ações que promovam a arte, a cultura e o prazer estético. Desse modo, faz parte da política da IES, bem como seu projeto pedagógico, a colaboração em eventos locais e regionais, tais como a Feira da Cultura, eventos culturais promovidos pela Secretaria de Cultura nos bairros, em festejos religiosos e desfile cívico da cidade.

O NED – Núcleo de Experiência Discente elabora um cronograma de ações anual com atividades que deverão ser desenvolvidas envolvendo o público interno e externo. A FAPAC conta com um auditório e áreas de convivência propícios para a realização dessas ações. Os discentes serão os parceiros potenciais e o foco, além da fruição, da partilha da arte e da cultura, será a descoberta de talentos, assim como a valorização da cultura local, regional e da diversidade cultural que permeia a heterogeneidade que é o corpodocente e discente da FAPAC.

## **Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial**

A formação do ser humano para o exercício da cidadania exige uma educação para além do desenvolvimento de competências técnicas, exige uma constante reflexão sobre o ser e o estar no mundo e como ser agente de transformação para um mundo melhor, mais humano, justo e igualitário.

Ciente dessa responsabilidade, a FAPAC promove em suas práticas o respeito à diversidade (de gênero, raça, crença, religião, cultura e outras), defendendo o direito de todos a ter direitos e a serem respeitados em suas singularidades e coletividades.

Assim, em sua prática pedagógica, são desenvolvidas atividades promotoras de valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico racial. Anualmente, o Projeto Integrador, desenvolvido nos diversos cursos levam assistência a comunidades tradicionais: quilombolas e indígenas, promovendo ações culturais, de suporte social (palestras, atendimentos na área da saúde, doações de roupas, alimentos e produtos de higiene).

A FAPAC também investe na inclusão da pessoa surda, para isso promoveu e pretende continuar oferecendo, gratuitamente, curso básico de Libras a seus colaboradores e à comunidade externa. Isso demonstra a preocupação com a responsabilidade social diante daqueles que não possuem as mesmas oportunidades por serem considerados “diferentes”.

A preocupação com o meio ambiente é uma máxima na IES. O zelo inicia desde o cuidado com a arborização do espaço, onde se mantêm árvores típicas do cerrado tocantinense (fava de bolota, pequi, ipê) até a coleta seletiva do lixo. Os papéis e papelões são cedidos para a cooperativa de catadores de material reciclável, contribuindo assim para a geração de renda dos seus cooperados, sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente.

A instituição conta ainda em sua área interna com um pomar experimental, cultivado por acadêmicos e docentes do curso de Agronomia, contribuindo assim para a valorização do meio ambiente do município

## ■ Educação para as relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena ocorre de forma transversal na FAPAC. A população do Estado de Tocantins é, em sua maioria, formada por pardos e pretos (negros) e também possui uma significativa parcela de indígenas. Fatores que reforçam ainda mais a necessidade de se trabalhar esses aspectos na formação acadêmica.

Há uma preocupação do corpo docente em abordar essas temáticas de forma transversal e contextualizada nos diversos cursos e disciplinas. Parte-se do pressuposto de que se trata de uma questão identitária do povo tocantinense, cuja história, memória e cultura encontra-se ligada à exploração do ouro nessas terras, ocasionando o surgimento de muitas cidades históricas, algumas com patrimônio tombado pelo IPHAN.

A história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena estão intrínsecas na história do Tocantins, sendo assim, torna-se impossível desvinculá-la da prática pedagógica e da formação cidadã.

## ■ Direitos Humanos

A FAPAC, enquanto instituição de ensino superior, defende os direitos humanos do cidadão como princípios básicos para a vida com dignidade, por isso, investe na formação de cidadãos plenos e holísticos. Pauta-se numa formação de profissionais que veem e tratam o ser humano de forma humanizada, com empatia e profissionalismo.

As atividades dentro e fora da instituição possuem como base o respeito à alteridade, às diferenças, aliado à oferta de serviços que garantam uma melhor qualidade de vida aos atendidos. Em seu ambiente, ou nos espaços por ela representados por colaboradores, docentes e discentes, o foco é sempre conceder tratamento igualitário, com equidade a todos aqueles que necessitarem, sem acepção de pessoas, classe social, credo, religião, gênero, orientação sexual ou raça. O trabalho desenvolvido tem sido de relevância e contribuído para a melhoria do município de Porto Nacional desde a oferta de atendimentos na área da saúde até a formação de profissionais competentes para a inserção imediata no mercado de trabalho.

A FAPAC não tolera nenhum ato discriminatório ou segregativo por parte de seus colaboradores ou acadêmicos a nenhum de seus colaboradores, visitantes, acadêmicos, pessoas da comunidade externa deixando claro a todos tanto no seu regimento interno quanto no Código de Conduta e Ética assinado por seus funcionários. O Grupo mantenedor, AFYA, oferece capacitação para que todos do Grupo possam saber os princípios éticos a serem seguidos na empresa.

## ■ Gestão institucional

Tabela 9 - Políticas de gestão institucional

OBJETIVO EIXO 4	Implantar políticas de gestão que garantam o desenvolvimento da estrutura organizacional e a sustentabilidade financeira	CRONOGRAMA				
		2021	2022	2023	2024	2025
METAS	AÇÕES					
Manter as Políticas de formação e capacitação docente	Incentivar a participação docentes em eventos científicos/técnicos/cultural.	x	x	x	x	x
	Incentivar a capacitação e qualificação acadêmica docente.	x	x	x	x	x
	Incentivar a divulgação das ações desenvolvidas com os docentes.	x	x	x	x	x

Implementar Políticas de Capacitação para o corpo Técnico Administrativo	Incentivar a formação continuada do corpo Técnico Administrativo	x	x	x	x	x
	Implementar a política de auxílio para capacitação do corpo técnico administrativo	x	x	x	x	x
	Implementar e incentivar a política de formação e capacitação do corpo técnico administrativo, de maneira excelente na Instituição.	x	x	x	x	x
A Gestão Institucional deverá manter o excelente funcionamento da Instituição.	Manter a atuação dos órgãos colegiados	x	x	x	x	x
	Manter o excelente funcionamento e a representatividade no Conselho Superior e nos Colegiados de Cursos em cumprimento com os dispositivos regimentais da Faculdade.	x	x	x	x	x
	Incentivar a participação dos professores, técnicos, estudantes e sociedade externa nos órgãos de representatividade da Faculdade.	x	x	x	x	x
	Rever e manter sempre atualizados os critérios de indicação e recondução dos membros.	x	x	x	x	x
	Manter sempre atualizados os calendários de reuniões e o registro das mesmas em ata.	x	x	x	x	x
Atualizar o Sistema do Registro Acadêmico, de acordo com as necessidades	Ampliar o Setor de Tecnologia da Informação - TI	x	x			
	Manter a organização e agilidade no atendimento à informatização	x	x	x	x	x

Institucionais e Acadêmicas.	Ampliar a diversificação de documentos acadêmicos e Institucionais disponibilizados	x	x	x	x	x
Implementar de maneira excelente as ações de Sustentabilidade Financeira	Manter e fortalecer a política de valorização de Recursos humanos	x	x	x	x	x
	Consolidar política orçamentária descentralizada e estreitamente vinculada às metas institucionais	x	x	x	x	x
	Manter os custeios de investimentos para o Ensino, Extensão, Pesquisa e Gestão.	x	x	x	x	x
Fortalecer a relação entre o Planejamento financeiro (orçamento) e a gestão Institucional	Manter/ampliar as despesas qualificadas, de acordo com as metas e políticas institucionais à cerca do Ensino, Pesquisa e da Extensão, conforme PDI.	x	x	x	x	x
	Consolidar política orçamentária descentralizada e estreitamente vinculada às metas Institucionais	x	x	x	x	x
	Acompanhar e monitorar o Orçamento	x	x	x	x	x
	Manter a permanente apropriação de custos e garantir investimentos permanentes para melhoria do desempenho Institucional.	x	x	x	x	x
	Ampliar o orçamento anual da Instituição, de acordo com as metas e políticas institucionais.	x	x	x	x	x
	Implementar a qualificação das despesas, conforme metas e políticas institucionais estabelecidas no PDI.	x	x	x	x	x
Manter a plena coerência entre o Plano	Manter Plano de Desenvolvimento Docente - PDD	x	x	x	x	x

de Carreira e a Gestão do Corpo Docente e o Corpo Técnico Administrativo	Manter e fortalecer a política de valorização de Recursos humanos	x	x	x	x	x
	Manter atualizado o Plano de Carreira Administrativo e Plano de Carrera Docente – PCA e PCD	x	x	x	x	x
	Institucionalizar a Divisão de Gestão de Pessoas junto ao Setor de Pessoal	x	x	x	x	x
Estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação dos processos e fluxos internos	Manter fortalecida a Comissão Própria de Avaliação - CPA	x	x	x	x	x
	Avaliar e atualizar indicadores de avaliação da gestão	x	x	x	x	x
	Manter e ampliar os Seminários Internos envolvendo docentes, funcionários técnico-administrativos e discentes.	x	x	x	x	x
	Desenvolver questionários específicos sobre eficácia e eficiência dos processos e fluxos internos, no contexto da CPA.	x	x	x	x	x
Apoiar o intercâmbio com outras IES da região e do país	Ampliar o número convênios com instituições de Ensino Superior para parcerias	x	x			
	Definir escopo das parcerias	x	x	x	x	x
Apoiar a participação em Projetos Interinstitucionais	Firmar convênios para projetos interinstitucionais envolvendo as atividades de pós-graduação	x	x			
	Implementar programas de intercâmbio de docentes com outras IES	x	x	x	x	x
Estabelecer parcerias com entidades internacionais tendo com objetivo projetos de relevância regional	Fazer levantamento de entidades internacionais para parcerias, à luz dos temas selecionados.	x	x	x		
	Implementar convênios com entidades internacionais	x	x	x	x	x
Valorizar o	Manter a excelência do	x	x	x	x	x

conhecimento das necessidades e demandas do corpo discente.	funcionamento dos Serviços de apoio ao Discente.					
	Manter atualizado o Portal do aluno e Matrícula On-line.	x	x	x	x	x
	Manter o acompanhamento pedagógico dos discentes pelo NAP	x	x	x	x	x
	Manter e Fortalecer o Serviço de Apoio Psicopedagógico - NED	x	x	x	x	x
Valorizar o conhecimento, por parte do corpo discente, das atividades e políticas institucionais.	Manter em constante atualização o Manual de Orientação ao Aluno de Graduação	x	x	x	x	x
	Implantar divulgação de mensagens a partir do “log-on”	x	x	x	x	x
	Incentivar a participação do corpo discente nos órgãos Colegiados	x	x	x	x	x
Conhecimento das necessidades e demandas da sociedade, em especial da região, e divulgação das atividades, competências e políticas institucionais.	Manter os eventos com a participação da comunidade interna e externa	x	x	x	x	x
	Manter a produção e divulgação de material institucional, incluindo Catálogo da Instituição e “folders” direcionados a setores diversos da sociedade interna e externa.	x	x	x	x	x
Manter a constante melhoria da imagem institucional	Manter o apoiar a eventos locais e Regionais	x	x	x	x	x
	Rever e atualizar a política de “marketing” institucional.	x	x	x	x	x
	Manter a garantia da qualidade dos serviços oferecidos pela Instituição	x	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pelos autores

## Objetivos, metas e ações na vigência do PDI

Os objetivos, metas e ações, demonstradas nas tabelas a seguir, estão embasados nas Diretrizes Nacionais e Políticas Institucionais para os próximos cinco (5) anos, nas dimensões referentes ao ensino, integrando as atividades articuladas de pesquisa e extensão à gestão acadêmica, incluindo ainda os recursos de infraestrutura física e tecnológica, como também registram o que os gestores institucionais projetam quanto aos novos rumos desejados para o crescimento institucional e a busca constante da qualidade e da excelência em relação aos serviços prestados à comunidade.

**■ Cronograma de implementação do PDI 2021-2025**

Tabela 10 - Planejamento e avaliação institucional

OBJETIVO EIXO 1	Planejar atividades educacionais por meio dos resultados da Autoavaliação e da Avaliação Externa.					
	METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA			
2021			2022	2023	2024	2025
Aperfeiçoar o processo de desenvolvimento institucional, a partir dos resultados das Avaliações Internas e Externas.	Promover no Conselho Superior, a apreciação do relatório de avaliação institucional, interna e externa, permitindo análises e contribuições que resultem na melhoria dos processos de desenvolvimento institucional.	X	X	X	X	X
	Atualizar os instrumentos de autoavaliação para atender a promoção e a implementação das políticas de regulação.	X	X	X	X	X
Aperfeiçoar o processo de Autoavaliação Institucional, para garantir a qualidade da gestão e de ações acadêmico-administrativas.	Garantir à CPA a autonomia, o acesso às informações e comunicação, necessários para a qualidade dos processos avaliativos.	X	X	X	X	X

Manter a participação da Comunidade Acadêmica nos processos de Autoavaliação Institucional	Monitorar os níveis de participação da Comunidade Acadêmica no processo avaliativo.	X	X	X	X	X
	Aprimorar o sistema de Comunicação com a Comunidade Acadêmica.	X	X	X	X	X
	Proporcionar a participação ativa dos Centros Acadêmicos de Curso na elaboração de plano de ação a partir dos resultados dos processos avaliativos.	X	X	X	X	X
Manter a divulgação dos resultados da autoavaliação e das avaliações externas.	Manter divulgação dos resultados das avaliações através do sistema acadêmico, site da Faculdade e dos murais institucionais.	X	X	X	X	X
Manter as condições para que a CPA desenvolva o relatório de autoavaliação.	Manter a disposição capital humano para contribuir com análises, reflexões e proposições.	X	X	X	X	X
	Manter disponível tecnologias, máquinas e equipamentos que permitam a confecção de bons relatórios de autoavaliação.	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 11 - Desenvolvimento institucional

OBJETIVO EIXO 2	Desenvolver a Instituição através da implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional com vistas a promoção da responsabilidade social.	CRONOGRAMA				
		2021	2022	2023	2024	2025
METAS	AÇÕES					
Manter atualizados os projetos pedagógicos dos cursos tendo como referências o PDI, PPI e as transformações sociais e do mercado de trabalho.	Manter a articulação das metas e objetivos com a missão Institucional	X	X	X	X	X
	Manter a coerência entre o PDI e as atividades de Ensino de graduação e pós-graduação, previstas/implantadas.	X	X	X	X	X
	Manter a coerência entre o PDI e as práticas de Extensão.	X	X	X	X	X

	Revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos e programas acadêmicos da instituição.	X	X	X	X	X
	Manter a utilização das políticas definidas no PDI como diretrizes para a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos e programas acadêmicos, socializando os princípios e valores da Instituição.	X	X	X	X	X
	Manter a utilização dos objetivos e metas constantes no PDI na atualização dos projetos pedagógicos dos cursos e programas acadêmicos, socializando as propostas de desenvolvimento da instituição.	X	X	X	X	X
Implantar até 2025 todas as atualizações estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e Programas Acadêmicos da Instituição em consonância com os objetivos e metas do PDI.	Manter a coerência entre o PDI e as atividades de Ensino das políticas, objetivos e metas definidas nos documentos Institucionais.	X	X	X	X	X
	Manter divulgação permanente da missão Institucional.	X	X	X	X	X
	Manter registrado a Missão Institucional em todos os documentos institucionais.	X	X	X	X	X
Manter a coerência entre o PDI e as ações institucionais, nos aspectos de diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.	Promover cursos de pós-graduação e extensão que contemplem a diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio	X	X	X	X	X
	Promover ações ambientais e culturais na FAPAC e na comunidade.	X	X	X	X	X
	Estimular a iniciativa popular na comunidade em ações de cultura, meio ambiente, produção artística e prática	X	X	X	X	X
Manter a coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento	Ofertar cursos de graduação, extensão e pós-graduação, alinhados com as necessidades de desenvolvimento econômico e social da região.	X	X	X	X	X

econômico e social.	Incentivar os acadêmicos a participar de estágios curriculares ou não, através de sistema de comunicação capaz de prospectar vagas no mercado e atender a comunidade acadêmica.	X	X	X	X	X
	Continuar como instituição adimplente de suas responsabilidades para dar exemplo à comunidade interna e externa.	X	X	X	X	X
Manter a coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: Inclusão Social	Manter a participação nos programas de políticas públicas e privadas (FIES, PROUNI), por representarem o fomento dos objetivos das pessoas e das famílias e a inclusão profissional e social.	X	X	X	X	X
	Implementar ciclos de palestras, para jovens do ensino médio, sobre mercado de trabalho, inclusão profissional e social, economia pessoal e doméstica e planejamento familiar para estimular as políticas públicas do Governo Federal.	X	X	X	X	X
	Manter o Programa Menor Aprendiz, como ferramenta de inclusão social dos jovens.	X	X	X	X	X
	Implementar programas culturais nas áreas de convivência, como ferramenta de inclusão social de seus alunos.	X	X	X	X	X
	Manter no quadro de colaboradores pessoas portadoras de necessidades especiais.	X	X	X	X	X
	Manter a adaptação de espaços e sinalização para Portadores de Necessidades Especiais. (Acessibilidade).	X	X	X	X	X

	Manter a oferta de Atendimento Psicopedagógico aos acadêmicos e colaboradores.	X	X	X	X	X
	Estimular a formação de ações advindas das necessidades de saúde mais frequentes, referidas pela comunidade e identificadas pelo setor saúde com base nos indicadores epidemiológicos.	X	X	X	X	X
Manter a coerência entre o PDI e as ações de defesa e promoção dos Direitos Humanos e igualdade Étnico Racial e as atividades de Internacionalização.	Incentivar atividades e ações que promovam a discussão sobre multiculturalismo e educação étnico racial.	X	X	X	X	X
	Incentivar as atividades discentes relacionadas à defesa da igualdade, em todas as suas perspectivas.	X	X	X	X	X
	Disseminar a postura institucional interna de discrição e respeito ao público LGBTQIAP+.	X	X	X	X	X
	Incentivar atividades e ações que promovam a discussão sobre direitos humanos	X	X	X	X	X
	Manter e ampliar as parcerias com instituições do exterior, promovendo o intercâmbio acadêmico.	X	X	X	X	X
	Ofertar cursos de extensão em língua estrangeira.		X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores

**Políticas acadêmicas**

Tabela 12 – Políticas acadêmicas metas e ações

OBJETIVO EIXO 3	Implantar políticas acadêmicas para o desenvolvimento do ensino, da iniciação científica, da extensão, da comunicação com a sociedade e atendimento aos						
	METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
			2021	2022	2023	2024	2025
Manter a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos já implantados às diretrizes pedagógicas institucionais, conforme o PDI.	Análise frequente e adequação dos projetos pedagógicos dos cursos pelos respectivos NDE's.	X	X	X	X	X	
	Implementar mudanças nos projetos pedagógicos de Cursos de acordo com as Diretrizes Pedagógicas Nacionais e o PDI.	X	X	X	X	X	
Implantar os novos cursos de graduação previstos até 2025, em consonância com as diretrizes Curriculares Nacionais e as orientações pedagógicas institucionais, conforme previsto no PDI.	Elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, coerentes com as políticas presentes nos documentos	X	X	X	X	X	
	Preparação da infraestrutura necessária para o oferecimento dos novos cursos.	X	X	X	X	X	
	Composição de quadro docente qualificado para o atendimento dos novos cursos.	X	X	X	X	X	
Aperfeiçoar as políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de graduação, que visem o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.	Acompanhar formalmente os desígnios advindos da ouvidoria e da coordenação de curso em suas pesquisas de desempenho docente e, informalmente, manter um canal aberto de diálogo com a Direção Geral e Coordenação Acadêmica.	X	X	X	X	X	
	Manter programa de capacitação docente, no âmbito da instituição.	X	X	X	X	X	

	Estimular o corpo docente a participar de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	X	X	X	X	X
Aperfeiçoar as políticas de ensino e ações acadêmico administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , que visem o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem	Buscar parcerias interinstitucionais, que diversifiquem o portfólio e contribuam com novas metodologias do processo ensino-aprendizagem.	X	X	X	X	X
	Manter programa de capacitação docente, no âmbito da instituição.	X	X	X	X	X
	Aprovar no Conselho Superior, a criação de novos cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> .	X	X	X	X	X
Acompanhar e avaliar as políticas de desenvolvimento do processo de ensino.		X	X	X	X	X
Ofertar novos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , além da oferta de novas turmas do curso já existente. Implantar programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	Vinculação da pós-graduação com as demandas regionais.	X	X	X	X	X
	Implantação de novos programas de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>	X	X	X	X	X
Implantação de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>		X	X	X	X	X
Composição de quadro docente qualificado e relevante para o atendimento dos novos programas e turmas.		X	X	X	X	X
Recredenciamento da instituição junto aos órgãos de fomento à pesquisa		X	X			
Manter organizado institucionalizado o ensino de graduação	Rever e atualizar as Normas Gerais do Ensino de Graduação.	X	X	X	X	X

	Manter a metodologia científica como parte da formação dos alunos, em todos os cursos.	X	X	X	X	X
Manter as políticas institucionais e ações acadêmico administrativas para a iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. Ampliar a Pesquisa como atividade permanente nas diversas áreas.	Manter e ampliar recursos orçamentários para apoio a projetos de pesquisa por meio de Editais internos.	X	X	X	X	X
	Adequar periodicamente o Programa de Iniciação Científica – PIC.	X	X	X	X	X
	Estimular a iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, no âmbito das unidades curriculares, inclusive Estágio	X	X	X	X	X
	Desenvolver, no âmbito das unidades curriculares, atividades dirigidas, que estimulem a iniciação científica e tecnológica.	X	X	X	X	X
	Manter no calendário acadêmico a Semana Acadêmica, para apresentação da produção discente.	X	X	X	X	X
	Publicar no site e nos informativos institucionais, o resultado obtido pelos acadêmicos que participaram da Semana Acadêmica.	X	X	X	X	X
Ampliar as políticas institucionais e ações acadêmico administrativas para a Extensão.	Implementar Projetos de Extensão a partir de sua dimensão interativa com o Ensino.	X	X	X	X	X
	Reconhecer e estimular através de apoio a realização dos programas, projetos e atividades de extensão.	X	X	X	X	X

	Implementar projetos e cursos de extensão sintonizados com as necessidades e demandas da comunidade local e regional.	X	X	X	X	X
Estimular a difusão das produções acadêmico-científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais.	Manter as atividades de Extensão vinculada a um projeto acadêmico.	X	X	X	X	X
	Estimular a produção acadêmica discente para a Semana Acadêmica.	X	X	X	X	X
	Apoiar financeiramente a participação docente em eventos e congressos.	X	X	X	X	X
	Manter o plano de carreira docente, que contemple a remuneração para produções científicas, artísticas, tecnológicas, didático-pedagógicas e culturais.	X	X	X	X	X
	Manter espaço de socialização das produções científicas, artísticas, tecnológicas, didático-pedagógicas e culturais no site da Faculdade.	X	X	X	X	X
Manter o apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	Continuar estimulando a participação e realização de eventos como congressos, seminários e palestras, viagens de estudos e visitas técnicas.	X	X	X	X	X

	Manter o apoiar a realização de eventos internos e externos, que promovam a participação discente (científica e artística)	X	X	X	X	X
	Disponibilizar recursos humanos, Infraestrutura Física e Tecnológica para realizar ou co-realizar eventos internos e externos.	X	X	X	X	X
Manter e Fortalecer a capacitação do corpo docente, de forma a melhorar o perfil de titulação e a conforme evolução planejada.	Manter o nível de titulação do corpo docente, conforme PDI, através de contratação de docentes titulados e, principalmente, através do PDD.	X	X	X	X	X
	Manter atualizado o Plano de Carreira Administrativo e Docente – PCA e PCD	X	X	X	X	X
	Manter o Programa de Desenvolvimento Docente – PDD	X	X	X	X	X
Ampliar as políticas e ações de acompanhamento dos egressos.	Aplicar pesquisa de ocupação profissional.	X	X	X	X	X
	Ampliar os canais de comunicação implantados (sms e e-mails), para educação continuada, pós-graduação e eventos.	X	X	X	X	X
Acompanhar a atuação dos egressos no mercado de trabalho.	Manter no site da Faculdade o sistema de coleta de dados dos egressos, quanto a atuação no mercado de trabalho.	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores

**Infraestrutura física**

Tabela 13 - Cronograma de ampliação da infraestrutura física

<b>OBJETIVO EIXO 5</b>	<b>Ampliar a Infraestrutura Física para atender ao Desenvolvimento Institucional</b>					
<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Manter as instalações administrativas de forma que atendam às necessidades institucionais.	Prover a manutenção dos espaços para as instalações administrativas que atendam às necessidades institucionais, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X
Manter as salas de aula de forma que atendam às necessidades institucionais.	Prover a manutenção das salas de aula para que atendam às necessidades institucionais, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X
Manter o auditório de forma que atenda às necessidades institucionais.	Prover a manutenção do auditório para que atenda às necessidades institucionais, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X
	Incentivar o uso do auditório para eventos e ações institucionais	X	X	X	X	X
Manter a sala dos professores de forma que atendam às necessidades institucionais.	Prover a manutenção da sala dos professores para que atenda às necessidades institucionais, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X

Manter os espaços para atendimento aos alunos de forma que atendam às necessidades institucionais.	Prover a manutenção dos espaços para atendimento aos alunos para que atendam às necessidades institucionais, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X
Manter a infraestrutura destinada à CPA de forma que atenda às necessidades institucionais.	Prover a manutenção da infraestrutura para a CPA que atenda às necessidades institucionais, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X
Manter e ampliar os gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral de forma que atendam às necessidades institucionais	Prover a manutenção dos gabinetes dos professores de forma que atendam às necessidades institucionais, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação segurança, acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X
Manter as instalações sanitárias de forma que atendam às necessidades institucionais.	Prover a manutenção das instalações sanitárias de forma que atendam às necessidades institucionais, considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação segurança, acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X
Ampliar a infraestrutura da Biblioteca de forma que acompanhe o crescimento Institucional.	Ampliar os espaços de estudo em grupo.	X	X	X	X	X
	Ampliar o espaço físico para o acervo.	X	X	X	X	X
	Manter o espaço físico quanto a iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado.	X	X	X	X	X
	Prover a manutenção das instalações para o acervo, ambiente de estudo individual e em grupo e espaço para técnico-administrativos.	X	X	X	X	X
	Qualificar continuamente os profissionais da área de biblioteconomia.	X	X	X	X	X

Manter os serviços e a informatização da Biblioteca para o atendimento das necessidades Institucionais	Manter o sistema informatizado do acervo para consultas e reservas, banco de dados e empréstimos.	X	X	X	X	X
	Manter atualizados os relatórios de gestão e horário de funcionamento.	X	X	X	X	X
Manter a coerência entre a alocação de recursos prevista no PDI e o plano de atualização do acervo.	Modificar a política de aquisição de livros para e-book, especialmente na bibliografia complementar dos cursos.	X	X	X	X	X
	Prever recursos financeiros para a atualização constante do acervo dos cursos existentes.	X	X	X	X	X
	Prever recursos financeiros para a atualização constante do acervo dos cursos em implantação.	X	X	X	X	X
Manter as Salas de Apoio de Informática para atender as necessidades Institucionais	Ampliar o espaço de apoio de informática para atender os cursos em fase de implantação.	X	X	X	X	X
	Prover a manutenção e atualização dos equipamentos, espaço físico, acesso à internet, atualização de software, acessibilidade digital, acessibilidade física, e serviços.	X	X	X	X	X
Manter o processo de ampliação dos recursos de tecnologia de informação e comunicação visando a qualidade dos serviços.	Continuar a manutenção do site, servidores, sistema acadêmico, softwares e material pedagógicos dos professores.	X	X	X	X	X
Manter os Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, no que diz respeito a Infraestrutura Física.	Prover a ampliação do espaço físico dos Laboratórios quanto à: dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação, inclusive sua atualização e os aspectos de acessibilidade.	X	X	X	X	X

Manter a ampliação dos Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, no que diz respeito aos serviços.	Realizar parcerias com empresas da região para o desenvolvimento de práticas didáticas.	X	X	X	X	X
	Buscar parcerias para desenvolver projetos de iniciação científica em caráter interinstitucional com empresas e grupos de pesquisa.	X	X	X	X	X
Manter os espaços de convivência e de alimentação, de acordo com o crescimento Institucional.	Prover a manutenção dos espaços de convivência e alimentação quanto à quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 5 - Laboratórios da Saúde



Fonte: Elaborado pelos autores

Figura 6 - Práticas UBS e Hospitais



Fonte: Elaborado pelos autores

#### 4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FAPAC constitui-se em um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que evidencia as políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, considerando a sua perspectiva histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos.

O PPI da Instituição tem caráter propositivo, apresentando concepções e princípios em consonância com a legislação da educação superior e com as diretrizes vigentes que caracterizam o referencial para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos e programas e para o planejamento das ações educacionais pertinentes.

A corporeidade do Projeto acontece na interação entre os sujeitos que dão vida à Instituição. Assim, na elaboração desta proposta institucional, levou-se em consideração a concepção e as finalidades da educação em nível superior, sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de cidadão que pretende formar e de mundo que deseja construir.

A construção do PPI é processual e traduz o pensar reflexivo sobre a práxis, por meio de relações que se estabeleçam no ambiente democrático, no qual todos possam ser ouvidos, percebidos e considerados na construção de um padrão de qualidade de ensino desejado e mostra-se como um instrumento de ação política e de identidade institucional, expressando o pensamento acadêmico, pedagógico, político e institucional que sustenta a visão de futuro da Instituição, considerando sua função social articulada em termos de ensino, pesquisa e extensão.

O PPI enfatiza em sua proposta a formação humanista de seus alunos, bem como a potencialização da relação docente-discente pautada nos postulados da educação cidadã e ética. Para a FAPAC, trabalhar, dentro desta visão, implica desenvolver uma capacidade de compreensão dos fenômenos sociais, sabendo que eles não se resumem a simples perspectiva. As dimensões econômica, social e política são indispensáveis nesse processo de percepção dos problemas enfrentados pelo cidadão brasileiro em seu cotidiano.

O Projeto Pedagógico Institucional da FAPAC revela sua filosofia organizacional e educacional, bem como as diretrizes e estratégias de seu

desenvolvimento e atuação a curto, médio e longo prazos, constituindo-se em instrumento balizador da gestão, expressando a prática pedagógica de seu curso atual e de outros que sejam incorporados à instituição, norteando as suas atividades educacionais, atendendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei No 9.394/96) para integrar-se ao atual cenário de mudanças e estabelecer princípios norteadores para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a sua articulação.

■ Princípios filosóficos e teóricos-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

■ Princípios e valores

A contribuição da FAPAC para a formação integral do ser humano pressupõe o respeito ao indivíduo, às suas características, à cultura e às necessidades, resgatando sua consciência reflexiva e com aspiração ao valor transcendente, capaz de superar-se, compreendendo a sua importância no coletivo. A FAPAC visa contribuir para a formação de um profissional com competência técnica e política, com pensamentos humanísticos, capacitado para a compreensão dos principais problemas, que o leve à análise e reflexão crítica da realidade social em que se insere, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

O processo de educação superior tem a responsabilidade na formação do cidadão capaz de transformar o país em busca de mais justiça social, igualdade e pleno desenvolvimento econômico, e que por meio do projeto político pedagógico institucional, a FAPAC norteia suas práticas e visualiza seus valores socioculturais. Os corpos discente, docente e técnico-administrativo defenderão a solidariedade, a ética, a igualdade social, o reconhecimento das diferenças, a liberdade e o respeito à natureza.

A FAPAC tem por princípios:

a) a comunicação ampla e irrestrita das informações inerentes aos processos associados à Instituição, priorizando a clareza e a transparência das informações;

- b) o processo de aquisição de conhecimento como um contínuo inerente à aprendizagem;
- c) a ética como referência e prática institucional;
- d) a qualidade, como objetivo e ação prática associada a todos os processos organizacionais;
- e) a busca da excelência como norte institucional;
- f) a flexibilidade na construção dos projetos pedagógicos;
- g) o respeito às pessoas e às instituições.

Ciente do seu papel como instituição de educação superior para o progresso social e econômico local, regional e nacional, a FAPAC definiu os seguintes valores institucionais para as ações e decisões institucionais no que diz respeito à sua proposta política pedagógica para a formação de seus egressos:

- ✓ Qualidade;
- ✓ Compromisso e responsabilidade social;
- ✓ Transparência;
- ✓ Gestão participativa;
- ✓ Democracia;
- ✓ Humanismo;
- ✓ Respeito ao próximo.

### ■ Aspectos filosóficos

A filosofia que direciona o PPI da FAPAC está fundamentada na visão dialética em que a relação sujeito e objeto atuam entre si, influenciando-se mutuamente. Essa filosofia remete à reflexão de todos os envolvidos nas ações que são desenvolvidas pela Instituição, que quer dizer uma crítica do trabalho que se realiza, o significado que tem para os sujeitos com os quais se trabalha e para a comunidade da qual fazem parte e estão construindo.

Essa concepção exige de todos os colaboradores da FAPAC a necessidade de um olhar mais abrangente, uma visão de totalidade, um esforço de distinguir para unir, e, no que diz respeito ao ensino, a articulação estreita dos saberes e capacidades, à

necessidade do trabalho interdisciplinar; à relação teoria e prática e a uma avaliação permanente.

Estão inseridos nesse olhar os valores estéticos, políticos e éticos. A organização didática, as formas de convivência acadêmica, a organização do currículo e das situações de aprendizagem e os procedimentos de avaliação que devem estar coerentes com esses valores que agregam a sensibilidade, a igualdade e a identidade.

A estética da sensibilidade no processo de ensino vem estimular a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade e a afetividade; a política de igualdade tem como ponto de partida nesse processo o reconhecimento dos direitos humanos e o exercício dos direitos e deveres de cidadania, expressando-se também na busca de equidade; a ética da identidade se expressa por um permanente reconhecimento da identidade e do outro, e vem promover o desenvolvimento da consciência, pois tem como objetivo a qualificação humana do ponto de vista do bem e do mal, atributos que promovem a formação de pessoas autônomas.

A FAPAC se define como uma instituição de educação superior onde seus objetivos, metas e o profissional a ser formado estabelecessem uma correlação entre o proposto e o desenvolvimento da região e do país, obedecendo às tendências apontadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Ciente de sua responsabilidade social, a FAPAC objetiva a transformação social através da geração e difusão do conhecimento, orientando suas ações de acordo com os paradigmas que nortearão este milênio: inovação, antecipação e excelência.

Inova, na medida em que utiliza estratégias, processos, controles e avaliações de acordo com os modernos princípios da pedagogia e das organizações de saúde modernas. Antecipa quando oferece com base na análise de cenários futuros e de acordo com as necessidades locais, cursos de graduação em diversas áreas, cursos de pós-graduação, atividades de extensão e projetos de pesquisa que são essenciais para a formação de um novo profissional, capaz de atuar no mercado de trabalho de forma criativa e competente. Finalmente, busca a excelência do seu processo educacional, através de um projeto pedagógico institucional moderno, com atividades que envolvem parcerias com instituições/empresas, monitoria, iniciação científica,

palestras e seminários, colocando em primeiro plano a qualidade dos serviços e, conseqüentemente, a satisfação dos alunos e da comunidade como um todo.

### ■ Aspectos psicopedagógicos

Os aspectos psicopedagógicos baseiam-se na abordagem interacionista em que o conhecimento é considerado como uma construção contínua em uma relação sujeito-objeto, em que o desenvolvimento não depende apenas do investimento recebido, mas de investimento de cada pessoa envolvida, do seu interesse em construir e reconstruir sua aprendizagem. A aprendizagem se dá de forma dinâmica, sempre relacionando a teoria e a prática.

O fazer psicopedagógico deve permear toda a instituição e requer olhares e práticas que sejam atuais, que recusem a reprodução estéril de fórmulas e modelos, que se apropriem do dinamismo da rotina acadêmica.

A aprendizagem, portanto, é um processo ativo e integral do sujeito na construção do conhecimento, não valendo aqui a transmissão mecânica e descontextualizada. Nesse sentido, o diálogo no processo educativo é essencial para torná-lo dinâmico e promover a interação sujeito e objeto.

Esse paradigma de aprendizagem estabelece-se nos pressupostos Vygotskyanos, quer por considerar o aprendizado como um processo eminentemente social, quer por ressaltar a influência da cultura e das relações sociais na formação dos processos mentais superiores. Crê num sujeito histórico interferente e produtivo, no qual a consciência nasce da atividade prática e é construído pela interação homem-mundo, mudando de acordo com as mudanças sociais; a interação sujeito-objeto se dá por meio da mediação do outro; a apropriação do conhecimento se dá por um processo ativo do indivíduo em suas relações de trocas com o meio e o outro; a aprendizagem é processo social, caracterizada pelas multi-interrelações entre o sujeito e o meio e a linguagem no interior dos grupos é básica, por exercer a função mediadora.

Considerando os pressupostos, as metodologias de trabalho devem partir da experiência concreta do aluno, que deve superá-las elaborando uma nova e mais

sofisticada síntese, até porque o conhecimento seccionado do seu contexto sócio-histórico perde seu significado, seu caráter transformador, torna-se apolítico e, assim sendo, não propicia o desenvolvimento do pensamento superior.

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem, que se dá nas relações do sujeito consigo mesmo e com os outros, as quais se processam num contexto social e institucional marcado pela história subjetiva e coletiva.

Uma intencionalidade para a aquisição de um novo saber; pressupõe, portanto, um ensino em que se dialetizem as relações existentes, não quem aprende e quem ensina, mas a crença de que não se pode ensinar corretamente enquanto não se aprende durante a própria tarefa de ensinar.

Na dialética da interação e da tarefa partilhada, todos e cada um são sujeitos do conhecer; é o grupo que possibilita a conquista de um nível simbólico que integra o plano da experiência, mas que também o supera, com a elaboração de um marco referencial comum.

Essa abordagem teórica possui desdobramentos metodológicos e avaliativos, permitindo aos professores, pedagogos e coordenadores, enfim, a todos os atores escolares, o exercício da criatividade, de práticas humanizadas e rigorosas que recusem o assistencialismo, práticas que se pretendam radicais, sem serem, jamais, sectárias.

### ■ Princípios didáticos metodológicos

A política referente às práticas pedagógicas desenvolvidas pela FAPAC avança em uma linha crítica alicerçada nos seguintes paradigmas:

Criar e difundir culturas, conhecimentos, produção artística, científica e tecnológica;

Desenvolver os currículos dos cursos na perspectiva da educação continuada, observados os interesses individuais dos estudantes e a viabilidade pedagógica e administrativa da Instituição; trabalhar o raciocínio crítico; prover práticas pedagógicas ativas; formar, nas diversas áreas do conhecimento, profissionais comprometidos com

o desenvolvimento socioeconômico e político local, regional e nacional; preservar, vinculando-os à vida cotidiana, ideais da ética, da responsabilidade, da cidadania, da solidariedade e do espírito coletivo; priorizar a pesquisa científica, com vistas ao desenvolvimento acadêmico, tecnológico e social; socializar conhecimentos técnicos, sociais, políticos e científicos; priorizar o atendimento às carências locais, regionais e nacionais, atendendo via serviços específicos à comunidade, estabelecendo relações de parceria; valorizar e oferecer espaços para consolidação rotineira das atividades de extensão, considerando os objetivos anteriores que tratam da socialização do conhecimento; considerar a singularidade humana, bem como seus múltiplos aspectos, como ser social, biológico, psicológico, político e cultural, sujeito histórico, enfim.

Dessa forma, na implementação dos cursos, a FAPAC visa:

- Promover o aprofundamento das ciências e da tecnologia no contexto histórico das áreas de códigos e linguagens, sociedade e cultura, ciências da natureza e matemáticas, buscando vigorosa e metodicamente a construção do conhecimento por intermédio da livre discussão do ensino, da pesquisa e da extensão, fazendo da ação profissional sempre uma ação retomada do passado para o presente e o futuro.
- Privilegiar a produção e a construção do conhecimento de forma sistematizada e sistêmica, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva ativa, criativa e interdisciplinar.
- Recuperar o conhecimento como prática, reflexão, dúvida, compreensão e crítica do que nos é oferecido pela observação e pela experiência do mundo físico e social, bem como pelas mídias tecnológicas disponíveis.

Nas matrizes curriculares dos cursos são oferecidos pela FAPAC observar-se os fundamentos da estética da sensibilidade, política da igualdade e a ética da identidade, como também os princípios específicos de flexibilidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização.

A identidade supõe uma inserção no meio social que leva à definição de vocações próprias, que se diversificam ao incorporar as necessidades locais e as

características dos alunos e a participação dos professores e das famílias no desenho institucional.

A diversidade é necessária para contemplar as desigualdades nos pontos de partida dos alunos, que requerem diferenças de tratamento como forma mais eficaz de garantir um resultado comum nos pontos de chegada.

Com a flexibilidade procurar-se-á promover a adaptação às diferenças individuais, respeitar os diversos ritmos de aprendizagem, integrar as diferenças locais e os contextos culturais.

A autonomia deve refletir o compromisso da proposta pedagógica com a aprendizagem dos alunos pelo uso equânime do tempo, do espaço físico, das instalações e equipamentos, dos recursos financeiros, didáticos e humanos. Na sala de aula, a autonomia tem como pressuposto, além da capacidade didática do professor, seu compromisso, que faz do trabalho cotidiano de ensinar um permanente voto de confiança na capacidade de todos para aprender.

A interdisciplinaridade baseia-se na interdependência, na interação e no diálogo permanente entre os vários ramos do conhecimento, e deve buscar a integração do conhecimento num todo harmônico e significativo.

O princípio pedagógico da contextualização permite à IES pensar o currículo de forma flexível, com uma ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão do saber. O conteúdo de ensino deve provocar aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. A contextualização evoca, por isso, áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza competências cognitivas já adquiridas.

Esses princípios pedagógicos visam contribuir para a formação da totalidade humana em consonância com as novas demandas do mundo contemporâneo.

Também serei observado como eixos estruturais na organização dos cursos, o “aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver, aprender a ser.

O currículo deve ser dinâmico, parcial, mutável e flexível. A sala de aula deverá estar aberta não só para uma série de saberes que historicamente dela foram excluídos, como também para a promoção permanente do diálogo entre os universos

de conhecimento que sejam oriundos da prática ou dos fundamentos científicos. O currículo deve mobilizar recursos e atividades facilitadoras da construção de competências, integrando teoria e prática, e a metodologia de ensino deve ser ativa, dinâmica e envolvente; os meios devem ser o mais próximo possível da realidade do aluno.

Um curso ou programa deve oferecer aos alunos referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Precisa estar integrado às políticas, diretrizes, parâmetros e padrões de qualidade definidos para cada nível educacional e para o curso específico, atendendo às orientações do órgão federal competente.

#### ■ Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

A FAPAC reuniu sua equipe de dirigentes (diretoria e coordenação de cursos) e os professores inicialmente selecionados para implantar os cursos de graduação pleiteados neste PDI e definiu as diretrizes pedagógicas básicas, que servirão de bússola para as diretrizes de cada curso, em seu projeto pedagógico próprio. Os cursos de graduação são implementados com base nas seguintes diretrizes gerais:

- metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior,
- planos de ensino que propiciem a integração, simultânea, entre teoria e prática,
- avaliação formativa e continuada da aprendizagem, minimizando as avaliações quantitativas centradas meramente na acumulação de informações de cunho teórico-doutrinário,
- o educando como centro do processo pedagógico, mediante a assistência e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade, apoiado em um

corpo de professores qualificados e em recursos metodológicos, bibliográficos e tecnológicos adequados,

- sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica, em todos os níveis e categorias,
- integração do educando à comunidade social, por meio de programas e ações de iniciação científica e extensão, em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais ou particulares,
- convênios interinstitucionais para viabilizar a troca de experiências e de informações entre a comunidade acadêmica da FAPAC, a comunidade local e regional e organizações brasileiras e estrangeiras.

*a) Perfil do egresso*

O perfil profissional de cada carreira está consubstanciado no projeto pedagógico de cada curso. Entretanto, é oportuno esclarecer que, de forma genérica, a FAPAC adota o entendimento de que o ensino de graduação tem caráter genérico e pluralista, admitindo, em alguns casos, ênfases curriculares específicas.

Considerando que a base da atuação profissional está assentada em conhecimentos fundamentais das diversas áreas do saber, adotamos os seguintes parâmetros:

Os cursos de graduação buscam propiciar a oferta de referenciais teórico-básicos que possibilitem o trâmite em múltiplas direções, instrumentalizando o indivíduo para atuar de forma criativa em situações imprevisíveis.

A graduação adota uma perspectiva de uma profissionalização especializada. Há que propiciar a aquisição de competências de longo prazo, o domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos e linguagens, enfim, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla para construir, por sua vez, base sólida para aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos.

Assim, a aquisição de conhecimentos deve ir além da aplicação imediata, impulsionando o sujeito, em sua dimensão individual e social, a criar e responder a desafios. Em vez de ser apenas o usuário, deve ser capaz de gerar e aperfeiçoar

tecnologias. Torna-se necessário desenvolver a habilidade de aprender e recriar permanentemente, retomando o sentido de uma educação continuada.

Para atender a essa exigência, a graduação necessita evitar ser apenas o espaço da transmissão e da aquisição de informações para transformar-se no locus de construção/produção do conhecimento, em que o aluno atue como sujeito da aprendizagem, inserido no contexto social que, na Instituição, privilegia o caráter da regionalidade.

Figura 7 – Site ITPAC Porto - Portal do Egresso



Fonte: Elaborado pelos autores

### *b) Seleção de conteúdos*

Os currículos da FAPAC possuem como características de flexibilidade e interdisciplinaridade que refletem as necessidades da comunidade, no intuito da obtenção desse perfil desejado.

A flexibilidade curricular permite a atualização constante das atividades acadêmicas, refletindo as mudanças que ocorrem cada vez mais rapidamente no cenário nacional e regional, enquanto a interdisciplinaridade rompe com a

fragmentação do saber, proporcionando a necessária visão do todo para o bom desempenho profissional.

Busca-se promover a organização e definição dos conteúdos de forma participativa, desenvolvendo reuniões de planejamento e trabalhos em grupos, considerando a necessária atualização e as peculiaridades regionais.

Torna-se importante destacar que, para elaboração dos programas das disciplinas, tomam como base as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, que trata das competências exigidas pelo exercício profissional, além das constantes transformações sociais, econômicas, culturais e tecnológicas do mundo contemporâneo que, por sua vez, provocam impactos intensos sobre o currículo escolar.

O estágio acadêmico supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso são contemplados nos componentes curriculares e são desenvolvidos em consonância com as linhas de ensino/pesquisa/extensão definidas em cada curso.

As matrizes curriculares dos cursos da FAPAC são pautadas nas Diretrizes Curriculares, com a devida articulação teoria-prática.

### *c) Princípios metodológicos*

Os princípios metodológicos, delineados nas diretrizes pedagógicas, são consignados nos projetos pedagógicos dos cursos. Devem conduzir o educando a aprender a ser, a fazer, a viver em sociedade e a conhecer, para a formação de um perfil profissional universalista, mas centrado em especificidades indispensáveis à empregabilidade, tais como:

- comportamento humano e ético,
- metodologias ativas,
- criatividade e inovação,
- aprendizagem continuada,
- trabalho em equipes multidisciplinares,
- domínio de comunicação e expressão e

Domínio de procedimentos básicos no uso de microcomputadores e navegação nas redes da tecnologia da informação.

*d) Processo de avaliação*

A FAPAC projeta todos os seus cursos e atividades em harmonia com as suas bases filosóficas e princípios metodológicos, garantindo, desta forma, uma coerência epistemológica com a Missão e os Objetivos Institucionais, assim como com as propostas pedagógicas dos seus cursos de graduação.

A avaliação contínua objetiva a melhoria do acompanhamento do aluno, considerando-se as individualidades, além de possibilitar que o aluno possa acompanhar o seu desempenho a cada avaliação.

São aplicadas avaliações dos tipos: provas teóricas, provas práticas, seminários, trabalhos individuais ou em grupo. A avaliação integrada irá compor a avaliação contínua e proporciona uma maior integração entre as disciplinas e docentes, além de contribuir para que o aluno tenha uma ótica não fragmentada e mais próxima da realidade do mercado de trabalho e dos problemas cotidianos.

*e) Atividades de prática profissional, complementares e de estágios*

A FAPAC pensando nas relações empresariais e Institucionais e com a finalidade de desenvolver parcerias, apresentando novas opções de oportunidades, estimulando e apoiando a criação de novos caminhos de aprendizado e inserção dos alunos no mercado de trabalho, sempre em consonância com a formação integral do homem para a sociedade, e assim contribuir para o desenvolvimento da FAPAC como uma instituição moderna e atuante. O Estágio supervisionado deve buscar consolidar os seguintes objetivos:

Proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente em que atuar,

Complementar o processo ensino–aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional,

Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estagiário mais oportunidades de conhecimento da atividade profissional de sua opção,

Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas,

Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores;

Promover a integração Instituição/Empresa/Comunidade e

Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino, levando o docente a aprender a ensinar.

O Estágio Supervisionado na FAPAC, na condição de componente curricular obrigatório ou não, dispõe de regulamento próprio que normatiza os mecanismos de acompanhamento e cumprimento.

Entende como Estágio todos os estágios que são realizados com a intervenção da Instituição, com a supervisão da IES e possuem regulamentação específica.

#### *f) Atividades de Prática Profissional*

As Práticas Profissionais na FAPAC têm por objetivo uma melhoria do desenvolvimento e amadurecimento pessoal do aluno, bem como a sensibilização para as atividades profissionais da área de formação. Os núcleos de prática dos cursos são regidos por regulamento próprio, aprovada pelos Conselhos de Cursos e homologados pelo Conselho Superior, sendo conduzidos por professores indicados pelas respectivas Coordenações dos Cursos.

Atendendo a uma de suas Diretrizes Pedagógicas que afirma que se deve “ênfatisar as atividades práticas e de extensão”, foi implantado na Instituição um sólido programa nesse sentido, que resultou na criação de alguns núcleos acadêmicos, como: Clínica de Odontológica, Ambulatório Médico, Grupo de Pesquisa de Ferida, , entre outras, com o objetivo de dar aos alunos a oportunidade de vivenciarem, na sua

formação, a identidade acadêmico-profissional, a partir da compreensão de competências e de habilidades que abrangerão as dimensões político-sociais, ético-moral, técnico-profissional e científica. Sendo assim, as atividades de prática profissional são concebidas levando em conta às dimensões do fazer e do saber fazer, compreendendo as questões e as situações-problema envolvidas no trabalho, identificando-as e resolvendo-as.

*g) Atividades Complementares*

As Atividades Complementares são práticas acadêmicas, obrigatórias conforme as novas Diretrizes Curriculares Nacionais. A prática das Atividades Complementares é uma determinação, portanto, vigente para todos os alunos ingressantes em qualquer curso de graduação da FAPAC.

As Atividades Complementares são compostas por atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação, devendo, obrigatoriamente, compor o Histórico Escolar do aluno.

Os objetivos gerais das atividades complementares são os de flexibilizar o currículo pleno dos cursos de graduação e propiciar aos seus alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar. Por meio das Atividades Complementares são estabelecidas diretrizes que permitem ao estudante trilhar sua própria trajetória acadêmica, preservando sua identidade e sua vocação. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno no processo didático-pedagógico, no qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas aptidões.

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. A FAPAC possui o Regulamento que dispõe sobre as Atividades Complementares. A

validação das Atividades Complementares é feita conforme o cumprimento da carga horária estabelecida na tabela de equivalência de horas das atividades complementares disposta no regulamento próprio do Programa, para registro em Histórico Escolar.

É competência das Coordenações de Cursos encaminhar ao setor responsável pelo registro de Atividades Complementares as comprovações das atividades validadas conforme regulamento específico.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão, a pontuação, a carga horária máxima a pontuar e a comprovação dessas atividades estão disponíveis no quadro a seguir, transmitido em cópia a cada estudante no primeiro período letivo do curso:

O Quadro 3 a seguir apresenta as atividades de ensino:

Quadro 1 - Atividades Complementares de Ensino

<b>ATIVIDADES DE ENSINO</b>			
Tipo	Pontuação	Carga horária máxima a pontuar	Comprovação
Estágio não-obrigatório	Cada estágio equivale à 5h.	10h	Declaração certificando a realização do estágio.
Monitoria	Cada semestre de monitoria equivale à 4h.	16h	Certificado emitido pela Coopex.
Participação em cursos em áreas afins	Cada curso equivale à carga horária do certificado.	20h	Certificado de participação.
Organizar e conferenciar cursos em áreas afins	Cada curso equivale à carga horária do certificado.	10h	Certificado de participação.
Intercâmbio universitário	Cada intercâmbio equivale à carga horária constante na declaração.	15h	Certificado de participação da instituição e histórico.

Participação em Curso de Idiomas e de Informática	Cada curso equivale à carga horária do certificado.	10h	Certificado de participação.
Participação em oficinas.	Cada oficina equivale à carga horária constante no certificado.	10h	Documento que comprove participação.
Visitas técnicas.	Cada visita técnica equivale à carga horária constante no certificado.	8h	Documento que comprove participação.

Fonte: Elaborado pelos autores

São consideradas atividades de ensino a serem validadas como atividades complementares:

- I. Monitoria em disciplinas dos cursos ofertados pela instituição.
- II. Estágio Supervisionado Não Obrigatório desenvolvido com base nos convênios firmados com a instituição;
- III. Disciplinas pertencentes a outros cursos superiores da instituição ou de outras instituições de ensino superior, devidamente comprovadas quanto à frequência e aprovação, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos.
- IV. Cursos livres de idiomas, comunicação e expressão e de informática, com frequência e aprovação, cujas cargas horárias não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos.
- V. Visitas técnicas monitoradas por docentes da instituição.
- VI. Programas de intercâmbios nacional ou internacional, realizados em outras instituições de ensino superior.
- VII. Outras atividades a serem definidas pelos Cursos da instituição.

As atividades de pesquisa encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 2 - Atividades Complementares de Pesquisa

<b>ATIVIDADES DE PESQUISA</b>			
Tipo	Pontuação	Carga horária máxima	Comprovação
Participação em grupos de pesquisa ou em projetos de iniciação científica.	Cada semestre de participação equivale à 10h.	20h	Certificado emitido pela COPPEX.
Artigo publicado em periódico indexado.	Cada artigo publicado equivale à 5h.	10h	Carta de aceite e o artigo publicado.
Outras formas de publicação científica (livro, capítulo de livro e similares).	Cada trabalho publicado equivale à 5h.	10h	Documento que comprove a publicação.
Participação em eventos internos como ouvinte (semanas acadêmicas, simpósios, congressos, conferências, entre outros) na área da saúde.	Cada evento equivale à carga horária constante no certificado.	20h	Documento que comprove participação.
Participação em eventos externos como ouvinte (debates, exposições, simpósios, congressos, mesas-redondas, entre outros), na área da saúde.	Cada evento equivale à carga horária constante no certificado.	20h	Documento que comprove participação.
Participação como conferencista em eventos científicos.	Cada evento equivale a 5h.	10h	Documento que comprove participação.
Apresentação oral de trabalhos em congressos, semanas acadêmicas, simpósios, etc.	Cada apresentação equivale a 5h.	25h	Documento que comprove participação.
Apresentação de trabalhos em eventos científicos (painéis e congêneres).	Cada trabalho apresentado equivale a 4h.	16h	Comprovante de apresentação e anais do evento.
Participação como ouvinte em bancas de defesa de monografias de graduação e pós-graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado na área da saúde.	Cada participação equivale a 1h.	5h	Documento que comprove a participação como ouvinte.

Fonte: Elaborado pelos autores

São consideradas atividades de pesquisa a serem validadas como atividades complementares:

- I. Trabalhos de iniciação científica.
  - II. Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados na instituição e em eventos científicos.
  - III. Trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos científicos específicos ou seminários e publicados em anais, mencionando o nome da instituição.
  - IV. Trabalhos científicos publicados em revista de circulação nacional, registrando o nome da instituição.
  - V. Trabalhos científicos publicados em periódicos científicos, registrando o nome da instituição.
  - VI. Livros ou capítulos de livros publicados, registrando o nome da instituição, quando for o caso.
  - VII. Eventos científicos, internos e externos (semana acadêmica, jornada, congresso, simpósio, fórum, entre outros) nos quais o estudante participa como apresentador ou ouvinte.
  - VIII. Atividades de iniciação científica (estudante bolsista ou voluntário).
  - IX. Outras atividades a serem definidas pelos Cursos da instituição.
- E as atividades de extensão são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 3 - Atividades Complementares de Extensão

ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
Tipo	Pontuação	Carga horária máxima	Comprovação
Participação em projetos de extensão institucionais.	Cada semestre de participação equivale à 5h.	20h	Certificado emitido pela Coopex.
Participação na comissão organizadora de eventos científicos e culturais.	Cada participação equivale à 6h.	18h	Certificado de participação na comissão

			organizadora do evento.
Representação estudantil nos colegiados institucionais, diretórios acadêmicos, centros acadêmicos e outras entidades.	Cada semestre de representação equivale à 5h.	10h	Documento que comprove a representação estudantil.

Fonte: Elaborado pelos autores

São consideradas atividades de extensão a serem validadas como atividades complementares:

- I. Eventos de extensão promovidos pela instituição e por outras instituições de ensino superior.
- II. Cursos e/ou eventos internos ou externos à instituição, de interesse da comunidade, nos quais o estudante participa como coordenador ou como componente da comissão organizadora.
- III. Ligas acadêmicas, atlética, jornal do curso e/ou da instituição, diretório acadêmico, entre outros, em que o estudante participa de sua organização.
- IV. Eventos científicos ou culturais promovidos pela instituição, nos quais o estudante participa de sua organização.
- V. Programas sociais, voluntários, tais como: Comunidade Solidária, Escola Solidária, Projeto Amigos da Escola, Projeto Rondon, ou afins, em que o estudante participa, em suas diversas ações.
- VI. Eventos culturais promovidos pela instituição ou organizações afins.
- VII. Outras atividades a serem definidas pelos Cursos da instituição.

*h) Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares*

A Diretoria Geral da FAPAC estimula os professores a adotarem práticas inovadoras de avaliação, objetivando ampliar a capacidade de verificação do processo

de aprendizagem, mediante a superação do modelo tradicional, baseado na memorização e descrição dos conteúdos.

Para tanto, algumas vias alternativas são desenvolvidas e experimentadas ao longo das disciplinas do curso, como, por exemplo, um modelo de avaliação interdisciplinar. Trata-se de um único trabalho envolvendo o conteúdo de várias disciplinas do mesmo período, em que o resultado será avaliado pelos professores em suas respectivas áreas de conhecimento.

Uma outra prática poderá ser as simulações e as encenações sobre situações da dinâmica organizacional. Acredita-se que tal prática proporciona uma maior eficácia do aprendizado, à medida que levará o aluno a cumprir algumas fases de desenvolvimento e maturação do conteúdo trabalhado: pesquisa do material de referência, discussão e elaboração do roteiro, ensaios e a apresentação, em que o conhecimento construído será compartilhado com os demais membros da turma.

Essa prática desmistifica a noção da dissociação entre o aprender e o prazer. Corroborando a ideia de que os alunos se tornarão mais motivados quando se sentirem agentes ativos do seu processo de aprendizagem.

As matrizes curriculares dos Cursos de Graduação da FAPAC atendem ainda às exigências em relação à flexibilização curricular nos seguintes momentos:

- a) nas disciplinas optativas, de livre escolha do aluno;
- b) nas atividades complementares, escolhidas pelo aluno;
- c) no trabalho de conclusão de curso, cujo tipo e tema será definido pelo aluno;
- d) nas atividades de práticas, onde o aluno poderá desenvolver atividades relacionadas às suas expectativas profissionais;
- e) nas definições de conteúdos específicos para algumas disciplinas fundamentais.

*i) Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos*

A integralização dos cursos da FAPAC obedece aos princípios legais do Ministério da Educação e Cultura e estarão expressos nos Projetos Pedagógicos de cada Curso, respeitando-se a carga horária estabelecida para os componentes

curriculares bem como para o Trabalho de Conclusão de Curso, os Estágios, Atividades Práticas e Complementares.

Como oportunidades diferenciadas de integralização de cursos, a FAPAC oferece a seus acadêmicos, em regime de dependência ou de adaptação curricular, cursos de férias, componentes curriculares que são realizados em dia de sábado (matutino e vespertino), plano de estudos individuais com aulas presenciais e com aplicação de recursos audiovisuais, utilização dos laboratórios de multimídia, estudos dirigidos. O ensino é organizado a partir de uma metodologia que favorece as atividades de aprendizagem individual e coletiva, bem como estudos teóricos e práticos.

*j) Avanços tecnológicos*

Ao nível global, a sociedade do conhecimento está redefinindo o papel da Educação Superior. As instituições que resistirem às mudanças não sobreviverão até a próxima década, mas as que se aproveitarem do mar de oportunidades geradas pelas necessidades da economia da informação e do conhecimento terão grandes possibilidades, não só de expansão, mas também de contribuir com o desenvolvimento do país.

Outro problema com o qual a sociedade brasileira tem que se preocupar é com a chamada “divisão digital”, o marco que divide as pessoas que tem acesso a tecnologia da informação das que não têm acesso.

Traçando um paralelo disso na Educação Superior, o preocupante é a “divisão digital” entre docentes e alunos. Alheios aos avanços da tecnologia e seu impacto sobre a formação profissional, a maioria dos docentes ainda não se deu conta de que o modelo de aulas que eles vêm repetindo, ano após ano, está com os dias contados. Isso por várias razões: mudanças no ambiente de trabalho, as novas habilidades cognitivas da geração Internet e as facilidades de acesso à informação. A sociedade da informação introduziu importantes mudanças no ambiente de trabalho, que exigem a reformulação do conteúdo e do processo de ensino-aprendizagem.

Outro fator importante é que a chamada geração digital, possui habilidades cognitivas que os tornam incapazes de aceitar as aulas tradicionais. É uma geração

que aprendeu a utilizar a tecnologia através de tentativa e erro. Foi exposta a um ambiente multimídia desde o nascimento, desenvolvendo importantes habilidades audiovisuais de aprendizagem. Estes jovens, com facilidade, desenvolvem trabalhos acadêmicos no computador, ouvindo música e mantendo simultaneamente conversas em paralelo através do sistema de mensagens instantâneas. É uma geração com impressionante capacidade multitarefa. Quer aprender experimentando, discutindo com pares, buscando informações complementares, colocando criatividade em suas tarefas, sendo desafiada a descobrir soluções.

Atualmente, com poucos cliques tem-se acesso à informação através da Internet: bibliotecas on-line, periódicos on-line, obras de museus, clássicos da literatura, só para citar alguns. Assim, as aulas destinadas a transmitir informação estão ultrapassadas para o contexto atual. Os cursos têm que dedicar-se a desenvolver o conhecimento.

A diferença entre informação e conhecimento é sutil, porém importante. Conhecimento é o significado que se extrai da informação, é a interpretação.

Usualmente, o conhecimento é desenvolvido através de um processo interativo, através da discussão com pares ou desenvolvendo uma análise crítica da informação. Para desenvolver o conhecimento é necessário um ambiente de aprendizagem muito mais rico e diversificado do que o utilizado para simples transmissão de informação.

Quanto ao processo de ensino-aprendizagem, é inútil adotar estratégias que tornem um pouco mais eficazes as aulas tradicionais. Ao ver inúmeras instituições adotando essa estratégia, vale lembrar uma famosa frase do saudoso Peter Druker: “Nada pode ser mais ineficaz do que investir para aprimorar a eficiência de um processo inadequado”.

O processo de ensino-aprendizagem tem que diminuir o tempo passivo dos alunos em salas de aula, substituindo parte desse tempo por atividades práticas, executadas pelos alunos em um ambiente virtual, similar ao que encontrará no seu futuro ambiente de trabalho.

Nesse novo ambiente de ensino-aprendizagem, o professor terá uma atividade muito mais gratificante, mais criativa, propondo trabalhos para os alunos, lançando

desafios, suscitando debates e, sobretudo, guiando, orientando, esclarecendo dúvidas.

É preciso que os docentes percebam que este caminho já vem sendo trilhado pela sociedade do conhecimento, pelos avanços tecnológicos. A mudança que se faz necessária é de revisão do conteúdo dos cursos, é de definição das novas habilidades e competências que devem ser desenvolvidas para o exercício profissional.

Nenhuma IES conseguirá implantar as necessárias mudanças sem a adesão da maioria do seu corpo docente. Para aquelas que se adequarem à nova realidade, o futuro reserva interessantes possibilidades de expansão, pois a sociedade de conhecimento requer que o profissional se dedique à aprendizagem continuada. Essa expansão certamente se dará com a criação de novos produtos e serviços educacionais, utilizando novos espaços de aprendizagem.

Diante deste contexto, a FAPAC aborda, de modo multidisciplinar, as inter-relações entre Tecnologia, Ciência e Educação, considerando os impactos dos avanços tecnológicos nas estratégias de ensino-aprendizagem e na forma de pensar a ciência em sua função pragmática e social.

#### *k) Interdisciplinaridade*

A interdisciplinaridade, enquanto processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, é capaz de romper as estruturas de cada uma delas, para alcançar uma visão unitária e comum do saber, trabalhando em parceria.

O contexto histórico vivido nessa virada de milênio, caracterizado pela divisão do trabalho intelectual, fragmentação do conhecimento e pela excessiva predominância das especializações, demanda a retomada do antigo conceito de interdisciplinaridade que no longo percurso do século 20, foi sufocado pela racionalidade da revolução industrial.

A necessidade de romper com a tendência fragmentadora e desarticulada do processo do conhecimento justificam-se pela compreensão da importância da interação e transformação recíprocas entre as diferentes áreas do saber. Essa compreensão crítica colabora para a superação da divisão do pensamento e do conhecimento, que vem colocando a pesquisa e o ensino como processo reprodutor

de um saber parcelado, que conseqüentemente muito tem refletido na profissionalização, nas relações de trabalho, no fortalecimento da predominância reprodutivista e na desvinculação do conhecimento do projeto global de sociedade.

Esta realização integrativa-interativa permite-nos visualizar um conjunto de ações interligadas de caráter totalizante e isenta de qualquer visão parcelada, superando-se as atuais fronteiras disciplinares e conceituais.

Em face dessas ideias, torna-se necessário repensar a produção e a sistematização do conhecimento fora das posturas científicas dogmáticas, no sentido de inseri-las num contexto de totalidade. Dessa forma, a complexidade do mundo em que vivemos passa a ser sentida e vivida de forma globalizada e interdependente, recuperando-se assim, o sentido da unidade a qual tem sido sufocada pelos valores constantes da especialização precoce.

Trabalhar a interdisciplinaridade não significa negar as especialidades e objetividade de cada ciência. O seu sentido reside na oposição da concepção de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmo, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares sem uma posição unificadora, que sirva de base para todas as ciências, e isoladas dos processos e contextos histórico-culturais.

A interdisciplinaridade tem que respeitar o território de cada campo do conhecimento, bem como distinguir os pontos que os unem, e que os diferenciam. Essa é a condição necessária para detectar as áreas onde se possa estabelecer as conexões possíveis. A interdisciplinar impõe que cada especialista transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites, para colher as contribuições das outras disciplinas.

■ Concepção de processos de ensino-aprendizagem, currículos e avaliação, planejamento e programas

Para avançar na direção de um compromisso social, a FAPAC reconhece que a ação pedagógica deverá estar presente em todas as dimensões e estruturas que

caracterizam uma IES, não se reduzindo, portanto, àquilo que ocorre na sala de aula e nos conhecimentos transferidos.

A FAPAC acredita que o projeto pedagógico de cada curso se materializará no cotidiano, através das práticas que o caracterizam, dos modelos que pretende estimular, das atitudes e valores que promoverá e incentivará, entre outros. E tal materialização é tão importante para a formação do profissional quanto o conhecimento técnico.

De acordo com Palharini (2002), respeitando a pluralidade de discursos e práticas pedagógicas existentes, a IES propõe a interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade como parâmetro para conduzir o padrão de ensino/aprendizagem.

Através do enfoque interdisciplinar, promover-se-á a superação restrita de mundo e compreensão da complexidade da realidade, pois ele pressupõe uma atitude de abertura não preconceituosa considerando todo conhecimento igualmente importante. A transdisciplinaridade diz respeito ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das disciplinas e além de toda disciplina. Sua finalidade é a compreensão do mundo atual e um dos seus imperativos é a unidade do conhecimento. Sua prática no contexto da sala de aula implica a vivência do espírito de parceria e de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, meios e fins, tempo e espaço, professor e aluno, reflexão e ação, dentre muitos dos múltiplos fatores integradores do processo pedagógico, para o qual deverão ser adotados princípios metodológicos direcionados à perspectiva sócio-interacionista do processo ensino/aprendizagem, interatividade, problematização, rigor acadêmico/científico, atitude disciplinar.

Para que se atinja essa proposta, torna-se necessária a configuração de estruturas curriculares flexíveis. Elas despontam como elementos indispensáveis para atender tanto às demandas da sociedade tecnológica moderna, quanto àquelas que se direcionam a uma dimensão criativa para a existência humana. Como atitude propositiva, permite ao educando exercer a autonomia na escolha de seus objetivos, ou seja, buscar sentido para sua vida acadêmica (Palharini, 2002). Os esforços para

a construção de uma proposta educacional desta natureza ressaltam a necessidade da adoção de um paradigma de educação superior centrado no aluno.

Com esse referencial, as matrizes curriculares, na medida das possibilidades de cada curso, incorporam aos currículos abordagem que implique:

Conceber a ciência como um conhecimento em construção e sujeita à incerteza, ao erro e à ilusão;

Estimular o conhecimento da identidade complexa do ser humano e a consciência de sua identidade comum a todos os outros humanos;

Ensinar princípios para a formulação de estratégias que permitam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento em consonância com as informações adquiridas ao longo do tempo;

Desenvolver a ética e da consciência, entre outros.

Para atingir os propósitos didático-pedagógicos, serão utilizadas atividades de ensino (projetos e disciplinas integradoras, desenvolvimento de projetos, entre outras) e articulações com a pesquisa e extensão, uma vez que a problematização do conhecimento envolve professor e o aluno. Isso significa dizer que a metodologia do “aprender a aprender” é um caminho capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias à solução dos problemas advindos da constante mudança da sociedade. Nesta metodologia o aluno é sujeito ativo no processo ensino/aprendizagem, gerando maior retenção de conhecimento.

O corpo docente deverá ter consciência de que, ensinar, valendo-se destas premissas, significa trabalhar com a indagação e com a dúvida, capacitando o aluno a pensar por si mesmo e ter independência intelectual, o que lhe possibilita a construção e a busca contínua do próprio conhecimento.

Assim, a partir dessas considerações, as coordenações e o corpo docente se orientam pelos seguintes aspectos:

Concepção da estrutura curricular, fundamentada em metodologia de ensino que articulada com a pesquisa e extensão como elementos constitutivos;

Desenvolvimento de conteúdos integradores que promovam a prática da interdisciplinaridade, e fortalecendo a articulação entre prática e teoria através de programas de monitorias, iniciação científica e outros;

Desenvolvimento do espírito crítico e analítico;

Desenvolvimento de atividades voltadas à solução de problemas;

Consideração do curso superior como etapa de construção das bases para o desenvolvimento do processo de educação continuada.

Incentivo do trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares em direção à aquisição e assimilação de conhecimentos;

Promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política em todos os conteúdos programados;

Condução das avaliações periódicas com instrumentos variados para informar docentes e discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

Os componentes curriculares são importantes elementos constitutivos da organização escolar. O currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive. Na dimensão político-pedagógica, a organização curricular está alicerçada em eixos essenciais, isto significa dizer que a organização curricular busca a consonância com os seguintes aspectos:

Na fundamentação das ações pautadas na perspectiva dos Quatro Pilares da Educação: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a Ser;

Na articulação com as habilidades e competências que os acadêmicos deverão desenvolver de forma processual e apresentar ao final do curso e ter como paralelo as necessidades oriundas do mercado de trabalho.

O perfil profissional desenvolvido pelos cursos e suas competências devem estar em consonância com as exigências do atual contexto socioeconômico e do mercado de trabalho. Assim, deve ser observado, na organização curricular, a integração do gestor nas dimensões social e humana, na dimensão holística, na formação técnica e o caráter empreendedor que se deseja no curso. Cabe salientar que não são apenas essas dimensões que definem a estruturação curricular, mas também princípios como: flexibilização, transdisciplinaridade e contextualização.

Para caminhar em direção a uma dinâmica curricular integradora, adotar-se-á, na medida do possível, uma arquitetura curricular flexível o suficiente para orientar a prática pedagógica pelo princípio da interdisciplinaridade. Esta deverá ocorrer tanto entre as disciplinas quanto com as outras atividades que configurarão a formação e que, até agora, foram consideradas complementares ao ensino, tais como: estágio, monitoria, iniciação científica.

### ■ Execução do projeto pedagógico institucional

Instituído pela LDB (Lei 9394/96) o Projeto Pedagógico, deve ser elaborado de forma participativa e colaborativa, originado da coletividade docente, discente e administrativa que dá uma identidade aos cursos (Veiga, 2000).

Ao buscar um rumo, uma direção, o Projeto Pedagógico, na sua globalidade, tem explicitado um compromisso coletivo, filtrando e unindo, os interesses particulares e coletivos da comunidade acadêmica.

Cabe considerar ainda que esse movimento coletivo é expresso cotidianamente nas práticas, nas relações dos sujeitos no ambiente institucional. Este contempla a diversidade de valores culturais, sociais, políticos e econômicos. Esta diversidade de valores poderá ser diagnosticada no interior de nossa instituição por meio da Avaliação Institucional, das reuniões de colegiado, da formação continuada, entre outros. Assim, permite-se a reflexão sobre este contexto, o resgate de experiências e a identificação de caminhos alternativos.

O Projeto Pedagógico Institucional é mais do que a necessidade de responder a uma solicitação formal, é a reflexão e a contínua expressão de nossas ideias sobre a educação superior, sobre a IES e sua função social, sobre os cursos da IES, sobre o ensino, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino, sobre a extensão e ainda sobre a relação entre teoria e prática. Portanto, é construído no contexto de uma realidade complexa e sua estruturação revela as características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos, no sistema educacional superior e no contexto social do qual faz parte. As possibilidades e os limites do PPI passam por questões do contexto externo e da natureza interna da instituição.

## Articulação entre o projeto pedagógico institucional (PPI) e os projetos pedagógicos dos cursos (PPC).

Considerando que os PPCs devem dialogar com o PPI, incorporando seus valores, é um documento de referência de todas as ações e decisões dos cursos.

Nessa ótica, cada projeto de curso articula sua especificidade no contexto da respectiva evolução histórica do campo do saber, estabelecendo, ao mesmo tempo, o espaço particular para a sua história. A organização curricular, que prevê as ações pedagógicas dos cursos, elemento fundamental de um Projeto Pedagógico, é, hoje, orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Os PPCs explicitam, além de uma concepção de ensino e aprendizagem, as possibilidades e limites de execução dessa concepção. Assim, os princípios orientadores contidos no PPI da FAPAC têm por base a legislação educacional e profissional vigentes, as condições da Instituição, a realidade presente na sociedade regional e nacional, e o incentivo à criação de uma realidade futura almejada.

Nessa linha, os Projetos Pedagógicos dos Cursos espelham os princípios orientadores do Projeto Pedagógico Institucional: são dinâmicos, não apresentam uma forma definitiva.

Todos os Projetos Pedagógicos de Cursos deverão ser apreciados e aprovados pelos respectivos colegiados e atualizados periodicamente. Isso permite o respeito às peculiaridades de cada curso e das necessidades do caráter formativo. A sua elaboração exige uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o profissional que se quer formar e de mundo que se pretende construir. O processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos se dá por meio de reflexões referentes à concepção de educação, de universidade, de cidadão, de conhecimento, de currículo, da relação teoria e prática, e outras tantas indagações.

Tais questionamentos e suas respectivas reflexões são compreendidos como processo e estão em contínua construção, avaliação, reelaboração. Portanto, ao constituir em processo democrático de decisões, os Projetos Pedagógicos nos cursos superiores da FAPAC representam a possibilidade organizada de explicitar os anseios

da comunidade acadêmica na busca de alternativas viáveis, por meio do encadeamento de ações educativas e a organização do trabalho pedagógico. Este processo ocorre mediante a análise da dinâmica de cada curso. Ao buscar um rumo, uma direção, o Projeto Pedagógico na sua globalidade tem explicitado um compromisso coletivo, filtrando e unindo os interesses particulares e coletivos da comunidade acadêmica.

■ Organização pedagógica

■ Perfil do corpo docente

■ Composição:

O corpo docente de uma Instituição de ensino Superior é seu principal diferencial. A infraestrutura existente, as condições de desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão integram o sistema educacional de forma significativa. Mas, o fundamento de uma Instituição de Ensino Superior está na titulação, capacitação e condições de trabalho de seu corpo docente.

Este reconhecimento, essencial para atingir os objetivos institucionais, se reflete nas ações da Instituição em relação a estes profissionais.

A FAPAC, junto com sua mantenedora, estabelece um programa de acompanhamento do Plano de Cargos e Salários que permita atingir, por meio do trabalho docente, alta eficiência e eficácia dos serviços educacionais.

Por estar numa região onde as oportunidades de busca de titulação pelo corpo docente ainda são escassas, a Instituição tem optado pelo apoio a busca de titulação por seus docentes em outros centros de educação superior.

Este apoio e acompanhamento são avaliados pela gestão da Instituição. E numa política de busca de capacitação tem buscado através de parcerias proporcionar oportunidades a seu corpo docente.

A estratégia institucional indica a permanência de docentes com dedicação integral e/ou parcial. O docente horista, previsto no seu Plano de Cargos e Salários,

deverá constituir-se apenas em situações isoladas de necessidade ou oportunidade institucional.

Fator preponderante além da busca de titulação é a capacitação continuada de seus docentes, no mínimo a cada semestre, como forma de envolver os docentes na busca de constante de aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas.

O perfil atual – base Censo Dez 2020, do corpo docente da FAPAC é:

Tabela 14 - Relação de Titulação e regime de Trabalho dos docentes

Titulação/Regime de Trabalho	Horista	Parcial	Integral	Total
Especialista	34	31	3	68
Mestre	15	17	11	43
Doutor	22	9	3	34

Fonte: Elaborado pelos autores

### Plano de expansão do corpo docente

No cronograma de expansão está previsto a expansão do corpo docente, caso haja aprovação dos cursos de graduação previstos neste PDI.

Tabela 15 - Cronograma de expansão do corpo docente

	Tempo Integral					Tempo Parcial					Horista					Total					
	Quantidade					Quantidade					Quantidade					Quantidade					
<b>Ano</b>	20 21	20 22	20 23	20 24	20 25	20 21	20 22	20 23	20 24	20 25	20 21	20 22	20 23	20 24	20 25	20 21	20 22	20 23	20 24	20 25	
<b>Especialistas</b>	3					31					34					14 5					
<b>Mestres</b>	11					17					15										
<b>Doutores</b>	03					09					22										
<b>Total</b>	17					47					71										

Fonte: Elaborado pelos autores

## Plano de carreira

Na busca de uma educação de qualidade a IES tem como meta melhorar continuamente o perfil do corpo docente, sendo um dos itens a titulação de seu quadro e em relação ao regime de trabalho busca incrementar o regime de tempo integral e parcial.

A FAPAC adota, na carreira do magistério superior, as seguintes categorias: Professor Assistente, Professor Adjunto Professor Titular. Para o cargo de Professor Assistente, o docente deverá possuir curso de pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*), para o cargo de Professor Adjunto o docente deverá possuir curso de pós-graduação em nível de mestrado (*stricto sensu*) e para o cargo de Professor Titular, possuir curso de pós-graduação em nível de doutorado.

Embora sendo uma Instituição privada, a forma de admissão de docentes obedece a critérios baseados no mérito acadêmico, na impessoalidade e na busca ampla de igualdade e oportunidade. A seleção passa pela análise curricular, apresentação de Plano de Aula, Micro-aula e Entrevista quando é verificado o prévio conhecimento da missão, valores Institucionais e proposta pedagógica dos cursos.

A progressão funcional prevista no Plano de Carreira Docente é realizada de forma horizontal e vertical considerando a titulação docente e o tempo de serviço, a produção acadêmica científica e a constante busca de capacitação e aperfeiçoamento.

## Critérios de seleção e contratação

Os critérios estão definidos no Plano de Carreira Docente da FAPAC, item da admissão e ingresso na carreira, que especifica que:

O ingresso na carreira docente da FAPAC dar-se-á por meio de processo de recrutamento e seleção externa, executado pelo setor de Recursos Humanos ou Departamento Pessoal, e coordenado pela Coordenação Acadêmica, mediante a abertura de vaga e observando-se os seguintes requisitos:

Para o cargo de Professor Assistente, possuir curso de pós-graduação em nível de especialização (lato sensu)

Para o cargo de Professor Adjunto, possuir curso de pós-graduação em nível de mestrado (stricto sensu).

Para o cargo de Professor Titular, possuir curso de pós-graduação em nível de doutorado.

O ingresso na carreira docente da FAPAC dar-se-á no Nível Inicial (Nível I) da classe funcional que fizer jus, conforme Anexo I, observando a disponibilidade de vagas previstas no edital e a titulação requerida devidamente comprovada pelo docente e validada pelo Ministério da Educação.

A seleção dos docentes para ingresso no PCD compreenderá exame de títulos, mediante a análise curricular do candidato, prova teórica (quando for o caso), micro aula e entrevista, objetivando averiguar a habilitação profissional e a capacitação para o magistério superior, em competência didática e de conteúdo na área de conhecimento a que o candidato concorre.

#### ■ Qualificação e capacitação

A capacitação continuada do corpo docente é política permanente na Instituição e, isto, engloba dois aspectos importantes, a saber:

o aperfeiçoamento coletivo que busca uma unidade de entendimentos da concepção pedagógica institucional. Realizado pelo menos uma vez a cada semestre letivo sob a responsabilidade da Coorenação Acadêmica que debate-se temas educacionais pertinentes à educação superior, como políticas públicas, legislação e norma, novas tecnologias e demais desafios que o corpo docente encontra na sua atividade, e;

a capacitação do ponto de vista de titulação e participação do docente em programas de treinamento. Esta política é realizada de forma a ter um desenvolvimento harmônico de todos os cursos de graduação da Instituição. São ações planejadas e com objetivos claros ao corpo docente que, por sua natureza,

beneficiam o corpo docente de forma mais pontual e relacionada a seu desempenho como profissional da educação superior.

## ■ Política de Acompanhamento Docente

O Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente - NAPED, no âmbito da estrutura organizacional da FAPAC, caracteriza-se como um órgão de apoio didático-pedagógico, subordinado à Coordenação Acadêmica, constituindo-se um instrumento de acompanhamento, orientação, supervisão e avaliação das práticas pedagógicas de Graduação da Instituição.

O NAPED, como setor pedagógico, é responsável pelos processos internos no que se refere ao desenvolvimento dos acompanhamentos de ensinar e de aprender em conformidade com o que rege o Regimento Geral da FAPAC e demais instrumentos legais internos. Contribui desenvolvendo atividades permanentes junto aos docentes desta IES.

São objetivos do NAPED:

- Qualificar, sistematicamente, os processos educativos do sistema de ensino da Instituição, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Orientar e acompanhar os professores sobre questões de caráter didático-pedagógico;
- Promover a permanente qualificação do corpo docente a partir de projetos específicos;
- Contribuir com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) nos processos avaliativos institucionais.
- Contribuir com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no processo de elaboração, desenvolvimento e reestruturação do Projeto Pedagógico, visando a sua permanente melhoria, objetivando a efetivação da missão institucional;

- Proporcionar ações para o desenvolvimento dos aspectos atitudinais e relacionais entre docentes e discentes de modo a cooperar para o efetivo ensinar-aprender;
- Desenvolver ações que visam o aprimoramento nas elaborações de itens no processo avaliativo, interno e externo.

A FAPAC, busca incorporar em seu trabalho, os parâmetros de excelência acadêmica na gestão voltada ao corpo docente, sendo elas consolidadas ao NAPED, e que estão e são implementadas visando o crescimento e o desenvolvimento institucional. O NAPED, tem o compromisso com ações continuadas que ampliam o conhecimento docente e demais setores da IES, como:

- Auxiliar os colegiados dos cursos no planejamento e execução das ações que favoreçam o cumprimento da missão institucional, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- Desenvolver atividades voltadas para a ética profissional e pedagógica;
- Fomentar discussões e práticas focadas nos fundamentos pedagógicos da docência universitária;
- Promover o debate e a implementação de atividades focadas nas tendências pedagógicas contemporâneas, enfatizando as temáticas do planejamento, do processo ensino-aprendizagem, das técnicas de ensino e da avaliação da aprendizagem;
- Auxiliar quando solicitado os NDE dos cursos, no desenvolvimento das reflexões inerentes à implantação, desenvolvimento e avaliação do Projeto Pedagógico;
- Analisar semestralmente os resultados da autoavaliação institucional, no âmbito das reflexões didático-pedagógicas dos cursos de graduação;
- Apoiar os professores, de forma coletiva ou individualizada, nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades docentes;

- Promover oficinas pedagógicas e/ou cursos, de acordo com as demandas apresentadas pelos docentes;
- Dar efetivo suporte ao docente em sua prática pedagógica e na implantação de metodologias ativas de ensino;
- Promover capacitações e acompanhamentos nas elaborações de itens nível ENADE;
- Promover espaços coletivos de reflexão sobre a docência universitária, realizados periodicamente.

Entendendo que a formação sempre será continuada, a FAPAC, por meio do NAPED, visa a realização constante do acompanhamento do corpo docente implementando ações que por ventura venham a sanar as lacunas do ensino-aprendizagem. O ensino superior tem refletido um espaço de inovação e criatividade, ao mesmo tempo em que recebe como ingressantes, pessoas com diversos perfis e expectativas, igualmente aos novos docentes, sejam eles de formação ou de vivência educacional no ensino superior. Situações recorrentes em instituições de ensino que comprovam a real necessidade de acompanhamento contínuo em sua formação didática-pedagógica.

A formação docente é fundamental para a qualidade da educação de nível superior. Os professores precisam de um amplo conhecimento em sua área de atuação, mas também de habilidades pedagógicas para transmitir esse conhecimento de forma efetiva aos alunos. Além disso, a formação pode capacitá-los a lidar com as demandas do mercado de trabalho, com as diferentes formas de aprendizado dos alunos e a promover a inclusão social e a diversidade cultural na sala de aula. A formação continuada também é importante, pois permite aos professores atualizarem-se sobre as mudanças e avanços em suas áreas e em práticas pedagógicas, para que possam oferecer aos alunos uma educação de qualidade e relevante. Portanto, é um fator chave para o sucesso acadêmico e profissional dos estudantes e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

## Organização administrativa da IES

### Estrutura organizacional

A estrutura organizacional atende a Legislação Superior e os Atos Normativos do MEC e do CNE, contemplando os Órgãos Colegiados, os Órgãos Diretivos e Executivos, a CPA, a Ouvidoria, os Núcleos Docentes Estruturantes, os Núcleos de apoio, etc.

A FAPAC é uma organização ainda jovem, viva e em crescimento no mercado Tocantinense. Para melhor compreensão da sua estrutura, é oportuno compreender que esta Instituição de Ensino Superior trabalha com dois modelos estruturais simultaneamente.

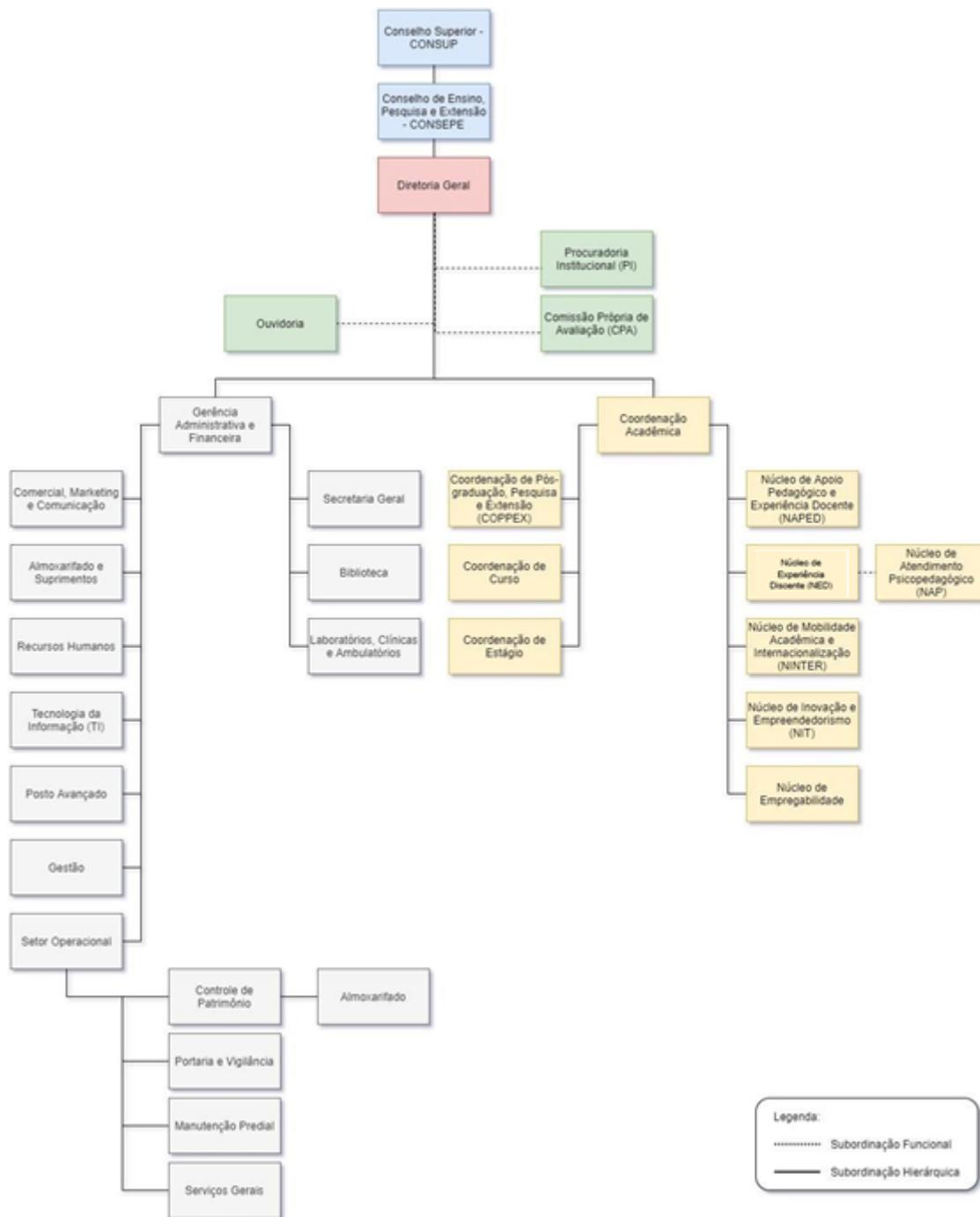
Primeiramente, há a estrutura administrativa com uma hierarquia paralela à área acadêmica. Nela, há a formalização do comportamento e dos processos internos (secretaria, tesouraria, finanças, recursos humanos, entre outros). Por outro lado, há a estrutura acadêmica, bem mais complexa e que interage constantemente com a estrutura administrativa.

A organização administrativa está apresentada em organograma onde é dividida em áreas estratégicas possuindo inter-relacionamento necessário para a prática das atividades acadêmico-administrativas.

Todas as áreas estarão vinculadas de acordo com os fins a que se destinem, ou seja, desenvolvendo atividades específicas e de suporte às ações de ensino, pesquisa e extensão da Instituição. O Organograma Institucional apresentado a seguir possibilita a concretização dos princípios e diretrizes acadêmicas e administrativas, com a garantia da descentralização e decisão compartilhada.

**Organograma Institucional e acadêmico**

Figura 8 - Organograma da Faculdade Presidente Antônio Carlos FAPAC



## ■ Órgãos colegiados

A Faculdade Presidente Antônio Carlos, possui a seguinte estrutura organizacional:

I – Os órgãos consultivos, normativos e deliberativos superiores:

- a) Conselho Superior (CONSUP)
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)

II – Os órgãos autônomos superiores:

- a) Ouvidoria
- b) Comissão Própria de Avaliação (CPA)

III – Os órgãos da administração superior:

- a) Diretoria Geral
- b) Coordenação Acadêmica
- c) Gerência Administrativa e Financeira

IV – O órgão regulatório superior:

- a) Procuradoria Institucional (PI) e Recenseurador Institucional (RI)

V – Os órgãos executivos:

- a) Coordenações dos Cursos de Graduação
- b) Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
- c) Núcleo de Inovação e Empreendedorismo
- d) Núcleo de Mobilidade Acadêmica e Internacionalização
- e) Núcleo de Empregabilidade

VI – Os órgãos deliberativos dos cursos/programas acadêmicos:

- a) Colegiados dos Cursos de Graduação
- b) Colegiados dos Cursos de Pós-graduação (quando houver)

VII – Os órgãos suplementares:

- a) Núcleo Experiência Discente (NED)
- b) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP)
- c) Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED)
- d) Secretaria Geral
- e) Biblioteca
- f) Setores administrativos
- g) Laboratórios de Ensino

### ■ Conselho superior

O Conselho Superior (CONSUP) é órgão superior de natureza consultiva, jurisdicional, deliberativa, recursal, normativa e instância final para todos os assuntos acadêmico-administrativos, nos limites estabelecidos por este Regimento Geral, garantindo o caráter participativo da gestão institucional.

O CONSUP é integrado por:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Coordenador Acadêmico, seu presidente na ausência do Diretor Geral;
- Coordenador de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão;
- Gerente Administrativo e Financeiro;
- Um representante dos coordenadores dos cursos de graduação, eleito pelos seus pares;
- Um representante dos coordenadores dos cursos de pós-graduação lato sensu, eleito pelos seus pares;
- Um representante do corpo docente dos cursos de graduação, eleito pelos seus pares;
- Um representante do corpo docente dos cursos de pós-graduação lato sensu, eleito pelos seus pares;
- Um representante do corpo discente dos cursos de graduação, eleito pelos seus pares;

- Um representante do corpo discente dos cursos de pós-graduação lato sensu, eleito pelos seus pares;
- Um representante do corpo técnico-administrativo, eleito pelos seus pares;
- Um representante da comunidade externa, indicado por uma entidade representativa da sociedade civil.

Salvo Diretoria Geral, Diretorias e Representantes dos Coordenadores de Cursos, que são membros permanentes do CONSUP, o mandato dos demais integrantes apresentados nas alíneas VII a VIII acima é de 2 (dois) anos, permitindo-se sua recondução por mais 1 (um) ano.

O mandato dos integrantes representantes do corpo discente dos cursos de graduação e da comunidade externa é de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos, desde que os representantes discentes conservem sua condição regular de vínculo com a Instituição, para manter sua condição de representação.

Em caso de desligamento institucional, renúncia, impedimento ou afastamento temporário dos membros que possuam mandatos, os cargos serão ocupados por seus substitutos ou será repetido o processo de sua escolha, conforme o caso.

O CONSUP reúne-se ordinariamente 1 (uma) vez por semestre e extraordinariamente sempre que necessário, nos termos deste Regimento Geral.

Na ausência do Diretor Geral, o CONSUP reúne-se sob a presidência do Coordenador Acadêmico, e, na ausência deste, a presidência caberá ao Gerente Administrativo-Financeiro.

As decisões do CONSUP assumem a forma de Resoluções.

A vacância de algum cargo de integrantes do CONSUP ou a ausência destes não invalida ou deslegitima a reunião.

O CONSUP deliberará para o exercício das competências que lhe são pertinentes, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Ao presidente do CONSUP cabe apenas o voto de qualidade nas matérias de sua competência.

Compete ao CONSUP:

- Zelar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;
- Aprovar este Regimento e as alterações que lhe forem propostas para encaminhamento e aprovação da Entidade Mantenedora e dos órgãos competentes do sistema nacional de ensino;
- Propor alterações na estrutura da Instituição e em quaisquer aspectos de seu funcionamento, com encaminhamento da proposta à Entidade Mantenedora;
- Funcionar como órgão superior de recurso, em quaisquer assuntos de natureza acadêmica e administrativa;
- Aprovar o orçamento anual e os planos de aplicação dos recursos vinculados, para encaminhamento e aprovação da Entidade Mantenedora;
- Apreciar e deliberar a outorga de títulos honoríficos ou de benemerência;
- Aprovar os regulamentos dos órgãos internos;
- Deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- Aprovar o plano anual de atividades da Instituição, bem como o calendário acadêmico;
- Decretar o recesso parcial ou total das atividades escolares de cada curso, ou institucional;
- Aprovar acordos, contratos ou convênios com organizações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para a consecução de seus objetivos institucionais;
- Intervir, esgotadas as vias ordinárias, nos demais órgãos internos da Instituição, avocando a si as atribuições a eles conferidas;
- Interpretar o presente Regimento e resolver os casos omissos, ouvindo o órgão interessado;
- Propor solução para os casos não previstos neste Regimento e para as dúvidas que surgirem da aplicação dos ordenamentos básicos da Instituição;

- Exercer as demais atribuições que se enquadrem no âmbito de suas competências;
- Incumbir-se de outras atribuições emanadas pela Entidade Mantenedora.

#### Do conselho de ensino, pesquisa e extensão – CONSEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) é o órgão colegiado de deliberação superior e recursal nos campos técnico-científico e didático-pedagógico, bem como de questões administrativas diretamente relacionadas à operacionalização interna de tais campos, estabelecendo-se como órgão de gestão participativa e de consulta preliminar nos demais aspectos institucionais.

O CONSEPE é integrado por:

- Diretor Geral, seu Presidente;
- Coordenador Acadêmico, seu presidente na ausência do Diretor Geral;
- Gerência Administrativa;
- Coordenadores dos cursos de graduação;
- Secretário Geral;
- Um representante docente dos cursos de graduação, escolhido entre os seus pares;
- Um representante docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, escolhido entre os seus pares (quando se aplicar);
- Um componente do corpo técnico-administrativo, escolhido entre os seus pares;
- Um representante do corpo discente dos cursos de graduação, devidamente matriculado, escolhido entre os seus pares;
- Um representante do corpo discente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, devidamente matriculado, escolhido entre os seus pares;
- Um representante da sociedade civil organizada, indicado pelo Diretor.

Os representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo cumprirão mandato de 1 (um) ano, podendo ser renovado uma única vez.

O CONSEPE se reúne, ordinariamente, uma vez a cada bimestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.

Todas as discussões e decisões das reuniões devem ser lavradas em livro de atas próprio, assinadas por todos os presentes nas mesmas.

Na ausência do Diretor Geral e Coordenador de Graduação da Instituição, o CONSEPE se reúne sob a presidência do Coordenador de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização; e, na ausência deste, sob a presidência do Coordenador Administrativo-Financeiro.

O CONSEPE se reúne com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros, deliberando por maioria simples de votos dos presentes, e, no caso de empate, tendo o Presidente da reunião o voto de qualidade.

Compete ao CONSEPE, sempre respeitando os limites da legislação e as disposições e orientações emanadas das normas gerais institucionais:

- Manifestar-se sobre processos de criação, desmembramento, fusão ou extinção de cursos e outros órgãos relacionados com ensino, pesquisa, extensão e serviços; acordos e convênios, em matéria de sua competência; normas e relatórios de avaliação institucional;

- Deliberar sobre regulamentação de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e outros; projetos pedagógicos de cursos de graduação, pós-graduação e outros; normas complementares ao Regimento Geral, currículos e programas, matrículas, transferências, trancamentos, cancelamentos, avaliação de rendimento escolar, aproveitamento de estudos, regime de pesquisa; qualquer matéria de sua competência em primeira instância, ou em grau de recurso;

- Estabelecer normas para avaliação da produção científica dos docentes; avaliação e promoção dos alunos; expedição de diplomas e certificados; atribuição

das diretrizes dos encargos de ensino, pesquisa, extensão e serviços;  
desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e serviços;

– Propor normas para ingresso de pessoal docente, a ser submetida ao CONSUP;

– Constituir comissões para analisar assuntos de sua área de competência;

– Superintender, em instância superior, as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

– Emitir parecer, quando consultado, sobre reformas do presente Regimento;

– Exercer quaisquer outras atribuições decorrentes de leis, do Regimento Geral e em matéria de sua competência.

#### ■ Da Diretoria Geral

A Diretoria Geral é exercida pelo Diretor Geral, nomeado por prazo indeterminado pela Mantenedora.

São atribuições do Diretor Geral:

- Representar a Instituição administrativamente, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, ficando com essa atribuição, em sua ausência, a Gerência Administrativa ou outro indicado por aquele;

- Assinar acordos, contratos, convênios e/ou ajustes com entidades públicas, privadas ou outras de interesse da Instituição;

- Representar a Instituição junto às empresas bancárias locais ou em outras localidades, ouvido o representante da Mantenedora;

– Elaborar e executar programa de atividades;

– Elaborar e apresentar relatório anual de receitas e despesas;

– Contratar e demitir funcionários;

– Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno da FAPAC;

– Convocar e presidir reuniões dos órgãos e setores de sua subordinação;

– Prestar contas à Mantenedora, observados os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;

- Dar publicidade, por qualquer meio eficaz, ao encerramento do exercício fiscal;
- Apresentar relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos, colocando-o à disposição da Mantenedora;
- Realizar auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objetos de termo de parceria, de acordo com o regulamento;
- Prestar contas de todos os recursos e bens da Instituição;
- Emitir portarias e ordens de serviço necessárias à administração da Instituição;
- Conferir graus e dignidades acadêmicas;
- Assinar históricos escolares, diplomas e certificados no âmbito do ensino dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Superintender a execução do regime escolar e didático, zelando pela observância dos horários de funcionamento das atividades acadêmicas;
- Cumprir e fazer cumprir determinações emanadas pelo representante legal da Mantenedora;
- Realizar outras funções determinadas pela Entidade Mantenedora.
- Convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior,
- Implantar e supervisionar o Plano de Carreira Docente – PCD;
- Implantar e supervisionar o Plano de Carreira dos Funcionários Técnico-Administrativos – PCA;
- Exercer poder disciplinar, no âmbito de sua competência;
- Instituir comissões de caráter permanente ou temporário para estudo específico e resolução de problemas;

O Diretor Geral está autorizado a fazer pronunciamentos em nome da Instituição.

Nenhum membro da comunidade acadêmica poderá fazer pronunciamento público que envolva responsabilidade da Instituição sem a prévia e formal autorização da Diretoria Geral.

São órgãos subordinados à Diretoria Geral:

- a) Procuradoria Institucional;
- b) Coordenação Acadêmica e órgãos subordinadas a esta;
- c) Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização e órgãos subordinados a esta;
- d) Gerência Administrativa e órgãos subordinados a esta.

#### Da Coordenação Acadêmica

O ocupante do cargo da Coordenação Acadêmica é indicado e nomeado pelo Diretor Geral através de portaria, com mandato por tempo indeterminado.

São atribuições do Coordenação Acadêmica:

- Elaborar o planejamento acadêmico da Instituição;
- Superintender as atividades de ensino da Instituição no âmbito da graduação;
- Coordenar, organizar, controlar e avaliar os trabalhos pedagógicos e educacionais desenvolvidos no âmbito da Instituição;
- Divulgar as atividades e decisões do CONSUP e do CONSEPE;
- Planejar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas desenvolvidas pela Instituição no nível da graduação e pós-graduação;
- Elaborar o plano anual e o relatório anual de atividades da Instituição, submetendo-os à apreciação da Reitoria e aprovação do CONSUP;
- Recomendar ao CONSEPE a capacitação de funcionários docentes e administrativos vinculados às funções acadêmicas;
- Propor à Direção Geral a dispensa de funcionários;
- Exercer o poder disciplinar, na forma da lei e deste Regimento, na área de sua competência;
- Propor ao CONSEPE o estabelecimento das diretrizes da Instituição para a formulação de uma política pedagógica;
- Propor ao CONSEPE os planos de avaliação discente e docente;
- Coordenar o processo de avaliação de funcionário docente;

- Propor ao CONSEPE planos de capacitação de funcionários docentes;
- Propor à Diretoria normas para concessão, fixação e alteração do regime de trabalho dos funcionários docentes;
- Encaminhar o plano e o relatório anual de atividades acadêmicas à Diretoria Geral, que os consolidará;
- Encaminhar ao coordenador de curso os resultados das avaliações internas e externas que dizem respeito à atuação deste e dos professores do curso;
- Representar a Instituição em assuntos de natureza acadêmica;
- Aplicar as sanções em sua área de atuação, de acordo com a legislação;
- Solicitar ao órgão competente a contratação de funcionários para os cargos de docência e técnico-administrativos vinculados às atividades acadêmicas da Instituição;
- Exigir e acompanhar a elaboração e os lançamentos relativos a planos de ensino, resultados parciais e finais e diários de classe dos cursos de graduação;
- Exigir e acompanhar o lançamento de dados no portal acadêmico;
- Consolidar os horários de aula dos cursos de graduação;
- Gerenciar o quadro de distribuição de aulas de cada semestre letivo;
- Acompanhar os trabalhos da Ouvidoria e da CPA;
- Acompanhar os trabalhos do atendimento psicopedagógico e dos apoios ao discente e docente;
- Acompanhar e supervisionar os trabalhos relacionados às avaliações internas e externas, como os empreendidos pela CPA e os que atendem ao ENADE;
- Supervisionar, dar parecer e auxiliar na contratação de docentes e pesquisadores, que irão atuar nos cursos e atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição, bem como opinar no processo de promoção de docentes;
- Coordenar todo o processo de elaboração, complementação e alteração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pela Instituição;
- Implementar mecanismos de articulação com a Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização e coordenações de cursos;
- Executar outras competências que lhe forem conferidas pelo Diretor Geral.

- Implementar ações que visem a melhoria da qualidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- Supervisionar o Programa de Desenvolvimento Docente – PDP.

Cabe a Coordenação Acadêmica, em conjunto com os demais dirigentes da Instituição, tomar as medidas para implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

São órgãos subordinados à Coordenação Acadêmica:

- a) Coordenações dos cursos de graduação;
- b) Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (COPPEX);
- c) Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
- d) Núcleo de Internacionalização (NINTER);
- e) Núcleo de Experiência Discente (NED);
- f) Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP);
- g) Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED);

Além desses órgãos, subordinam-se à Coordenação Acadêmica as comissões internas criadas para fins pedagógicos específicos pela Diretoria Geral, de caráter temporário ou permanente.

A Coordenação Acadêmica poderá contar também com o auxílio de Coordenadores Pedagógicos e/ou de Cursos para o desempenho de suas atribuições.

#### ■ Da Gerência Administrativa e Financeira

A Gerência Administrativa e Financeira é regida pelo Gerente Administrativo e Financeiro, nomeado pelo Diretor Geral por tempo indeterminado.

São atribuições do Gerente Administrativo e Financeiro:

- Representar a Instituição administrativamente, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, ficando com essa atribuição, em sua ausência, o Coordenador Acadêmico ou outro indicado pelo Diretor Geral;

- Assinar acordos, contratos, convênios e/ou ajustes com entidades públicas, privadas ou outras de interesse da Instituição, desde que tenha autorização do Diretor Geral;
- Representar a Instituição junto às empresas bancárias locais ou em outras localidades, ouvido o Diretor Geral;
- Acompanhar a rotina financeira da Instituição;
- Elaborar e apresentar relatório anual de receitas e despesas;
- Cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- Convocar e presidir reuniões dos órgãos e setores de sua subordinação;
- Prestar contas à Diretoria Geral, observados os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade;
- Prestar contas de todos os recursos e bens da Instituição ao Diretor Geral;
- Planejar e supervisionar a ocupação do espaço físico do campus, sua utilização e manutenção adequadas;
- Planejar e supervisionar os serviços necessários ao adequado funcionamento da Instituição;
- Realizar outras funções determinadas pela Diretoria Geral.

O Gerente Administrativo e Financeiro está autorizado a fazer pronunciamentos em nome da Instituição.

São órgãos subordinados à Gerência Administrativa e Financeira:

- a) Secretaria Geral
- b) Biblioteca
- c) Comercial, Marketing e Comunicação
- d) Reprografia
- e) Almoxarifado
- f) Gestão e Planejamento
- g) Tecnologia da Informação
- h) Recursos Humanos
- i) Suprimentos
- j) Posto Avançado

k) Serviços Operacionais (Controle de Patrimônio / Portaria e Vigilância / Manutenção Predial / Serviços Gerais)

l) Laboratórios / Clínicas / Ambulatórios

■ Da Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.

A Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (COPPEX) é administrada pelo Coordenador de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, nomeado pelo Diretor Geral.

O Coordenador de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, em suas faltas e impedimentos quanto a suas atribuições representativas político-institucionais, será substituído por alguém nomeado pelo Diretor Geral.

À Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão compete:

- Planejar, acompanhar, avaliar e integrar as atividades de pesquisa e de extensão, desenvolvidas pela Instituição no nível da graduação e da pós-graduação;
- Representar a Instituição em assuntos de natureza acadêmica e perante os órgãos do Sistema Federal de Ensino Superior, bem como perante os órgãos que tratam da pós-graduação, da pesquisa, da extensão universitária.
- Exigir e acompanhar toda a documentação dos cursos de pós-graduação;
- Exigir e acompanhar os preenchimentos de diários dos cursos de pós-graduação, bem como o lançamento de dados no portal acadêmico, sugerindo adequações deste, quando necessário;
- Consolidar os horários de aula dos cursos de pós-graduação;
- Acompanhar os trabalhos relacionados aos processos seletivos dos cursos de pós-graduação;
- Acompanhar os trabalhos relacionados a todo tipo de publicação, seja de caráter promocional da Instituição, seja de caráter técnico-científico, incentivando a crescente produtividade científica no âmbito docente e discente;

- Trabalhar na captação de recursos de fomento às atividades de pesquisa, de extensão, no âmbito interno do grupo educacional e no âmbito externo junto às agências de fomento;
- Propor aos colegiados de curso ações relativas a trabalho de conclusão de curso, iniciação científica, além de outras relacionadas à pesquisa e extensão;
- Executar outras competências que lhe forem conferidas pelo CONSEPE e pelo Diretor Geral.
- Propor ao CONSEPE ações relativas às atividades de pesquisa, iniciação científica na Instituição e extensão;
- Acompanhar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na Instituição;
- Captar bolsas de órgãos de fomento para a qualificação dos recursos humanos docentes, discentes e técnicos vinculados à Instituição;
- Propor ao CONSEPE normas para a concessão de bolsas para qualificação dos recursos humanos envolvidos em programas de pesquisa e extensão;
- Assessorar as coordenações de curso na elaboração de programas de pesquisa e extensão;
- Promover e coordenar eventos de natureza técnico-científica;
- Propor, coordenar e executar a política institucional de acompanhamento dos alunos egressos, em nível de graduação e de pós-graduação, mantendo constante atualização de informações aos órgãos superiores e às coordenações de cursos, podendo contar com servidores da Instituição para auxiliar na execução dessa política;

Cabe ao Coordenador de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, implementar, em conjunto com a Coordenação Acadêmica, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional.

São órgãos subordinados à Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão:

- a) Coordenação de Pós-graduação Lato Sensu

## Do núcleo docente estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão consultivo da Faculdade Presidente Antônio Carlos, no campo didático-científico.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constante no currículo;
- III. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares nacionais para os Curso de Graduação.
- V. assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso: teorias e práticas nas integração entre a áreas básica e a área profissional;
- VI. aprovar, no início de cada semestre letivo, os programas das disciplinas do curso;
- VII. organizar e manter atualizado um banco de dados com os programas das disciplinas do curso, incluindo semestre/ano de oferta, carga horária teórica, carga horária prática, ementa, programa, referências bibliográficas atualizadas, metodologia de ensino, critérios de avaliação e docente(s) responsável (eis).

Composição de cada Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I. Ser constituído por no mínimo 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- II. Ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- III. Ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

## Dos colegiados de curso

O Colegiado de Curso é órgão de deliberação intermediário da Faculdade Presidente Antônio Carlos, no campo didático-científico.

São atribuições do Colegiado de Curso:

I. Deliberar sobre todos os assuntos de natureza acadêmica na sua área de atuação;

II. aprovar planos e programas de estágios, curriculares ou extracurriculares, do respectivo curso, respeitando as Legislações vigentes;

III. julgar em grau de recurso, processos acadêmicos no âmbito de sua competência.

O Colegiado de Curso é integrado, por, no mínimo, os seguintes membros:

I - O Coordenador de Curso, que o preside;

II – Dois (02) representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido; e,

III - Um (01) representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de um ano, sem direito à recondução.

IV - Caso haja modalidade do curso a distância, deverá haver, obrigatoriamente, um representante discente da modalidade no colegiado de curso, desta forma o colegiado de curso terá, no mínimo, dois (02) representantes do corpo discente e não apenas um (01).

O Colegiado de Curso será instituído a cada 2 (dois) anos, permitida uma recondução e permanecendo sempre um terço dos seus representantes;

Na ausência do representante titular docente e/ou discente o suplente será convocado.

O Colegiado de Curso se reunirá ordinariamente 02 (duas) vezes em cada semestre, por convocação do Coordenador do Curso, para deliberar sobre os assuntos em pauta, e extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor Acadêmico.

#### Das coordenadorias de cursos

As coordenações dos cursos de graduação são órgãos executivos das deliberações oriundas do CONSEPE, da Diretoria Geral e da Coordenação Acadêmica referentes às atividades de ensino na Instituição.

Cada coordenação de curso é exercida por um coordenador de curso com o apoio de um auxiliar administrativo.

O coordenador de curso é nomeado pelo Diretor Geral para um mandato por tempo indeterminado.

Compete à coordenação de curso de graduação:

- I – Presidir o NDE e o Colegiado de Curso;
- II – Propor ao CONSEPE ações relativas às atividades de graduação no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- III – Propor e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão relativas aos cursos;
- IV – Acompanhar a elaboração do calendário dos cursos em consonância com o calendário acadêmico da Instituição;
- V – Orientar os discentes quanto aos aspectos acadêmicos e pedagógicos, por ocasião da matrícula e da renovação de matrícula, em articulação com a Secretaria Geral;
- VI – Divulgar as atividades e decisões do Colegiado de Curso;
- VII – Orientar e acompanhar a vida acadêmica dos discentes e dos docentes do curso;
- VIII – Avaliar o desempenho dos docentes vinculados ao curso;
- IX – Manter permanente articulação com todos os núcleos e órgãos de caráter acadêmico, de pesquisa e extensão e administrativo-financeiros da Instituição;
- X – Manter permanente articulação com os demais coordenadores de curso, visando a alcançar o provimento eficaz dos recursos humanos e materiais requeridos para funcionamento dos cursos e o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multiprofissionais;
- XI – Elaborar o relatório anual de atividades de sua coordenação;
- XII – Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;

XIII – Encaminhar consultas ao CONSEPE, visando a elevar a satisfação dos clientes internos e externos pelo padrão de qualidade dos serviços educacionais prestados pela Instituição;

XIV – Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CONSEPE, da Direção Geral e pela Coordenação Acadêmica;

XV – Acompanhar os trabalhos empreendidos em nível de avaliação institucional, cursos de nivelamento e atividades do ENADE;

XVI – Articular-se com o meio externo nacional e internacional, no âmbito de sua competência, visando a manter o curso atualizado nas suas respectivas áreas de atuação;

XVII – Atuar nas ações de captação de novos alunos e divulgação das atividades realizadas no âmbito do curso sob sua responsabilidade;

XVIII – Desenvolver ações de acompanhamento e orientação dos egressos do curso, mantendo relacionamento dos mesmos com a Instituição;

XIX – Executar outras competências que lhe forem conferidas pelo CONSEPE, da Direção Geral e pela Coordenação Acadêmica.

As reuniões ordinárias do NDE e do Colegiado de Curso, sob presidência do Coordenador de Curso, devem acontecer 1 (uma) vez por mês e devem ser lavradas em ata e arquivadas em livro próprio, além do registro digital. Havendo necessidade de reuniões extraordinárias, elas deverão acontecer e também devem ser lavradas em atas.

#### ■ Órgãos de apoio e suplementares

#### ■ Da secretaria acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável pela coordenação, acompanhamento e controle das atividades de escrituração, arquivo e documentação acadêmica.

Compete ao Secretário Acadêmico:

Organizar, coordenar e administrar as atividades da Secretaria Acadêmica, fazendo cumprir prazos e tarefas;

zelar pela guarda e sigilo dos documentos acadêmicos;

manter em dia a escrituração, o arquivo, de todo o registro dos resultados dos acadêmicos;

manter atualizado o arquivo da legislação e dos documentos da Faculdade Presidente Antônio Carlos;

manter atualizados os dados estatísticos da Faculdade Presidente Antônio Carlos;

abrir e encerrar os termos acadêmicos;

elaborar em conjunto com os setores competentes o calendário acadêmico;

auxiliar a Comissão do Processo Seletivo;

emitir declarações, atestados, certificados e certidões, inerentes às atividades acadêmicas;

expedir por ordem da Direção da Unidade, convocações, avisos e editais;

disponibilizar e acompanhar o sistema de controle de frequência para as disciplinas;

comunicar à Tesouraria da Mantenedora, imediatamente após escrituração, informações sobre matrículas, transferências e trancamento de matrícula dos alunos;

secretariar as reuniões do Conselho Superior da Faculdade Presidente Antônio Carlos e lavrar as respectivas atas;

assinar, em conjunto com o Diretor Geral, os diplomas, certificados, termo de colação de grau e outros;

participar das solenidades de colação de grau da Faculdade Presidente Antônio Carlos, realizando a chamada individual dos formandos e lavrando as respectivas atas.

■ Da biblioteca

Biblioteca Nossa Senhora das Mercês é um órgão suplementar, auxiliar da área acadêmica que visa ao assessoramento das atividades, proporciona suporte para o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão dos cursos oferecidos pela IES, seu principal foco é a interação aluno/biblioteca, objetivando atender todas as necessidades procuradas.

Compete ao responsável pela Biblioteca:

elaborar e submeter à aprovação do Diretor Geral o regulamento da Biblioteca, após apreciação da Coordenação Acadêmica;

planejar, coordenar, supervisionar, orientar e controlar o funcionamento da biblioteca;

fazer tombamento do acervo bibliográfico da Faculdade Presidente Antônio Carlos, segundo normas técnicas nacionais;

manter disponível todo o material informativo necessário à pesquisa e ao estudo;

organizar o sistema de empréstimo;

elaborar e controlar o cadastro dos usuários;

manter atualizados os dados estatísticos da biblioteca;

gerenciar processos de informatização no âmbito da Biblioteca;

planejar ações que dinamizem a utilização da Biblioteca, após apreciação da Coordenação Acadêmica;

zelar e responder pela manutenção e conservação do acervo da Biblioteca; e exercer outras atribuições que lhe forem determinadas por órgão superiores.

■ Da comissão própria de avaliação - CPA

Art.1º. A CPA terá a seguinte composição:

- coordenador – designado pela Direção Geral;
- um docente – indicado pela Coordenação de Cursos;

- dois representantes do corpo técnico-administrativo – indicados pelas Gerencias Administrativas;
- dois representante dos discente – indicados pelo DCE;
- dois representante da comunidade – indicado pelo órgão solicitado.

§ 1º. o coordenador, membro nato da Comissão e representante da comunidade acadêmica da IES, podendo ser substituído por desejopróprio ou por decisão da Diretoria Geral.

§ 2º. os integrantes da CPA terão mandato de de 2 (dois) anos, podendo ser renovado 1 (uma) vez;

§ 3º. o mandato de 2 (dois) anos se aplica aos integrantes da CPA com exceção do coordenador de CPA.

§ 4º. havendo afastamento definitivo de um dos membros, será solicitado a imediata entrada de um substituto.

§ 5º. é obrigatório e preferencial a qualquer outra atividade universitária o comparecimento dos membros da CPA às reuniões.

Art.2º. São atribuições da CPA:

I. realizar seminários, reuniões, painéis, e outros para sensibilizar os membros dos diversos segmentos sobre a importância da avaliação, e a participação de cada um deles nesse processo;

II. criar, desenvolver e manter uma cultura de avaliação no meio acadêmico;

III. elaborar o projeto de avaliação institucional;

IV. criar subgrupos de apoio em cada segmento;

V. coordenar a implementação do projeto de avaliação;

- VI. efetuar o levantamento de dados e informações pertinentes ao processo de avaliação;
- VII. construir relatórios parciais e finais para análise dos resultados;
- VIII. prover o INEP de todas as informações sobre o projeto, sua implementação e resultados;
- IX. divulgar os resultados da avaliação para todos os segmentos representativos da CPA;
- X. realizar o balanço crítico ao final de cada avaliação, propondo melhorias para os pontos deficientes encontrados;
- XI. atualizar o projeto de avaliação sempre que se fizer necessário;
- XII. manter o regimento atualizado de acordo com as novas legislações.

Art.3º. Na ausência do coordenador da comissão, o órgão será presidido pelo membro com maior tempo na instituição.

Art.4º. A comissão terá reuniões ordinárias periódicas, ou extraordinárias por convocação do coordenador ou solicitação expressa de pelo menos dois terços de seus membros.

Art.5º. As pautas das reuniões mensais serão adiantadas ao final de cada encontro, no caso de outros assuntos, serão encaminhadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas), dispensado o prazo no caso de justificada urgência do assunto e no caso de reuniões extraordinárias. Nesses casos, a pauta deve ser comunicada via e-mail institucional e pessoal no caso dos membros da comunidade externa.

## **Políticas de atendimento aos discentes**

### **Apoio ao discente**

Um dos princípios pelo qual a Instituição pauta suas ações refere-se ao acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos, de forma a maximizar o seu rendimento e diminuir os índices de retenção e de evasão.

A IES organiza o horário de permanência dos docentes, com a finalidade de realizar a orientação acadêmica e a iniciação científica, organizado no sentido de apoiar o aluno na sua caminhada acadêmica. Aos docentes cabe ainda acompanhar o desempenho de seus alunos, promovendo assim as condições para a interação do aluno com a instituição e com a comunidade acadêmica, estimulando o acesso permanente ao conhecimento e a apropriação de competências necessárias para o seu desempenho profissional.

Além disso, a FAPAC conta com o Núcleo de Experiência Discente – NED para atendimento das necessidades cotidianas dos discentes. Constitui-se em um espaço de escuta, reflexão e ações sobre as condições social, emocional e pedagógica do discente, compreendendo a dinâmica do processo de ensino aprendizagem, especialmente sobre o papel como protagonista da jornada de formação acadêmica. Subordinado ao NED, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) caracteriza-se como um órgão de apoio psicopedagógico, que tem a finalidade de propiciar aos alunos e/ou docentes orientação psicopedagógica com o objetivo de melhorar o aproveitamento no processo ensino aprendizagem. O Núcleo oferece atendimentos individualizados ou coletivos, no sentido de favorecer a melhoria das capacidades, relações e condições sócio-afetivas que constituem um elemento crucial na jornada acadêmica.

Considerando, ainda, o Regimento da Instituição, o corpo discente pode ter órgãos de representação o Centro Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes(DCE), regidos por regimento próprio, por eles elaborados, de acordo com a legislação pertinente, que tem participação com direito a voz e voto nos órgãos onde se fizer representado e funciona regularmente com amplo apoio institucional. A Coordenação Acadêmica estimula e busca desenvolver, em conjunto com o Centro Acadêmico, atividades culturais e profissionais que estimulem as capacidades humanísticas, sociais e de educação permanente de seus educandos.

### Programa de nivelamento

Ofertar vagas que atendam a minorias e garantam o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de aprendizado, com um Programa de Nivelamento.

O Programa de Nivelamento elaborado pela Coordenação Acadêmica da FAPAC, com gerenciamento da Coordenação do Curso de Graduação, destina-se principalmente aos alunos matriculados no 1º período do Curso, com o objetivo de:

- Possibilitar ao aluno a revisão dos conteúdos básicos das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Química, Física e Informática, enfatizando seus fundamentos através das estratégias de atendimento e do formato das atividades pedagógicas a serem desenvolvidas para superação de dificuldades de aprendizagem;
- Reduzir problemas como a evasão ou reprovação do aluno já nas primeiras séries do curso, ensejando, primeiramente, à adoção de métodos pedagógicos que permitam a reorientação do processo ensino-aprendizagem, como também o resgate dos conteúdos não assimilados pelo aluno durante o curso;
- Possibilitar aos acadêmicos, a ampliação de conhecimentos e ou habilidades que lhes garantam condições de melhorar seu processo de ensino e aprendizagem em relação às demais disciplinas.
- Ministras aulas de língua portuguesa dinâmicas, para suprir lacunas de Leitura e Escrita evidenciadas pelos alunos.
- Revisar as aulas de matemática e informática de forma diferenciadas, para suprir lacunas e despertar o raciocínio lógico evidenciados pelos alunos.
- Revisar as aulas de química e física para fortalecer os alunos em suas necessidades.
- É de responsabilidade do Coordenador de Curso juntamente com os professores dos primeiros períodos, realizar levantamento das disciplinas necessárias à capacitação para concretização da Proposta de Nivelamento dos Acadêmicos;
- As atividades do Programa de Nivelamento serão organizadas e ofertadas de forma paralela às atividades letivas do Curso, proporcionado ao aluno a oportunidade de superar as dificuldades;

Para execução das atividades do Programa de Nivelamento serão selecionados pelo Coordenador de Área, Monitores das disciplinas e os mesmos assinarão Termo de Compromisso com o Programa;

Para execução das atividades do Programa de Nivelamento serão selecionados professores com habilidades especializadas para cada disciplina ofertada. Estes professores serão incumbidos de organizar as execuções das aulas, de elaborar o material necessário para as atividades, de avaliar cada etapa do processo e de encaminhar relatório em formulário específico, para a Secretaria Acadêmica do ITPAC Porto Nacional.

## ■ Núcleo de apoio psicopedagógico – NAP

Um dos princípios pelos quais a Instituição pauta suas ações é o acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos de forma a maximizar o seu rendimento e diminuir os índices de retenção e de evasão.

Acredita-se que um adequado acompanhamento pedagógico, atividade importante da Coordenação de Curso, pode garantir que o fracasso escolar não seja patologizado, uma das principais razões para a evasão escolar. Além do acompanhamento sistemático realizado pela Coordenação de Curso, professores também possuem tempo de dedicação ao atendimento discente.

A Coordenação de Curso organiza o horário de permanência dos docentes, com a finalidade de realizar a orientação acadêmica e a iniciação científica, organizado no sentido de apoiar o aluno na sua caminhada acadêmica. Aos docentes cabe ainda acompanhar o desempenho de seus alunos, promovendo assim as condições para a interação do aluno com a instituição e com a comunidade acadêmica, estimulando o acesso permanente ao conhecimento e a apropriação de competências necessárias para o seu desempenho profissional.

As atividades de ensino-aprendizagem, ministradas por docentes do ITPAC Porto Nacional configuram aprimoramento do conhecimento relacionado ao processo de formação profissional, são realizadas em horários diferenciados e ambientes exclusivos.

Quanto, especificamente, ao NAP, Núcleo de Apoio Psicopedagógico, coordenado por um profissional da área de psicanálise, subordinado ao NED – Núcleo de Experiência Discente, tem como foco algumas ações básicas, a saber:

- atendimento individual: atendimento este que visa o suporte emocional no formato de aconselhamento psicológico, plantão psicológico ou mesmo, de forma excepcional, psicoterapia em formato breve, para casos que demandem apoio mais intenso no quesito saúde mental;
- oficinas psicopedagógicas regulares por meio de intervenções diretas em salas de aula conforme demandas apresentadas através dos

docentes, dos coordenadores de cursos, da Coordenação Acadêmica ou dos próprios discentes;

- cursos de formação humana e vivencial em grupo (remoto e/ou presencial) com vistas ao desenvolvimento das chamadas competências comportamentais (*soft skills*), ampliando as capacidades socioemocionais dos acadêmicos e/ou colaboradores da instituição.

Os princípios que regem o NAP, pautam-se na filosofia da formação integral, entendendo-se formação integral aquela que fornece, além dos conhecimentos e práticas de ordem técnico-científicas dos cursos de graduação, também possibilitam o desenvolvimento ético, humano e comportamental, preparando os acadêmicos para o exercício profissional num mundo em que a competitividade e a qualificação exigida dos trabalhadores abrange habilidades e saberes a nível internacional e, portanto, um preparo de competências muito mais ampliadas para o enfrentamento de uma realidade complexa e globalizada do século XXI.

O NAP, pode ainda, em parceria ao NAPED, além de prestar apoio ao corpo discente, promover sugestões para melhorar/orientar as atividades pedagógicas do curso e o desempenho didático da equipe de professores quanto a metodologia de ensino adotada, sugerindo o uso de diferentes técnicas didáticas e recursos pedagógicos e psicológicos disponíveis.

**Objetivos do NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico):**

Oferecer acompanhamento psicopedagógico e aconselhamento psicológico aos acadêmicos, docentes e colaboradores do ITPAC PORTO;

Oferecer um espaço de acolhimento, escuta e auxílio na resolução de conflitos de origem psíquica, relacional e comportamental;

Oferecer suporte especializado na prevenção e tratamento de transtornos mentais, dependência química, dificuldades de relacionamento interpessoal, laboral, estresse e outros;

Encaminhamentos à psicoterapia e a outros profissionais externos quando assim for demanda necessária dos alunos ou trabalhadores da instituição;

Oferecer suporte psicopedagógico aos coordenadores de curso e professores;

Auxiliar no desenvolvimento de habilidades sócio-emocionais (*soft skills*) dos acadêmicos e colaboradores tais como: comunicação e oratória, gestão do tempo e da ansiedade, planejamento, organização e execução de projetos de vida, de estudos e de trabalho, relacionamentos interpessoais, técnicas de aprendizagem, qualidade de vida, dentre outros;

Oferecer espaços de reflexão e de conscientização a respeito de assuntos contemporâneos que afetem a vida da comunidade institucional bem como intervenções com viés semi-terapêutico;

Auxiliar em ações e políticas que visem a diminuição da retenção e evasão escolar

Favorecer tanto o autoconhecimento quanto técnicas embasadas na psicologia com vistas a uma vida individual e coletiva mais saudável e produtiva;

Cooperar para o bem estar institucional apoiando gestores, docentes, colaboradores e principalmente alunos na resolução de conflitos.

**■ Acompanhamento de egressos**

A IES como forma de apoiar a iniciativa do estabelecimento da relação com os egressos por meio das coordenações de cursos e também possui no seu portal um item para o cadastro e relacionamento de egressos.

Nos eventos realizados pela FAPAC, os egressos são convidados a participarem como profissionais, onde também é oportunizado aos mesmos falar sobre suas experiências no mercado de trabalho.

É oportunizado aos ex-alunos com Pós graduação a docência na IES.

## ■ Ouvidoria

A Ouvidoria é um setor utilizada exclusivamente para registrar, processar e agilizar as reclamações, sugestões, críticas ou elogios. É voltada para ser um interlocutor entre acadêmicos, fornecedores, funcionários e instituição, e redirecionar o rumo das decisões, acompanhadas das necessidades, dos valores, da imparcialidade, da legalidade e ética profissional.

A Ouvidoria é responsável em promover a melhoria contínua dos processos de trabalho a fins de beneficiar toda comunidade acadêmica e administrativa, garantindo um atendimento de excelência, padronizado e impessoal na análise das manifestações, oferecendo orientações técnicas sobre como as manifestações recebidas pela Ouvidoria que devem ser tratadas, em conformidade com o regimento interno vigente.

Entre seus objetivos:

Assessorar a Coordenação Acadêmica quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, como fim precípua de reestruturação de ações e procedimentos para todos os interessados;

Orientar os interessados em relação a utilização da ouvidoria;

Identificar as demandas e suas respectivas formas de resolução, dando condução às necessidades dos docentes e discente; e

Permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

A Ouvidoria se presta a receber as ocorrências, por meio de e-mail ou presencialmente.

E tem como fluxo nos processos do atendimento:

A ouvidoria recebe a ocorrência, analisa e direciona para a área responsável com o prazo de 5 dias uteis a contar do dia do envio;

A área responsável informa para a ouvidoria as providências;

A Ouvidoria finaliza o chamado e apresenta a devolutiva por e-mail ou presencialmente;

Todas as solicitações da Ouvidoria são cadastradas em sistema de registro próprio, constando:

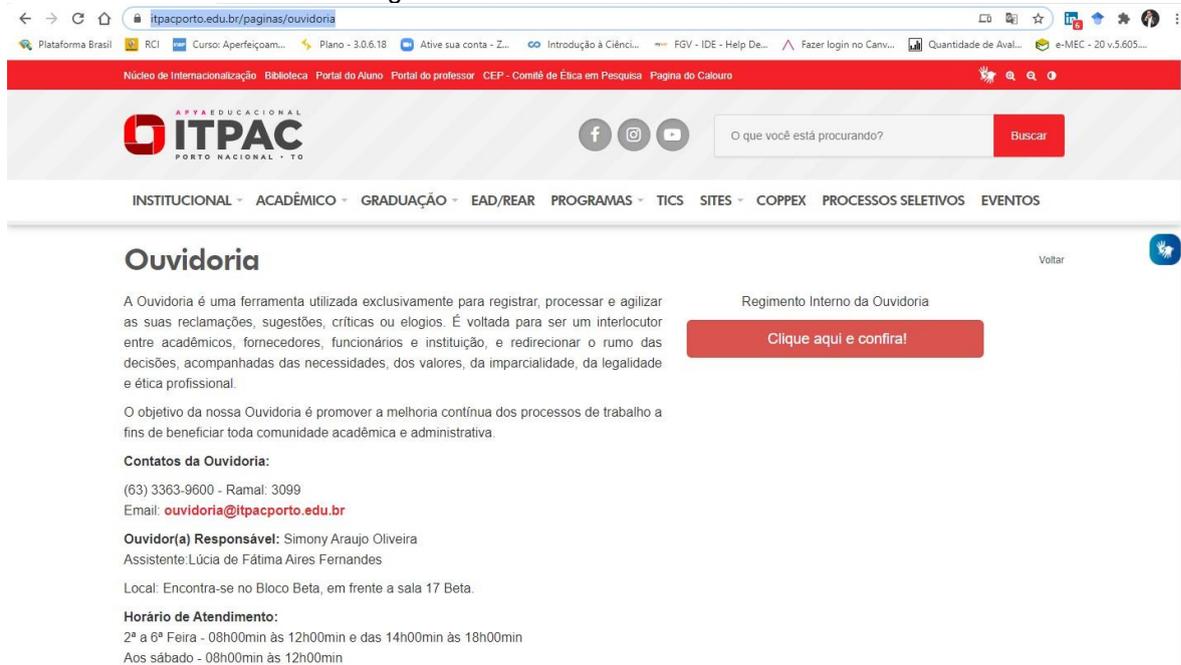
Data da entrada da demanda;

Natureza da demanda;

Procedimento de solução de conflito, e

Data de retorno ao solicitante.

Figura 9 - Site ITPAC Porto - Ouvidoria



Fonte: Elaborado pelos autores

## Net promoter score - NPS

O corpo discente tem como apoio à pesquisa do *NPS (Net Promoter Score)* que é uma metodologia que permite mensurar o nível de satisfação e lealdade dos clientes. E *tem como objetivo* melhorar o desempenho da Instituição buscando a qualidade de ensino com base em cada *feedback* coletado.

Descrever aqui como e quando é feita a pesquisa. Quais os métodos de análises do resultado do NPS.

## Estratégias e meios para comunicação interna e externa

A comunicação prevista da IES com a comunidade interna possibilita a transparência institucional, por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica, prevê a divulgação dos resultados das avaliações interna e externa e ouvidoria, e pressupõe a manifestação da comunidade, originando insumos para a melhoria da qualidade institucional.

O ITPAC PORTO NACIONAL tem como meta atender de maneira eficiente seus alunos e mesmo a comunidade externa, por considerar componente essencial de sua responsabilidade social.

A Faculdade tem uma área específica no em seu site - <http://www.itpacporto.edu.brr/>, onde estarão disponibilizadas todas as informações necessárias sobre a Instituição e os cursos ofertados, em atendimento tanto ao público interno como o externo.

Como veículo de comunicação voltado para o público externo, disponibilizará números de telefone, através dos quais são prestadas as informações requeridas, e, se não disponíveis, serão encaminhadas aos responsáveis que fornecerão as respostas solicitadas.

Outros veículos de comunicação são o Portal do Aluno e o Portal do Professor, com acesso através de senhas. É comum o uso de comunicação através da mídia

online ( *site, facebook e instagram* ), *whatsapp*, cartazes, cartazes digitais, panfletos, banners e outdoors.

Figura 10 - Site e redes sociais ITPAC Porto



Fonte: Elaborado pelos autores

## Programa de monitoria

O ITPAC PORTO tem interesse em gerar recursos humanos de qualidade, envolvendo seus próprios alunos para, no futuro, atuarem na função docente. Para tanto mantém, junto à comunidade acadêmica o Programa de Monitoria.

Esse programa possibilita a aquisição de experiência em geração de conhecimento, promovendo a integração entre os alunos de séries ou períodos mais avançados e os demais. Esta experiência é adquirida através da participação do acadêmico em diversas funções de organização e desenvolvimento das disciplinas do curso, além do treinamento em atividades didáticas.

## Plantões de monitoria

Considerando a melhoria na qualidade do ensino e a quantidade de atividades a serem desenvolvidas pelo aluno, é natural o surgimento de dúvidas que merecem ser esclarecidas. Neste sentido, o ITPAC PORTO mantém o sistema de plantões de monitoria, em que o aluno, monitor de uma determinada disciplina, está disponível,

semanalmente, para orientar os colegas na execução de trabalhos e auxiliá-los na obtenção de informações que respondam às suas dúvidas.

#### ■ Regimento do programa de monitoria

Art. 1º - O concurso para o Programa de Monitoria do ITPAC PORTO será aberto a cada semestre a todos os alunos regularmente matriculados.

Art. 2º - As vagas e jornadas do programa de monitoria serão definidas, mediante prévia avaliação da solicitação encaminhada pelo professor interessado, devidamente fundamentada e referendada pela Diretoria.

Art. 3º - O concurso será realizado semestralmente, observando a disponibilidade de vagas, em data(s) e horário(s) estipulado(s) no Edital Para Seleção De Monitoria (Anexo I).

Art. 4º - As inscrições deverão ser efetivadas na Coordenadoria do Curso, mediante preenchimento do Formulário Para Inscrição No Concurso De Monitoria (Anexo II).

**Parágrafo Único** - O exercício das funções de monitor em uma determinada disciplina não assegura direito de prorrogação.

Art. 5º - O candidato à monitoria, deverá ter disponibilidade para cumprir sua carga horária de forma integral conforme a estabelecida pelo Edital podendo atingir até 32 (trinta e duas) horas por mês, para o exercício das atividades da função, incluindo-se o (s) plantão (ões) semanal (is) de monitoria, de pelo menos 1 (uma) hora corrida cada, observando-se os seguintes critérios para o horário desse (s) plantão (ões):

- a) para os alunos dos cursos Matutinos: no final do período de aulas;
- b) para os alunos dos cursos Vespertinos: antes e/ou ao final do período de aulas;
- c) para os alunos dos cursos Noturnos: antes do período de aulas.

d) para os alunos dos cursos em tempo integral: no período noturno ou em horário que não interfira no ensino normal.

Art. 6º - Não poderá inscrever-se o aluno que já tenha exercido as funções de monitor, em uma mesma disciplina, por mais de 04 (quatro) semestres na disciplina em questão, mesmo que não consecutivos.

Art. 7º - É vedado ao candidato concorrer à monitoria de 02 (duas) ou mais disciplinas, simultaneamente.

Parágrafo Único - A infração do disposto no 'caput' deste artigo, implicará na eliminação do candidato.

Art. 8º - Os candidatos serão avaliados e classificados pelo professor responsável, segundo critérios próprios, levando-se em conta:

- a) rendimento obtido no processo de seleção, que poderá ser feito através de prova dissertativa;
- b) amadurecimento intelectual na área de conhecimento;
- c) desempenho obtido durante o curso;
- d) resultados apurados em outras áreas;
- e) apresentação dos comprovantes que negativamente suas pendências administrativas;
- f) disponibilidade horária, etc.

Art. 9º - Não serão aceitos como monitores, alunos:

- I - em regime de dependência, adaptação e/ou reprovados;
- II - em regime de internato;
- III - cuja monitoria pretendida, seja de disciplina de áreas que não a do candidato;
- IV - que não estiverem regularmente matriculados e/ou rematriculados;
- V - que não tenham efetivado a inscrição do concurso, no prazo estipulado no Calendário da Instituição de Ensino ou em Edital;

VI - que não tenham cursado no ITPAC Porto Nacional, a disciplina para a qual estejam se candidatando;

VII - que não tenham sido selecionados pelos respectivos professores, na data prevista;

VIII - em débito junto à Secretaria, Tesouraria, Biblioteca, e ainda, àqueles cuja situação escolar encontra-se 'sub-judice', ou com matrícula condicional e/ou em caráter excepcional;

IX - que tenham sido dispensados, anteriormente, das funções de monitor, em função das condições previstas no Art. 16º, adiante;

X - que tenham sofrido punições disciplinares;

XI - que já estejam participando de outro programa institucional de natureza remunerada.

Art. 10º - A aprovação dos candidatos será referendada pela Diretoria, uma vez que os monitores dependem diretamente do Instituto e não especificamente das disciplinas ou dos professores.

Art. 11º - Os candidatos terão conhecimento dos resultados por meio de Editais.

I - Os candidatos classificados deverão comparecer à Coordenadoria do respectivo curso, para formalizar sua efetivação na função e informar a disponibilidade horária, dentro dos prazos estipulados nos Editais de Convocação;

II - O candidato que não apresentar à Coordenadoria do Curso a documentação exigida, devidamente preenchida e assinada, no prazo estipulado, será considerado desistente e sua vaga preenchida pelo suplente, se houver.

Art. 12º - Todos os benefícios e prerrogativas da função de monitor têm como base a data de sua efetivação na função.

I - A efetivação na função de monitor se dará quando todas as condições acima forem satisfeitas, respeitando-se os prazos estipulados.

Art. 13º - No decorrer do período letivo os monitores deverão:

I - assinar o livro de presença e preencher a Ficha Individual De Controle De Frequência (Anexo III), referente aos plantões, conforme estipulado pelo professor responsável e pelo disposto no Art. 5º, acima.

II - apresentar Relatório De Monitoria Institucional, devidamente preenchido e assinado à Coordenação (Anexo IV);

Art. 14º - No decorrer do período da monitoria, os professores deverão:

I – acompanhar e supervisionar as atividades pelo (s) monitor (s);

II – desenvolver com o monitor o planejamento de atividades que estimulem os acadêmicos a participarem das monitorias;

II – assinar os relatórios de atividades do(s) monitor(s).

Art. 15º - O valor do desconto a ser concedido, pelos serviços da monitoria, será calculado tendo-se por base a fração 1/100 (um centésimo) do valor da mensalidade, efetivamente paga pelo aluno, que multiplicado pelo coeficiente correspondente às horas concedidas, resultará no percentual a ser auferido pelo monitor ao final de cada mês.

I- O coeficiente a ser usado tem por base os seguintes critérios: 02 horas/semana=08; 04 horas/semana=16; 06 horas/semana=18; 08 horas/semana=24;

II- O controle das horas trabalhadas será feito em formulário próprio, supervisionado pelo professor responsável, que deverá ser encaminhado à Coordenação Pedagógica ao final do mês.

**Parágrafo Único** - O desconto a ser concedido ao monitor, não poderá ser somado a quaisquer outros descontos, concedidos e/ou vierem a ser concedidos, ao aluno e perdurará, se for o caso, pelo mesmo período do exercício das funções de monitor, excetuando-se os períodos de férias e recessos escolares.

Art. 16º - O monitor poderá ser dispensado a qualquer momento, desde que não apresente desempenho, de ordem funcional ou intelectual, tanto pelo professor responsável, pela Diretoria do Instituto, sendo substituído pelo candidato subsequente na classificação do concurso em regra

**Parágrafo Único** - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria

Art. 17º - São atribuições do monitor:

- I- Acompanhar os acadêmicos nas atividades de laboratório;
- II- Cuidar da disciplina e postura acadêmica (paramentação) no laboratório;
- III- Orientar os acadêmicos na execução dos exercícios teóricos;
- IV- Auxiliar os acadêmicos na utilização dos mecanismos de buscas para conteúdos afins, tanto em publicações de livros e revistas quanto em materiais disponíveis impressos e/ou *online*;
- V- Discutir com os acadêmicos as dúvidas mais frequentes;
- VI- Atender aos acadêmicos, em horário extraordinário, sempre que possível e necessário;
- VII- Controlar a frequência dos acadêmicos nas atividades de monitoria;
- VIII- Elaborar o relatório de frequência bimestral e entregar ao professor até a data da última avaliação bimestral - conforme o cronograma da disciplina;
- IX- Relatar os casos de transtornos durante as atividades de monitoria tanto prática quanto teórica;
- X- Relatar os casos de monitoria voluntária – nomes e tempos de atuação dos monitores voluntários, juntamente com o relatório de frequência;
- XI- Atender ao representante de turma para discutir assuntos relacionados ao bom andamento das atividades;

Art. 18º - Caberá ao monitor:

- I - Apresentar relatório mensal de suas atividades à Coordenação do Curso, devidamente supervisionado e assinado pelo professor responsável;
- II - Dedicar-se às atividades previstas pelo plano de trabalho definidos pelo docente responsável
- III – Criar mecanismos que estimulem o interesse dos acadêmicos para os plantões de monitoria;

IV - Colaborar com o processo pedagógico da disciplina para a qual foi selecionado;

V - Colaborar com a integração entre os alunos e o professor da disciplina, bem como, com o Instituto e seus órgãos;

VI - Colaborar com o Instituto em suas atividades acadêmicas.

**§ único** - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria

#### ■ Atividades de tutoria

Os cursos ofertados pela FAPAC são na modalidade presencial, todavia, conforme regulamentado pela Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019 oferecem disciplinas na modalidade a distância. Na operacionalização dessas disciplinas são disponibilizadas aos discentes as atividades de tutoria e monitoria, conforme preconiza o Artigo 2º da Portaria supracitada.

Essas disciplinas são gerenciadas pela Coordenação de Educação a Distância da IES, que é responsável por acompanhar toda a logística de desenvolvimento das disciplinas. A Coordenação é composta pela coordenadora, que conta com o apoio da equipe de TI, tutores e monitores.

A coordenação e monitoras atendem presencialmente os alunos em suas dúvidas relacionadas ao desenvolvimento das disciplinas ofertadas na modalidade EaD. Esse profissional é responsável por fazer uma aula inaugural em todo início de semestre, apresentando aos alunos que estão matriculados em disciplinas 100% on-line e nas disciplinas híbridas a sua estrutura e desenvolvimento. Além disso, junto com a equipe do departamento de Tecnologia da Informação (TI) da instituição, é responsável pela organização dos agendamentos e aplicação das provas finais realizadas nos Laboratórios de Informática.

Os tutores são responsáveis por toda a mediação do processo de ensino-aprendizagem que acontece no AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem. Entre suas responsabilidades consta a moderação dos Fóruns de Discussão, proporcionando a interação entre os próprios alunos e entre aluno e tutor. Nos Fóruns, os alunos podem

emitir suas opiniões, construir argumentos e revisar conceitos. Os tutores respondem a eventuais dúvidas e fazem suas considerações a respeito das discussões.

Cabe ao tutor mediar o processo pedagógico junto aos estudantes, assim como o domínio do conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação aos conteúdos específicos. O tutor atua, também, como mediador na preparação dos alunos para o pensar, por meio da estimulação das capacidades investigadoras dos discentes. Ele participa do processo de avaliação do material didático, a cada final de disciplina, objetivando contribuir com o aperfeiçoamento de todo o material.

A partir de 2021/2, as disciplinas on-line passaram a oferecer aos alunos encontros síncronos quinzenais com os tutores. Esses encontros são momentos de complementação e discussão do conteúdo, de esclarecimento de dúvidas relacionadas às atividades, de aproximação entre alunos e tutores.

Outro ator fundamental nas disciplinas ofertadas a distância é o monitor. Esse é um suporte técnico presencial oferecido pelas instituições do Grupo Afya, com escolha a partir de um processo seletivo. O monitor insere a presença humana no contexto das tecnologias de informação, facilitando o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e garantindo a utilização completa das ferramentas disponibilizadas, tornando a EAD um processo menos solitário e mais comunitário, aumentando, assim, a adesão do estudante ao sistema. Cabe à monitoria presencial, além de atender aos estudantes, orientar quanto ao acesso ao material disponibilizado na plataforma e agendamento da prova presencial obrigatória.

Além da oferta de monitoria, profissionais de TI estão à disposição dos alunos na Instituição para auxílio e orientação sobre acesso ao AVA e uso das tecnologias disponíveis. E um Laboratório de Informática (II) é de utilização exclusiva para os acadêmicos que necessitarem de acesso a computadores e serviços de internet na realização dos estudos. O Laboratório fica disponível das 8h da manhã às 22 horas de segunda a sexta-feira e das 8h às 12h aos sábados.

As atividades de tutoria e monitoria são avaliadas periodicamente pelos estudantes e equipe pedagógica do curso. Essa avaliação acontece enquanto a

disciplina está em andamento e ao ser finalizada, o que embasa a coordenação do curso para a tomada de decisões. Tais decisões englobam, entre outras, adaptações e mudanças na forma de condução das disciplinas, atualizações do material didático e do AVA. Essas medidas, corretivas e de aperfeiçoamento, podem acarretar alterações tanto em disciplinas em andamento quanto no planejamento de atividades futuras.

### ■ Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O tutor tem um papel extremamente importante no ensino semipresencial e a distância e possui função pedagógica, social, administrativa e técnica. Isso se deve ao fato de o ensino em um espaço virtual ter características específicas, como as variações do espaço de ensino, que pode ser em qualquer lugar. Tutor e aluno encontram-se em condições de igualdade na comunicação, tendo o aluno um atendimento individual, tempo para entrar em sala de aula a qualquer momento, maior uso de multimídia e tecnologia na construção do conhecimento. Nesse contexto, o papel do tutor deve ser de um integrador, colega, facilitador, inspirador de confiança e uma pessoa que ajuda o aluno na construção do conhecimento.

O tutor deve, portanto, ter habilidade para interagir com os estudantes com disponibilidade para ouvir e atendê-los nas suas dúvidas e problemas, de modo que o estudante veja nele um aliado em quem possa confiar.

Para tanto, são requisitos de titulação e experiência profissional para atuação no corpo de tutores:

- Requisitos de Titulação: ter formação na área específica da disciplina. Alguns casos de formação em áreas correlatas poderão ser analisados em conjunto entre coordenação de curso e Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Acadêmicos.

- Experiência profissional: experiência de, no mínimo, 1 ano em educação a distância como técnico, tutor ou professor.

Os tutores passam por capacitações que os habilitam para atuarem nas atividades de tutoria. As capacitações proporcionam o aperfeiçoamento dos

conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais necessários para atuação no ensino a distância e no ambiente virtual de aprendizagem. Periodicamente, discentes e equipe pedagógica do curso avaliam os tutores para detecção da necessidade de novas capacitações.

Mensalmente são realizadas capacitações com temáticas direcionadas às metodologias ativas de aprendizagem, por meio das quais os tutores têm a possibilidade de aperfeiçoar suas práticas pedagógicas. Esse aperfeiçoamento pedagógico possibilita a elaboração de aulas mais práticas, criativas e inovadoras, que priorizam a proatividade, colaboração e cooperação entre discentes, auxiliando diretamente no processo ensino-aprendizagem, resultando em permanência e êxito nos conteúdos curriculares do curso.

O corpo de tutores das disciplinas EaDs da FAPAC é composto por professores tutores das várias unidades do Grupo Afya, as capacitações são realizadas via Plataforma Zoom, organizadas pela Gerência de Educação a Distância da rede.

#### ■ Tecnologias de Informação e Comunicação- TICs

O Sistema de Informações Acadêmicas e Gerenciais - SIAG da Faculdade Presidente Antônio Carlos foi implantado pela TOTVS, através do projeto CorporeRM e é gerenciado pelo Setor de Tecnologia da Informação. O SIAG tem a tecnologia (ERP – Enterprise Resource Planing), são vários sistemas que integram em tempo real todos os departamentos da IES através de um banco de dados com ferramentas Windows App e WebApp. Contém os seguintes módulos gerenciais: Pessoal, Recursos Humanos, Contabilidade, Financeiro, Acadêmico/Financeiro, Patrimônio e Compras / Almoxarifado e Biblioteca. Temos a facilidade das ferramentas Webapplication que integram também o sistema ERP. E os seguintes módulos: Vestibular, Biblioteca, Diário Online, Portal do Aluno e Canvas.

Módulo Diário online: O professor tem acesso aos comunicados, lança as frequências e conteúdos programáticos, publica material didático, controla assiduidade, lançamento de notas e protocolos dentre outros.

Módulo Portal do Aluno: Tem acesso aos comunicados, acompanha notas e faltas em tempo real, pesquisa acervo na biblioteca, imprimir boletos, acesso material didático publicado pelo professor, portal do Egresso, dentre outros.

O Ambulatório e Clínica Odontologia possui outro ERP (Enterprise Resource Planing) SysLife e MedBrasil, que auxilia no Agendamento de Consultas, Cadastro de pacientes, Cadastro de Médicos e Prontuário eletrônico.

Canvas: Plataforma onde professor e aluno tem acesso, o professor posta conteúdo como: Material Didático, Avaliação, Aula Remota.

Zoom: Plataforma de transmissão de videoconferência, onde as aulas são transmitidas remotamente. Professores e Alunos possui acesso a plataforma.

Landing page (Site): Página na internet com informações da instituição, afim de comunicar alunos, professores e a comunidade, sobre cursos, práticas, processos seletivos, eventos e outros.

Em todo o campus da IES tem sinal de WI-FI para os alunos e professores controlados por usuário e senha, para pesquisas e fins didáticos. E também todos (alunos e professores) têm acesso ao E-mail Institucional com tecnologia da Microsoft @LiveEdu com vários recursos para facilitar a comunicação e os estudos.

## 5 INFRAESTRUTURA

### ■ Infraestrutura física geral

A FAPAC – FACULDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS - Porto Nacional é uma instituição com sede própria, localizada na Rua 02, Quadra 07, s/nº, Setor Jardim dos Ypês em Porto Nacional – TO. Possui uma área abrangente de 79.905,80 m², sendo 9.025,46 m² de área construída, dividida em Blocos: Alfa, Gama, Beta, Delta, Phi, Kapa, Sigma, Tau, Epsilon e Ômega, com estacionamento amplo de 18.495,65 m² de pavimentação asfáltica.

A FAPAC, conta com uma estrutura física que atende perfeitamente a comunidade interna e externa da IES, assim distribuída: Laboratórios de Ensino, Laboratórios Didático Especializado, Ambulatório Escola, Clínica Odontológica, Departamentos Administrativos e Acadêmicos, Biblioteca e Salas de Aulas, todos climatizados e dispõem dos móveis e equipamentos inerentes a cada um. Todas as salas de aulas e laboratórios são equipadas com aparelho de Multimídia (Data-show) fixo em cada.

Ressalta-se ainda, que a Instituição possui infraestrutura adaptada para o atendimento aos alunos e demais usuários Portadores de Necessidades Especiais-PNE. O seu espaço físico conta com banheiros adaptados, rampas de acesso, piso tátil e identificação em braille nas principais espaços com circulação de pessoas, conta ainda com vagas prioritárias no estacionamento.

A estrutura física da FAPAC cumpre o disposto no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

### ■ Espaço acadêmico e administrativo

Este espaço é destinado à estrutura do corpo técnico administrativo da Instituição. As funções desempenhadas por cada departamento localizado no bloco Alfa atendem

a parte acadêmica/pedagógica e administrativa desta IES. A estrutura física possui salas climatizadas e informatizadas com computadores modernos, os quais são interligados por meio de rede lógica, bem como a utilização de sistema em ERP (*Enterprise Resource Planning*) ou SIGE (Sistema Integrados de Gestão Empresarial) e sistema operacional Windows.

Segue abaixo os dados referentes ao bloco:

Bloco Alfa. Metragem total destacando a unificação das salas

Tabela 16 - Metragem bloco administrativo

DESCRIÇÃO DA AREA	
QT	ÁREA m <sup>2</sup>
Recepção Coordenação de cursos; Sala de reunião; -Secretaria Acadêmica;  - Markentig e Comunicação - Posto Avançado - COPPEX -Diretoria Geral; -Coordenação Administrativa e Financeira;	<b>1.303,92</b>

Coordenação Acadêmica;	
-Serviços Operacionais;	
- Recursos Humanos;	
- Internato;	
- Sanitários Masculino;	
- Sanitários Feminino;	
- Sala de Arquivos	
- Copa Administrativa	

Fonte: Elaborado pelos autores

### ■ Bloco Beta e Gama (salas de aula)

A IES tem 2 grandes blocos com salas de aula com capacidade de acomodação de 48 a 80 alunos por sala. São salas climatizadas, com aparelho de multimídia (data show) fixo. O banheiro feminino acomoda 06 sanitários e toaletes completos, sendo 01 específico para atendimento de portadores de necessidades especiais. Enquanto o Banheiro Masculino possui 03 (três) sanitários, sendo 01 específico para atendimento de portadores de necessidades especiais e 04 (quatro) mictórios. O referido bloco também possui 01 sala de DML - Depósitos de Material de Limpeza (serviços para o suporte da manutenção e limpeza do prédio). Existem salas que são totalmente voltadas às metodologias ativas, e algumas delas com lousas digitais. São 22 salas de aula com 6 salas de metodologias ativas. Nestes espaços, localizam-se o auditório com capacidade máxima para 450 pessoas, sala de refeições, banheiros familiares com fraldário e sala para amamentação, coordenação EAD, NIT, NINTER, CEP, ouvidoria, apoio audiovisual e reprografia acadêmica exclusiva para utilização dos discentes.

Segue abaixo dados referentes aos blocos.

Tabela 17 – Metragem Bloco Gama e Beta

DESCRIÇÃO DA ÁREA	ÁREA m <sup>2</sup>
Sala Gama 01	81,00
Sala Gama 02	81,00
Sala Gama 03	81,00
Sala Gama 04	81,00
Sala Gama 05	81,00
Sala Gama06	81,00
Sala Gama 07	81,00
Sala Gama08	81,00
Banheiro Femininos Gama	21,15
Banheiro Masculino Gama	21,18
Banheiro Independente PNE (unissex)	5,12
Sala de Refeições	31,26
Auditório	492,74
Apoio Audiovisual	12,10
Banheiros Familiares Gama	21,15
Sala Beta 01	91,13
Sala Beta 02- Metodologia Ativa	93,02
Sala Beta 03	61,62

<b>Sala Beta 04- Metodologia Ativa</b>	62,62
<b>Sala Beta 05- Metodologia Ativa</b>	61,62
<b>Sala Beta 06</b>	75,46
<b>Sala Beta 07- Metodologia Ativa</b>	77,17
<b>Sala Beta 08- Metodologia Ativa</b>	77,32
<b>Sala Beta 09- Metodologia Ativa</b>	77,32
<b>Sala Beta 10</b>	75,81
<b>Sala Beta 11</b>	78,46
<b>Sala Beta 12</b>	60,77
<b>Sala Beta 13</b>	77,79
<b>Sala Beta 14</b>	65,05
<b>Sanitários Feminino Beta</b>	25,00
<b>Sanitários Masculino Beta</b>	24,78
<b>Hall de Entrada</b>	104,95
<b>DML</b>	1,41
<b>Reprografia Acadêmica</b>	25,73
<b>Núcleo de inovação tecnológica - NIT</b>	23,52
<b>Coordenação EAD</b>	12,67
<b>Internacionalização- NINTER</b>	12,58
<b>SESMT/ MA Saúde- CIPA</b>	25,11
<b>CEP</b>	21,10
<b>Ouvidoria</b>	12,10

Fonte: Elaborado pelos autores

**■ Laboratório de Ensino****Bloco Delta - (2.149,89m<sup>2</sup>)**

O referido bloco conta com, , Sala Tecnologia da Informação, Sala de Professores TI, Reprografia, Maquetaria, DML, sanitários masculinos, sanitários femininos Laboratório de Ensino Multidisciplinar I - Agressão x Defesa; Laboratório de Ensino Multidisciplinar III - Morfologia Macroscópica/Peças Sintéticas Laboratório de Ensino Multidisciplinar IV - Morfologia Macroscópica/Peças Orgânicas; Laboratório de Ensino Multidisciplinar V - Processos Orgânicos; Laboratório de Habilidades I – Habilidades Médicas Básicas; Laboratório de Habilidades II – Habilidades Médicas Básicas e Avançadas; Centro de Simulação em Saúde - CSS; Laboratório de Habilidades IV– Habilidades Médicas; Central de Lavagem e Esterilização ; Sala de Preparo de Reagentes e Meio de Cultura; Coordenação de Laboratório, Sala dos Técnicos, reprografia e copa destinadas aos docentes da IES

Segue abaixo dados referentes ao bloco.

Tabela 17 – Metragem Bloco Delta

<b>DESCRIÇÃO DA ÁREA</b>	<b>ÁREA m<sup>2</sup></b>
<b>Reprografia</b>	19,20

<b>Maquetaria</b>	91,65
<b>DML</b>	1,47
<b>Sanitários masculinos</b>	29,44
<b>Sanitários femininos</b>	29,44
<b>Salas dos Professores</b>	241
<b>Gabinetes dos ProfessoresTI-</b>	58,60
<b>Copa Docente</b>	25,12
<b>/Tecnologia da Informação-</b>	16,02
<b>Laboratório de Ensino Multidisciplinar I</b> - Defesa x Agressão	130,31
<b>Laboratório de Ensino Multidisciplinar III</b> - Morfologia e Macroscópica- Peças Sintéticas	81,03
<b>Laboratório de Ensino Multidisciplinar IV</b> -- Morfologia e Macroscópica- Peças Orgânicas	80,0
	52,20

<b>Laboratório de Ensino Multidisciplinar V</b> - Processo Orgânicos	133,70
<b>Laboratório de Habilidades I</b> - Habilidade Médicas Básicas	31,71
Laboratório de Habilidades II Habilidades Médicas Básicas e Avançadas	45,94
Laboratório de Habilidades IV	57,27
<b>Sala Técnicos da Saúde</b>	8,72
<b>Central de Lavagem e Esterilização</b>	47,66
<b>Centro de Simulação em Saúde</b>	436
<b>Sala de Preparo de Reagentes</b>	8,62

<b>DML</b>	1,32
<b>Sanitários masculinos</b>	24,82
<b>Sanitários femininos - Laboratórios</b>	24,52
<b>Coordenação de Laboratório</b>	25,83

Fonte: Elaborado pelos autores

Bloco Kapa – (925,32M<sup>2</sup>)

O referido bloco conta com, LABORATÓRIO DE ENSINO IV – Multidisciplinar NO BLOCO EPSILON, , Almojarifado e Setor de Compras, Laboratório de Química e Saneamento, Laboratório de Recursos Hídricos, Laboratório de Solos e Sementes, Academia, Núcleo de Experiência Discente – NED, Núcleo de Atendimento Psicopedagógico – NAP e Vestiários.

Segue abaixo dados referentes ao bloco.

Tabela 18 - Metragem bloco Kapa

<b>DESCRIÇÃO DA ÁREA</b>	<b>ÁREA m<sup>2</sup></b>
Laboratório de Solos e Sementes	116,20
Laboratórios de Recursos Hídricos	83,71
Laboratório de Química e Saneamento	73, 13

Almoxarifado e Setor de Compras	19,38
Vestiário Masculino	9,75
Vestiário Feminino	9,75
Academia	116,18
NAP	12,76
NED	55,81

Fonte: Elaborado pelos autores

### Bloco Epsilon (619,50 m<sup>2</sup>)

O referido bloco conta com Laboratórios de Informática, II, Sala de Aula, Laboratório de Ensino IV – Multidisciplinar, Laboratório de Práticas Construtivas.

Segue abaixo dados referentes ao bloco.

Tabela 19 - Metragem bloco Epsilon

DESCRIÇÃO DA ÁREA	ÁREA m <sup>2</sup>
Lab. De Informática II	77,49
Sala de Aula	77,49
Laboratório de Ensino IV – Multidisciplinar	77,49
Laboratório de Práticas Construtivas	252,07

Fonte: Elaborado pelos autores

**Clínica Escola Dr. Valter Evaristo Amorim (Ambulatório Médico e Odontológico)**

Bloco Sigma (925,32M<sup>2</sup>)

O referido bloco conta com Clínica Odontológica, Pré-Clínica, Lab. Radiologia Odontológica e Imagenologia, Sala de Lavagem dos Instrumentos, Banheiro Masculino, Banheiro Feminino, DML, Sala de Esterilização, Almoxarifado, Sala de Raio X, Sala de Revelação e Escovódromo.

Segue abaixo dados referente ao bloco.

Tabela 20 - Metragem bloco Sigma

DESCRIÇÃO DA ÁREA	ÁREA m <sup>2</sup>
Pré-Clínica	61,62
Clinica Odontologia	383,08
Sala de Revelação	20,28
Almoxarifado	7,93
Sala de Lavagem de Instrumental / Envelopamento	29,63
Sala de Esterilização	29,63
Imaginologia	44,94
DML	1,21
Escovódromo	7,72
Banheiros Masculinos e Feminino	28
Raio X	12,62

Fonte: Elaborado pelos autores

Recepção clínica escola DR. VALTER EVARISTO AMORIM

Bloco Tau – (180,09,98m<sup>2</sup>)

Tabela 22 - Metragem bloco Tau

DESCRÇÃO DA ÁREA	ÁREA m <sup>2</sup>
Recepção	75,46
Atendimento / Arquivo	49,56
Banheiro Masculino	26,53
Banheiro Feminino	27,08
DML	1,46

Fonte: Elaborado pelos autores

Bloco Ômega – (538,76M<sup>2</sup>)

O referido bloco conta com dependências exclusivas do Ambulatório Médico que são: Sala de Triagem 1, Sala de enfermagem 1, Consultórios 1 a 15, Consultório Ginecologia/obstetrícia 1 a 3, Salas Estudo 2, Consultório Multiprofissional 1, Salas de Pequenas Cirurgias 2, Sala de Professores 1,

Nesses espaços acolhemos de forma humanizada e profissional as demandas advindas da população Portuense e das cidades vizinhas. Buscamos junto à comunidade assistida o princípio da integridade, priorizando as ações preventivas, interdisciplinar e humanizada na área da saúde, visando assim o avanço do

conhecimento científico, a formação dos alunos e o atendimento às necessidades da comunidade na promoção da qualidade de vida.

O Ambulatório Escola tem como objetivos:

- Proporcionar um ambiente terapêutico adequado aos usuários que buscam assistência em atendimento à saúde;
- Manter um elevado padrão de qualidade no atendimento aos usuários através do planejamento, execução e avaliação do processo de trabalho;
- Atender à população, seu público alvo, com relações humanizadas no trabalho, centradas no acolher, escutar, informar e atender às necessidades de saúde de maneira satisfatória, proporcionando assim uma melhoria da qualidade de vida;
- Criar oportunidade para que o aluno vivencie as mais diferenciadas situações de experiências em todas as ações clínicas de âmbito ambulatorial, de modo a desenvolver suas habilidades intelectuais e científicas, sua postura ética e moral e sua capacidade de relacionamento interpessoal e interdisciplinar.
- Oferecer tecnologias inovadoras aos nossos alunos, com a implantação do prontuário eletrônico. Com o intuito de agilizar o atendimento e permitir uma atenção muito maior frente às demandas do paciente. O resultado disso é uma relação entre médico e paciente mais fortalecida, porque o médico consegue fazer o seu trabalho de forma mais prática, assim como a fidelização e satisfação do paciente.

Todos os ciclos de vida são atendidos no Ambulatório Escola, assim, como:

Saúde da Criança e Adolescentes;

Saúde do Adulto e Idoso;

Saúde da Mulher;

Saúde Mental;

Habilidades Médicas III;

Habilidades Médicas IV;

Habilidade Médicas V;

Clínicas Integradas ;

Clínica Cirúrgica (pequenas cirurgias);  
Internato (Pediatria, Ginecologia, Ortopedia, Clínica Médica, Nefrologia, Psiquiatria);  
Ambulatórios de Feridas (Enfermagem);  
Assistência de Enfermagem Ambulatorial ;  
No Ambulatório Escola são atendidas em média 6.000 mil pessoas por ano. Os atendimentos são realizados de 07h da manhã às 20h ininterruptas, onde o agendamento da consulta pode ser feito pessoalmente na recepção do ambulatório ou através do número (63) 3363-9640.

Tabela 22 - Metragem ambulatório

DESCRIÇÃO DA ÁREA	ÁREA m <sup>2</sup>
Sala de Triagem	9,82
Sala de Enfermagem	9,82
Sala 1 e 2 de Ginecologia e Obstetrícia	14,68
Sala 3 de Ginecologia e Obstetrícia	15,65
Sala de pequenas Cirurgia	15,41
Sala de Estudo	10,61
Consultório Multiprofissional	10,61
Consultórios de 1 a 3	9,87
Consultórios de 04 a 15	9,94
Sala de Professores	40,84

Fonte: Elaborado pelos autores

Bloco Phi – (221,35M<sup>2</sup>).

O referido bloco conta com Recepção, Sala de Técnica Cirúrgica, , Banheiro Feminino, Banheiro Masculino, Vestiário Feminino, Vestiário Masculino, DML, Envelopamento de Instrumentos e Sala para Lavagem de Instrumentos.

Segue abaixo dados dos ambientes:

Tabela 23 - Metragem bloco Phi

DESCRIÇÃO DA ÁREA	ÁREA m <sup>2</sup>
Recepção	11,36
Banheiro Masculino	4,85
Banheiro Feminino	4,90
Vestiário Masculino	7,57
Vestiário Feminino	7,04
Envelopamento de Instrumentos	16,69
Sala Técnicas Cirúrgica	78,08
Lavagem de Instrumentos	9,51
DML	8,54

Fonte: Elaborado pelos autores

### Bloco Biblioteca Nossa Senhora das Mercês (1617,85 m<sup>2</sup>)

Área Física - Espaço é destinado à estrutura da Biblioteca Nossa Senhora das Mercês, conta com dois pisos, toda climatizada, com ambientes devidamente projetados para atender as necessidades em geral da IES, sendo dividida da seguinte maneira:

- Guarda-volumes com 100 escaninhos com chave - destinados a abrigar todo o material pessoal, enquanto permanecem nas dependências do setor.
- 18 Nichos coletivos para guarda de objetos.
- Balcão de atendimento 03 computadores
- 02 computadores de consulta ao acervo;
- Coordenação da biblioteca e processamento técnico;
- Salão de acervo onde estão localizadas as estantes com os livros;
- Salas para estudos em grupo e gabinetes para estudo individual
- Laboratório de informática com 32 máquinas com acesso à Internet.
- 02 salas de aula climatizadas com capacidade total para 240 pessoas;

Os espaços são distribuídos de forma a disponibilizar o livre acesso ao acervo que propiciar ao usuário procurar as obras que deseja retirar diretamente nas estantes. Segue abaixo dados dos ambientes:

Tabela 24 - Metragem bloco Biblioteca

DESCRIÇÃO DA ÁREA	ÁREA m <sup>2</sup>
<b>Biblioteca</b>	<b>1617,85</b>
- Sala 01	225,97
- Sala 02	187,55
- <u>Labin</u> de Pesquisa	59,97
- Gabinete 01	26,60
- Gabinete 02	6,12
- Gabinete 03	6,12
- Gabinete 04	6,12
- Gabinete 05	6,12
- Almojarifado	6,12
- Acervo Biblioteca	7,53
- Videoteca	470,13

Fonte: Elaborado pelos autores

O local está disponível para atender tanto aos usuários da comunidade interna (alunos da graduação, professores e funcionários), como os usuários da comunidade externa – de outras instituições, pesquisadores e demais visitantes.

A Biblioteca Nossa Senhora das Mercês, particularmente, desenvolve uma política de atualização e desenvolvimento do acervo. O docente solicita as suas necessidades à coordenação do curso, esta encaminha aos setores responsáveis (biblioteca e setor de compra do ITPAC- PORTO). O objetivo da Política de Desenvolvimento de Acervo é definir critérios que possibilitem a formação do acervo

de acordo com os objetivos da Instituição e a disponibilidade de recursos financeiros, proporcionando o crescimento racional e equilibrado das diferentes áreas do acervo que deem suporte ao ensino, pesquisa e extensão.

Seleção e aquisição de material bibliográfico - Na seleção, a biblioteca recebe e analisa a lista de sugestões dos professores de cada curso, bem como as demandas anteriores não atendidas e as estatísticas de uso da biblioteca. No processo de aquisição, a biblioteca conta com orçamento anual para renovação da biblioteca digital e, caso haja necessidade, realiza aquisições de acervo físico conforme demanda de cada curso. Nesta rotina, a bibliotecária elabora a lista conforme a e encaminha ao Departamento de Compras para que se proceda a aquisição dentro do calendário em vigor.

O funcionamento da Biblioteca durante o período letivo será o seguinte: das 08:00 às 22:00 e no Sábado 08:00 às 14:00. Sendo que empréstimos e devoluções serão realizados: De segunda à sexta até as 21h45min e aos sábados até as 13h45min.

A biblioteca tem à disposição os usuários funcionários capacitados e treinados para o trabalho específicos de biblioteca. O gerenciamento da biblioteca é exercido por uma Bibliotecária, assessorada por seis assistentes. A profissional Bibliotecária é bacharel em Biblioteconomia, devidamente registrada no Conselho Regional de Classe. Além de pessoal de apoio, vigilância, limpeza e manutenção, que estão preparados para manter o ambiente limpo e agradável para os usuários.

Serviços:

Empréstimo domiciliar o usuário deverá estar devidamente cadastrado, obedecendo às condições: prazo de empréstimo, limite de obras. Efetuada somente no balcão de empréstimo da biblioteca onde o material deve ser retirado.

Reservas

Renovações

Bases de Dados - Artigos científicos

Biblioteca Digital – Minha Biblioteca

Acesso à Internet

Normalização de Trabalhos Científicos – Orientação

## Referência

Treinamento de Usuários

Campanhas de Conscientização

Através do Portal os usuários: professores, funcionários e alunos têm acesso as plataformas de base de dados, biblioteca virtual e outros serviços.

## Infra-estrutura para pessoa com deficiência

A FAPAC cumpre os Decretos 5.773/2006 e Decretos 5.296/2004, conforme a NDR-9050/2020, através do Plano de promoção e acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

- Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em língua brasileira de sinais-libras e no trato com aquelas que não se comuniquem em libras, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Sinalização ambiental para orientação das pessoas portadoras de

necessidades especiais com o uso de piso tátil na IES.

- Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Inclusão na estrutura curricular dos cursos, como disciplina optativa, de acordo com as exigências legais;
- Carga horária disponível para atender as necessidades da IES de interpretação e tradução pelo professor que ministra a disciplina libras.

### ■ O papel da avaliação para o aprimoramento (CPA)

O sistema avaliativo vigente no país se propõe a traçar o perfil da qualidade dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Para tanto é necessário que cada instituição se conheça e reconheça suas potencialidades e limitações no fazer de suas atividades-meio e atividades-fim, um conhecimento referenciado na premissa de que a qualidade da percepção do todo está diretamente correlacionada à sutileza da percepção de suas partes integrantes.

É necessário, portanto, a compreensão de que a avaliação institucional, realizada à luz de sua missão institucional e seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), deve ser assumida pela Faculdade como peça-chave para fazer frente ao desafio posto na busca de seu desenvolvimento e expansão. Focando o olhar no dia a dia de uma Instituição de Ensino privada, são muitas as questões que merecem a atenção dos gestores e dos integrantes da comunidade acadêmica em relação à realização de um processo avaliativo de caráter participativo e emancipatório. Dias Sobrinho, veemente defensor da avaliação percebida e praticada como “processo participativo e social de reflexão e comunicação”, aponta seu caráter pedagógico ao afirmar que:

*A avaliação é uma categoria imprescindível dessa produção contínua da Universidade. A instituição precisa saber, de forma permanente e integrada, quais são os valores dominantes nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e nas suas práticas administrativas. Ela precisa exercer continuamente os seus julgamentos de valor a respeito*

*da finalidade de seu trabalho sistemático e das relações que tecem o conjunto. É um exercício com forte sentido pedagógico.*

Num processo que ultrapasse o limite do obrigatório, da avaliação realizada por dever legal, surgem interrogações tais como: O que deve ser avaliado, por que e para quê? Qual o entendimento da comunidade universitária sobre avaliação? Que funções deve cumprir a avaliação na vida da Instituição? Qual o momento ideal para realização de uma avaliação? Quem serão os avaliadores? Qual o papel dos gestores nos processos avaliativos? Como será determinada a fundamentação conceitual, teórica e metodológica do desenho avaliativo? Como propor caminhos para o aperfeiçoamento de fragilidades identificadas? A quem servem os achados avaliativos? Como e para quem serão divulgados estes achados? De que modo a comunidade poderá fazer o acompanhamento da utilização dos resultados e recomendações de uma avaliação? Frente a distintas compreensões do que seja o ato de avaliar, apropriamo-nos da definição de Brandão, Silva e Palos que entendem a avaliação como:

*(...) um processo de aprendizagem sistemático e intencional que um indivíduo, grupo ou organização se propõe a percorrer para aprofundar a sua compreensão sobre determinada intervenção social, por meio da elaboração e aplicação de critérios explícitos de investigação e análise, em um exercício compreensivo, prudente e confiável, com vistas a conhecer e julgar o mérito, a relevância e a qualidade de processos e resultados. A avaliação leva à ampliação de consciência sobre determinado programa ou projeto o que possibilita que escolhas e decisões maduras possam ser feitas.*

Para a materialidade dos procedimentos avaliativos, visando à “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”, a lei de criação do SINAES estabeleceu no caput do artigo 11 a obrigatoriedade de constituição de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada instituição de ensino superior, seja ela pública ou privada. A Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES e descreve as atribuições das CPAs, entre elas a de coordenar os processos internos de avaliação da instituição, assim como a sistematização e a prestação de

contas das informações solicitadas pelo INEP. Aponta também, de modo particular, no § 1º do art. 7º, o grau de autonomia destas comissões. Ao determinar que “as CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior”, registra o grau de responsabilidade que está depositado nas comissões e a importância do trabalho que têm a desenvolver como coordenadoras dos processos de autoavaliação institucional, conforme artigo 10 da mesma portaria.

A FAPAC em seu processo avaliativo estabeleceu uma metodologia pautada em princípios que privilegiam a participação da comunidade acadêmica, o respeito e a transparência nas informações das atividades que serão realizadas dando publicidade aos procedimentos do processo avaliativo. Para o desenvolvimento deste processo, opta pelas seguintes abordagens: centrada em objetivos, que se propõem a especificar metas e objetivos, assim como determinar a medida do alcance dos mesmos; centrada na administração que visa a auxiliar os que tomam decisões, tendo como proposta identificar as necessidades dos administradores e atender a estas; e centrada nos participantes, onde os interessados no objeto da avaliação participam de maneira determinante na definição dos valores, critérios, necessidades e dados da avaliação (WHORTEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p.125).

O propósito maior da avaliação institucional na FAPAC diz respeito à consolidação de uma política transversal de avaliação em que todos os setores da Faculdade sejam coautores, coparticipes e parceiros deste permanente processo de autoconhecimento.

A FAPAC com o respaldo e a seriedade de uma empresa responsável, de reputação ilibada, cumpridora de seu papel na sociedade, prestando serviços de natureza pública com a mobilidade da iniciativa privada, fortalece, inova e aprimora seus serviços na área de educação, reconhecido em todo o Estado do Tocantins, destaca-se como uma das melhores Faculdades da Região Norte, dando a FAPAC a visibilidade em todo território nacional.

A Comissão própria de autoavaliação (CPA) é um órgão criado pela Lei SINAES (Lei 10.861 de 2004, Art. 11) que tem como função coordenar e articular o processo interno de avaliação das instituições, sua auto avaliação; sistematizar e

disponibilizar informações solicitadas pelo INEP/ MEC, responsabilizar-se pela avaliação SINAES e pela manutenção do cadastro das IES brasileiras (LEITE, 2008).

A autoavaliação institucional surge como processo basilar para os outros dois componentes do SINAES: a Avaliação de cursos (AC) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade, e como processo complementar a Avaliação Institucional Externa- AIE.

O SINAES coloca a autoavaliação como eixo do processo de avaliação; enfatiza a função educativa da avaliação, aquela que produz resultados relevantes para o aprimoramento do trabalho da Instituição de Ensino Superior (IES), em lugar da função regulatória; respeita as diferenças institucionais e, portanto, as especificidades das IES; dá liberdade às IES para conceber os seus projetos de avaliação; estabelece um ciclo de avaliação, levando em consideração as consequências da avaliação sobre o planejamento da IES; integra os dados de todos os outros processos de avaliação do ensino superior e utiliza informações das bases de dados (INEP, 2004).

De acordo com Ribeiro e Verhine (2012), cada IES construirá um processo de autoavaliação, levando em consideração as suas especificidades, os seus limites e possibilidades, e estabelecerá as suas estratégias para a implementação do Sinaes. Sendo a auto avaliação o processo central, em torno do qual os componentes do Sinaes se organizarão, tanto a finalidade de promover e desenvolver a IES, quanto a finalidade de regulação dependerão muito do modo como é organizada e realizada a autoavaliação pelas IES.

Para Dias Sobrinho (2008) avaliar uma instituição universitária significa lidar não só com variáveis quantificáveis, mas também com situações polissêmicas, incertas e dinâmicas. Significa levar em conta as contradições, a pluralidade de pontos de vista, a diversidade dos sujeitos, os elementos estruturais e conjunturais. Nesse sentido, a avaliação caracteriza-se como prática social geradora de múltiplos sentidos.

A avaliação da Instituição é feita na perspectiva de identificar seu perfil e a qualidade de sua atuação, considerando o cumprimento de suas metas, políticas e ações delas derivadas. A autoavaliação é desenvolvida de forma contínua, com a

participação da comunidade acadêmica, identificando os pontos a serem modificados, colaborando no processo de atualização constante do planejamento da IES.

## ■ Objetivos e metas para a avaliação no ITPAC

A avaliação pretendida deve buscar a objetividade, respeitar a contextualização e incentivar a busca pelo autoconhecimento, a coerência interna, a fim de validar seus referenciais e assegurar a relevância dos resultados e as estratégias de ação.

É importante mencionar o debate que aponta para a perspectiva de configuração de um campo político estabelecido pelo modelo democrático e o da regulação do sistema avaliativo. Nesse sentido acreditamos que é o momento de a FAPAC experimentar um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada e intencional, que possibilite voltar-se a si mesma na busca da qualidade da Educação e tornar-se mais transparente e comprometida com as transformações sociais.

Um ponto em destaque diz respeito ao fato de a faculdade ter como parte de seus objetivos disponibilizar para a comunidade elementos relevantes para a formulação e implementação da política de desenvolvimento institucional e para a tomada de decisões, dando maior visibilidade à atuação da Faculdade, divulgando os resultados da autoavaliação e reafirmando seus compromissos com a qualidade e relevância social, num diálogo contínuo com a sociedade.

A FAPAC em sua história aponta que a Autoavaliação Institucional deve possibilitar a construção de um projeto acadêmico sustentado por princípios como a gestão democrática e a autonomia, que propiciem consolidar a responsabilidade social e o compromisso científico cultural da Instituição, sistematizando e analisando os dados institucionais, produzindo informações fidedignas capazes de subsidiar e melhorar a gestão institucional – planejamento e implementação.

Os elementos anteriormente referidos nos remetem à construção do objetivo central do processo avaliativo da Faculdade que é o de “*implementar e consolidar a política de avaliação institucional na FAPAC*”. No intuito de alcance do objetivo mencionado foram estabelecidas metas norteadoras e desafiadoras para a Faculdade, visando a:

- Garantir que os formulários avaliativos contemplem as demandas institucionais e da comunidade acadêmica;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da avaliação dos cursos e programas como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais;
- Estabelecer com a comunidade externa um monitoramento destas ações já existentes com vistas às suas repercussões na sociedade;
- Promover a permanente melhoria da qualidade das atividades acadêmicas dos cursos por meio da análise e da reflexão sobre os dados obtidos nos processos avaliativos;
- Realizar monitoramento das ações do PDI com vistas ao acompanhamento das ações e metas estabelecidas pelo mesmo para a Instituição;
- Criar espaços de estudo e discussão do processo de avaliação institucional, como forma de reafirmar a cultura de avaliação que se quer presente no ambiente institucional.

A Avaliação Interna no ITPAC/Porto é entendida como um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, visando à melhoria da qualidade educativa e o alcance de maior relevância social.

Neste contexto a CPA tem como objetivo coletar informações e através de um senso crítico e coerente examinar de forma crítica as informações disponíveis, a fim de identificar as fragilidades, bem como potencialidades e definir estratégias para a superação dos problemas identificados.

Nesse sentido, o processo de autoavaliação do ITPAC/Porto será construído com a participação e envolvimento de toda a comunidade universitária, com o apoio dos dirigentes, atendendo aos princípios da transparência, do compromisso político e social, e do respeito à identidade institucional.

A fim de organizar a avaliação de uma instituição universitária, o SINAES estabeleceu dez dimensões avaliativas, a saber:

I. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que explicita a missão e caracteriza o PDI;

II. Política para o ensino, pesquisa e extensão, sem dúvida a dimensão mais complexa, que descreve a concepção curricular, a organização didático-pedagógica, prática e formação docente, ensino de graduação e pós-graduação, relevância social e científica das pesquisas, práticas institucionais de pesquisa, grupos de pesquisa, concepção e atividades de extensão;

III. A responsabilidade social da Instituição, que caracteriza atividades com impacto no desenvolvimento regional e nacional, descreve a relação com setores público, privado e do mercado de trabalho, além de instituições sociais, culturais, etc.;

IV. A comunicação com a sociedade, que descreve os meios de comunicação internos e externos, e caracteriza a imagem pública da IES;

V. As políticas de pessoal e de carreiras, que detalha os processos de capacitação de pessoal e os planos de carreira, além do clima institucional (relações interpessoais, etc.);

VI. Organização e gestão da instituição, que descreve o PDI, os órgãos colegiados, os modos de participação na gestão e tomada de decisões;

VII. Infraestrutura física, que descreve desde as salas de aula até laboratórios e equipamentos, tendo como pano de fundo o ensino, a pesquisa e a extensão;

VIII. Planejamento e avaliação, que descreve os procedimentos de avaliação e acompanhamento pela Comissão Própria de Avaliação (órgão criado pela Lei do SINAES, em seu Artigo 11, cuja principal função é coordenar o processo de autoavaliação nas instituições de ensino superior);

IX. Política de atendimento aos estudantes, que descreve o acompanhamento pedagógico, critérios de seleção, participação em atividades universitárias (bolsas, estágios, iniciação científica), atendimento de estudantes, acompanhamento de egressos, etc.;

X. Sustentabilidade financeira, que descreve as políticas de captação e aplicação de recursos, controle de despesas e investimentos etc.

Recentemente estas dimensões foram agrupadas em cinco eixos temáticos. São eles:

- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
- Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
- Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.
- Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
- Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

Para tal propõe-se fortalecer o Seminário da CPA com a Comunidade Acadêmica da IES. Com o Seminário pretende-se criar um espaço permanente de articulação da comunidade acadêmica por meio de seus membros comprometidos com a avaliação institucional no âmbito do ensino superior, que deverá caracterizar-se como uma instância plural fundamentada pela perspectiva de uma prática avaliativa democrática e emancipatória.

#### ■ Monitoramento e revisão do PDI

Tendo sido o PDI da FAPAC elaborado com base em metodologias voltadas à gestão orientada a resultados, é natural que as metas estabelecidas sejam

monitoradas durante e mesmo após a sua vigência. O processo de acompanhamento e controle do PDI constará de uma autoavaliação institucional, realizada anualmente, sob a coordenação da CPA, e submetida à apreciação dos Conselhos Superiores para encaminhamento ao MEC. Esta autoavaliação, baseada no instrumento de Avaliação Institucional do SINAES, inclui uma verificação da coerência das políticas e ações institucionais, nas dez dimensões do instrumento do SINAES, com os objetivos, iniciativas e metas estabelecidas no PDI vigente. A Tabela 10 mostra a matriz de responsabilidades do monitoramento e revisão do PDI, com os diversos atores e suas atribuições neste processo:

Tabela 10 - Matriz de Responsabilidades do Monitoramento e Revisão do PDI

Conselho Superior	Como compete ao Conselho Superior deliberar sobre o PDI, qualquer revisão deve ser homologada pelo mesmo. Caberá também ao Conselho Superior apreciar o relatório anual de autoavaliação institucional elaborado pela CPA.
Direção Geral	É responsável pelo monitoramento das metas de suas respectivas áreas, conforme a tabela de indicadores e metas por objetivo estratégico. Elabora e acompanha a execução de Planos de Ações decorrentes das iniciativas do PDI. Participa da avaliação institucional conduzida pela CPA. Propõe revisões do PDI a serem submetidas ao Conselho Superior.
Comunidades interna e externa	Participam da avaliação institucional conduzida pela CPA.
Comissão Própria de Avaliação – CPA	Segundo o Regimento da CPA: tem por finalidade a coordenação, condução e

	articulação do processo interno de Avaliação Institucional, de orientação e de sistematização do processo, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores

## ■ Aspectos financeiros e orçamentários

A expansão das atividades de ensino e melhoramento da infraestrutura física ofertada tem exigido da FAPAC ações, que reflitam e reforcem a qualidade da instituição. A qualidade estrutural e a qualidade de ensino ofertada estão diretamente ligadas às necessidades de investimentos financeiros, e estes devem ser constantes.

Os investimentos e as melhorias educacionais demandam de uma forte e sólida política de financeira, pois é das mensalidades que advêm os recursos financeiros. Uma forte e sólida política de financeira leva em consideração não somente as negociações com alunos inadimplentes, mas o contexto do fato em que a prática de negociação é um constate ato de recuperação de crédito bem como recuperação de alunos que por motivos decorrentes da situação financeira, resolvem evadir-se da Instituição. Além disso, uma boa política financeira perpetua um crescimento institucional de forma sustentável, sólida e uma liquidez financeira confortável para a instituição de forma a garantir sua estabilidade mercadológica.

Com base nesta necessidade, a Instituição, propõe instituir a eficiência dos processos de cobrança, reduzindo riscos e perdas decorrentes da inadimplência, atuando de forma proativa junto aos acadêmicos desta instituição. É de responsabilidade da Gerência Administrativa Financeira, elaborar e fazer cumprir alguns critérios e diretrizes para combater a inadimplência.

A justificativa para a adoção de política institucional de negociação financeira, é que as instituições particulares de ensino necessitam de um bom gerenciamento financeiro e econômico como forma de se manter no mercado cada vez mais turbulento e competitivo com a finalidade de traçar estratégias para manter os

investimentos educacionais, possibilitando também a exploração de oportunidades mercadológicas.

Assim, ao adotar essa prática espera-se contribuir para melhor gerenciamento da inadimplência da FAPAC, bem como utilizar formas para se captar e manter números de alunos suficientes para que o ponto de equilíbrio financeiro e econômico eficiente e eficazmente possa projetar um fluxo de caixa mínimo previsto.

Para delinear a política de negociação a FAPAC, define primeiramente o objetivo da política de cobrança que é a redução da inadimplência, de forma a equalizar as receitas e despesas através da manutenção do ponto de equilíbrio de cada curso, gerando um fluxo de caixa previsível e confiável.

Tabela 25 - Metas e ações para os aspectos financeiros e orçamentários

<b>OBJETIVO:</b>						
<b>METAS</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Congruir a um único objetivo a sustentabilidade financeira, qualidade acadêmica e compromisso social	Garantir o equilíbrio econômico-financeiro	x	x	x	x	x
	Otimizar a distribuição dos recursos institucionais	x	x	x	x	x
	Aperfeiçoar os sistemas que integram o planejamento, a avaliação e o orçamento	x	x	x	x	x

Fonte: Elaborado pelos autores

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/doc\\_82188\\_CONSTITUICAO\\_DA\\_REPUBLICA\\_FEDERATIVA\\_DO\\_BRASIL\\_DE\\_1988.aspx](http://www.lex.com.br/doc_82188_CONSTITUICAO_DA_REPUBLICA_FEDERATIVA_DO_BRASIL_DE_1988.aspx)> Acesso em 03 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto Legislativo nº 186, de 9/7/2008**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/congresso/DLG1862008htm.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/DLG1862008htm.)> Acesso em 05 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.773, de 9 /5/2006**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em 04 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.861, de 14 /4/2004**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)> Acesso em 03 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> . Acesso em 04 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.425, de 17/6/2011**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12425.htm)> Acesso em 20 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.596, de 10/4/1987**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7596.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7596.htm)> . Acesso em 29 out.. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.112, de 11/12/1990**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm)> Acesso em 27 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.159, de 8/1/1991**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)> Acesso em 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.745, de 9/12/1993**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8745cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8745cons.htm)> Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996.** Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) > Acesso em: 15 out. 2020.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da Universidade.** São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: UNESP, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior Regulação e Emancipação.** Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Brasil.** 2020. Disponível em: <  
<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Brasil> > Acesso em: 05 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Cidades e Estados: Tocantins.** 2018. Disponível em: <  
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html> > Acesso em: 07 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Brasil, Tocantins, Porto Nacional,** 2010. Disponível em: <  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama> > Acesso em: Acesso em: 05 out. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Censo da educação superior sinopse estatística 2004.** Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/489202](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/489202) > Acesso em 09 out. 2020.

PALHARINI, F. A. **Formação e Situação do Psicológico Organizacional no contexto da reestruturação produtiva.** 2002

PARALELO 13. Jornal o Paralelo 13. **Porto Nacional, a bola da vez.** 2013. Disponível em: < <https://www.oparalelo13.com.br/component/k2/porto-nacional-a-bola-da-vez> > Acesso em: 18 dez. 2013.

RIBEIRO. J. L. L. S.; VERHINE. R. E. **IMPLEMENTAÇÃO DO SINAES NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE**

**COMPARATIVA A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO.** Salvador, v. 1, n. 2, p. 47-67. 2012.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento. **Perfil Socioeconômico dos Municípios: Porto Nacional,** 2012. Seplan. Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/348364/> >. Acesso em: 14 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Porto Nacional: Informações Gerais, 2012.** Seplan. Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/227322/> > Acesso em: 14 out. 2020.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** (10ª edição). Campinas, SP: Editora Papyrus, 2000.

WORTEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. I. Avaliação de programas: concepções e práticas. Tradução D. d. Azevedo. São Paulo: Gente, 2004. p.125.